

*Neide Marcondes*



*Na Trilha do Passado Paulista*  
*Piracicaba*

**Século XIX**

*Fazendas, Engenhos e Usinas*

*Neide Marcondes*

*Na Trilha do Passado Paulista  
Piracicaba*

Século XIX

*Fazendas, Engenhos e Usinas*



*Neide Marcondes*

*Na Trilha do Passado Paulista  
Piracicaba*

Século XIX

*Fazendas, Engenhos e Usinas*

*Editora Degaspari*

Piracicaba/2008

©2008 by Neide Marcondes

**Catálogo na publicação**  
**Rosângela Aparecida Lobo (CRB8 – 7500)**

---

M321n

Marcondes, Neide.

Na trilha do passado paulista: Piracicaba século XX / Neide Marcondes. – Piracicaba, SP : Degaspari, 2008.  
209 p.

1. Piracicaba - História. 2. São Paulo - História. I. Marcondes, Neide. II. Título.

CDD:981.612

ISBN: 9788589353953

---

Índice para catálogo sistemático:

1- São Paulo: História      981.61

**Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer meio de reprodução, sem permissão expressa da autora.**

Gráfica e Editora Degaspari  
Rua Barão de Piracicamirim, 1926  
Piracicaba – SP - CEP 13416-150  
Tel.: (19) 3433-6748/9691-7074  
E-mail: graficadegaspari@terra.com.br  
MSN: editoradegaspari@hotmail.com





**INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DE PIRACICABA**  
DIRETORIA  
(2008-2010)

**Presidente**  
Pedro Caldari

**Vice-Presidente**  
Marly Therezinha Germano Percin

**1º Secretário**  
Waldemar Romano

**2º Secretário**  
Toshio Iczuca

**1º Tesoureiro**  
Vitor Pires Vencovsky

**2º Tesoureiro**  
João Umberto Nassif

**Orador**  
Gustavo Jacques Dias Alvim

**Diretor de Acervo**  
Francisco de Assis Ferraz de Mello

**1º Suplente**  
Elias Salum

**2º Suplente**  
Noedi Monteiro

**3º Suplente**  
Renato Leme Ferrari

**Conselho Fiscal**  
1º Flávio Rozzollo  
2º Timótheo Jardim  
3º Geraldo Claret de Mello Ayres

**Suplente - Conselho Fiscal**  
Antonio Altain  
Antonio Carlos Neder  
José Faganello

**INSTITUTO HISTÓRICO E  
GEOGRÁFICO DE PIRACICABA**

**SÉRIE OURO**

**LIVROS QUE CONSTRÓEM**

**4ª OBRA  
DA SÉRIE OURO**

**NA TRILHA DO PASSADO  
PAULISTA PIRACICABA**

**Supervisão de Editoração**  
Isabel Caroni Degaspari

**Diagramação**  
Jelzo Oliveira dos Santos  
Rodrigo Silva Rojas

**Capa**  
Nara Martins

**Revisão**  
Neide Marcondes

**Produção Gráfica**  
Gráfica e Editora Degaspari



## Apoio Cultural





## Sumário

Preâmbulo .....	13
Apresentação .....	15
Prefácio .....	17
Sobre a Autora .....	21
Na Trilha do Passado Paulista .....	23
Arquitetura, Ambiência, Entorno .....	27
Piracicaba, suas terras, suas histórias .....	33
Piracicaba: o acervo rural .....	39
As Fazendas .....	47
Fazenda Milhã .....	53
Fazenda Arapongas .....	67
Fazenda Monte Olimpo .....	73
FAZENDAS: Organização e mutação .....	77
Fazenda Pau d'Alho .....	85
Fazenda D.Pedro II .....	95
Fazenda Zuim .....	105
Fazenda Serra Negra .....	113
Fazenda Pakes .....	117
Fazenda São José .....	125
Fazenda Boa Esperança .....	133
Chácara Nazareth .....	139

ENGENHOS E USINAS .....	151
Fazenda Indaiá .....	153
Fazenda São Pedro .....	159
Fazenda Capuava .....	165
Engenhos Centrais .....	173
Engenho Central de Piracicaba .....	177
Engenho – Usina Monte Alegre .....	185
À guisa de Epílogo .....	199
Fontes e Referências Bibliográficas .....	203
Documentação Iconográfica .....	207



## Preâmbulo

*Manoel Bellotto*

---

Neide Marcondes, neste *Na Trilha do Passado Paulista*, permite-se descrever, abordar e analisar uma realidade geográfica, arquitetônica, social, econômica, agroindustrial e empresarial, que abrange não só uma poética dimensão histórica, pois se reporta às últimas décadas do século XIX e às primeiras do XX, mas que se mostra, também, exuberante e promissora nesta inquietante atualidade.

Sua definição espacial foi pela macro-região de Piracicaba, na então Província e no atual Estado de São Paulo; a preocupação fundamental foi, além das referências às terras piracicabanas e às suas atraentes histórias, descrever e caracterizar o aí edificado patrimônio rural, construído e disseminado em fazendas, engenhos, usinas e engenhos-centrais, com suas arquiteturas, ambiências e entornos, e sua exuberante realização agrícola consubstanciada no plantio e na colheita do café e da cana, desta derivando a produção do açúcar, de amplo consumo no Brasil e no exterior.

Ao descrever e comentar o acervo rural das Fazendas Milhã, Arapongas, Monte Olimpo, Pau D'Alho, D.Pedro II, Zuim, Serra Negra, Pakes, São José, Boa Esperança e Chácara Nazareth; dos Engenhos e Usinas como as Fazendas Indaiá, São Pedro e Capuava; dos Engenhos Centrais como o Engenho Central de Piracicaba e o Engenho-Usina Monte Alegre, a Autora induz o leitor a inserir-se no dia-a-dia, no cotidiano, nas artimanhas sociais e étnicas dessas propriedades, nos já distantes fins do século XIX e inícios do XX.

Mais do que uma mera análise ou uma formal interpretação, Neide Marcondes se envolve em uma estruturada conceituação hermenêutica de toda essa rica arquitetura rural de Piracicaba, em que é possível vislumbrar o suntuoso, o verossímil, o permanente, o instável. A caracterização desta hipermodernidade,

na qual estamos atualmente mergulhados e que evidencia o passado revisitado, leva o leitor a percorrer, extasiado, este sedutor presente.

Por fim, seria oportuno referenciar a importância do açúcar e do álcool, ambos, no Brasil, derivados da cana, na economia mundial contemporânea, o que torna o futuro da região piracicabana responsável por um invejável índice no cultivo e industrialização desse vegetal, altamente promissor. Cabe expressar, ainda, que Piracicaba tem se destacado como sede de eventos sucroalcooleiros nacionais e internacionais.

Cumprir destacar, por fim, que o conteúdo do presente texto, na forma de Comunicação/Ponencia e sob o título *O açúcar e a arquitetura rural no Sudeste do Brasil. Engenhos e Usinas na Piracicaba do século XIX*, foi apresentado no *XVI Coloquio de Historia Canario-Americana*, que teve por Tema *El azúcar y el mundo atlántico, siglos XV-XX*, evento realizado em Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, em outubro de 2004.

Neide Marcondes, por meio deste primoroso texto e de uma notável documentação iconográfica, convida-nos a navegar por um doce e destilado universo.





## Apresentação

*Pedro Caldari*

---

O Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba tem a grata satisfação de incorporar à estante de obras editadas pela instituição o magnífico trabalho da ilustre Professora Doutora Neide Marcondes, que nos brinda com uma feliz viagem às paragens tão nossas conhecidas e agradavelmente lembradas.

A consagrada escritora, na peculiaridade própria dos mestres, faz de sua pesquisa um verdadeiro passeio pelo interior paulista, registrando em fotografias as belezas e as riquezas plásticas arquitetônicas de um segmento importante da atividade sócio-econômica brasileira, e que, aliadas ao texto bem articulado, nos permite acessar um rico conhecimento histórico com facilidade e prazeroso entretenimento cultural.

A obra “Na Trilha do Passado Paulista, Piracicaba, Século XIX - Fazendas, Engenhos e Usinas” vem à lume em uma data que toca no coração sensível do piracicabano - Primeiro de Agosto - dia de festa comemorativa do 241º Aniversário de Fundação de Piracicaba e, também, no momento que o mundo desperta-se para a urgente necessidade de soluções completas ao crucial problema de combustíveis e de se firmar no emprego de fontes de energias alternativas renováveis, limpas e preservativas do meio ambiente.

O livro da professora Neide Marcondes coloca-nos confortavelmente a caminhar por essa trilha histórica do passado paulista, acariciados pelas doces brisas das lembranças ainda vivas nas mentes dos caipiras desta imensa e rica região sucroalcooleira.



## Prefácio

*Marly Therezinha Germano Percin*

Antiga boca de sertão do Oeste Paulista, Piracicaba experimentou grandes transformações sócio-econômicas o final do século XVIII, por efeitos da aproximação da fronteira agrícola proveniente de Itu, a capital histórica da região. A ampliação dos espaços urbano-rurais, o aumento dos engenhos e da produção agrícola e o crescimento demográfico lançaram forte demanda pela mudança de sua condição de Freguesia de Santo Antônio de Piracicaba para Vila, fato que se verificou em 1822.

Naquele ano, excetuando-se a Freguesia de Araraquara que logo seria desmembrada, o Censo realizado em Vila Nova da Constituição (Piracicaba) revelou na Lista Geral dos Habitantes duas grandes Companhias de Ordenanças. As antigas designações genéricas dos bairros rurais, o de Rio Abaixo e o de Rio Acima, se achavam substituídas por nomenclatura específica, discriminados os proprietários rurais, bem como a população em geral e os dados indicadores da produção agropecuária e agroindustrial.

Os tempos da inconstância se achavam encerrados. Mediante a atividade produtiva sobre a terra em franca expansão, a propriedade fundiária consolidava-se. As safras de açúcar nas três modalidades, branco, redondo e mascavo eram comercializados em mil réis e a aguardente em canadas (2,622 litros a unidade). Na relação da produção dos alimentos apareciam em alqueires (13,8 litros cada) milho, feijão, arroz, algodão e em arrobas (14,689 k) o fumo. Por indicadores de fartura apareciam os produtos da pecuária, capados, terneiros (bezerros) e potros. Já se achavam claramente definidos os parâmetros de uma economia de consumo e comércio dos excedentes.

No rol da sociedade predominam os pequenos proprietários e sitiantes, mas já se destacam os primeiros potentados rurais, grandes produtores de açúcar e de alimentos, vários engenheiros concentradores de força de trabalho escravo. Como a rede fundiária se achava em expansão e somente completaria em meados do século XIX, a exportação do açúcar é discreta e toma o caminho de Porto Feliz, antes da demanda para o porto de Santos e o mercado internacional.

As relações de poder estabelecidas pelos grandes proprietários se manifestavam no contexto político e sócio cultural da Vila da Constituição (Piracicaba) fortemente enrustidas nas ações do Dignitário Vergueiro, do Capitão João da Silva, do Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, Capitão Domingos Soares de Barros, do Tte Cel. Theobaldo da Fonseca e Souza, do Tte José Joaquim de Sampaio e do Alferes Manoel Joaquim Pinto de Arruda. Alguns eram absenteístas e mantinham administradores locais como o Capitão Bento Paes de Barros (futuro Barão de Itu), o Capitão Manuel da Cunha Barbosa e o Brigadeiro Mariano Galvão. Todavia, mulheres engenheiras também comandavam grandes unidades produtivas; pelo menos seis aparecem no Censo de 1822, a exemplo de Da. Maria Arruda (Engenho do Salto) e Da. Maria de Meira e Siqueira (antiga Sesmaria do Bom jardim de Cima do Salto). Com este grupo de proprietários escravistas, Piracicaba deixou de ser a povoação ligada aos fatores determinantes do rio, à navegação e à construção de barcos, para se converter em importante centro agrário da Província de São Paulo.

Concentrado a maior parte das terras agrícolas, da produção global e da escravaria, os engenheiros se converteram, a exemplo dos seus afins do Oeste paulista, em figuras de grande prestígio e peças-chave nas relações de poder estabelecidas em nível local e regional<sup>1</sup>. Vergueiro, concentrador de propriedades, engenhos e escravos exerceu por três décadas a influência liberal nas vilas do Oeste Paulista e na capital da Província. Outros, como o Tte Cel. Theobaldo da Fonseca e Souza e o Alferes Manuel Joaquim Pinto de Arruda lideraram a reação colonialista e as postulações na pós-independência (os corcundas do poder central). Todas desempenharam as suas predominâncias nos jogos de poder travados na primeira metade do Século XIX, no interior da Câmara da Vila, nas representações a Itu e nos movimentos da Província. Deixaram o modelo comportamental aos seus sucessores, tanto nas manifestações da chamada Cultura Caipira como as projeções da Civilização do Açúcar.

Os espaços rurais e urbanos passaram a documentar a sua presença na paisagem. Os monumentos laicos e religiosos, as casas de morada, os sobradões e as sedes de fazenda, as igrejas e os conventos existentes no Oeste Paulista são os testemunhos da atividade desses seguimentos da sociedade antiga, os registros de sua passagem e da sua contribuição àqueles que buscam explicar pela História os modos de ser, pensar, sentir e agir dos povos.

Em decorrência desse processo, o acervo patrimonial rural de Piracicaba tornou-se bastante expressivo e porque a sua economia manteve-se ainda açucareira, apesar da invasão do café na segunda metade do Século XIX, o partido arquitetônico manifesto nas sedes rurais expressou-se austero e despojado. Praticidade e solidez eram requisitos indispensáveis à segurança da família proprietária e do grupo fixado no entorno. Excetuando-se a Chácara Nazareth, remanescente do primitivo engenho da boa Vista do Tte Cel. Theobaldo da Fonseca e Souza, as demais sedes são discretas, embora a solidez construtiva as preservaram, até o século



XX, nos antigos bairros rurais de Piracicaba. Com seu estilo característico, muitas sobreviveram no Pau Queimado, Pau d'Alho, Taquaral, nas áreas do Rio Abaixo e Estrada para Itu; outras em Boa Vista, Monte Alegre, Ribeirão da Geada, Limeira e Corumbataí, no Rio Acima.

Neide Marcondes procurou analisar diversas amostras arquitetônicas rurais, já contextualizadas na ambiência da segunda metade do Século XIX, sem se desavir da formação histórica, dos aspectos socioculturais e dos elementos constitutivos. Nesse período a rede fundiária se achava consolidada, o liberalismo inspirado na teoria pactual de Locke era sufocado no Oeste Paulista após o fracasso da Revolução de 1842 (a “guerra do açúcar”) - revelador é o aspecto fortaleza da Fazenda Milhã -, e o país imergia no “pantanal da Conciliação” de cujos efeitos desastrosos só viria a se desprender no final da década dos anos sessenta. A pesquisadora percorreu as trilhas do passado paulista em piracicaba com dedicação e proficiência; a sua produção científica confirma a excelência do seu Saber. Com extrema sensibilidade soube captar as peculiaridades do partido arquitetônico vigente nos períodos dominantes da cana, do café ou da cana-café marcados pela sobriedade e modéstia das moradas ou pelas soluções mestiças, como ocorreu na Fazenda Pau d'Alho, do Dr. Manoel de Moraes Barros, um dos próceres republicanos presente à Convenção Republicana de Itu e fundador do PRP (1873) Monarquistas, fossem conservadores ou liberais, e republicanos ergueram as suas sóbrias moradas rurais. Não eram pródigas as oportunidades de grande enriquecimento e ostentações entre os agrossenhores de piracicaba; requinte e bom gosto europeu só estão presentes na Chácara Nazareth, tornada propriedade dos Conceição - Pacheco e Chaves, grandes exportadores e comissários de café na praça de Santos.

Piracicaba só tem a ganhar com esse trabalho. Obrigado, Neide Marcondes.



## Sobre a Autora

Neide Marcondes, desde há muito identificada com as áreas de Artes Visuais e de Música, responsáveis por sua formação acadêmica superior, exerce intensa e profícua atividade docente. É Professora e desempenha a função de Orientadora Credenciada no curso de pós-graduação em Artes, Departamento de Artes Plásticas, da Escola de Comunicações e Artes-ECA, da Universidade de São Paulo-USP; é Professora Titular da Universidade Estadual Paulista-UNESP; exerceu a função de Professora Titular e Orientadora no curso de pós-graduação, Área de Planejamento e Marketing de Produtos Turísticos, do Centro Universitário SENAC, *campus* de Águas de São Pedro.

Extenso é o seu desempenho na área de publicações sobre arte e vinculadas à história do fazer artístico. Cumpre destacar, entre outros, os livros a seguir relacionados e sua presença temática em coletâneas multifacetadas, livros e ensaios nos quais, com frequência, aborda e analisa a dimensão estrutural do presente ensaio:

*\*O Partido Arquitetônico Rural > São Paulo do Século XIX*

*\*Na Trilha do Passado Paulista: Jesuíno do Monte Carmelo,  
o Mestre de Itu*

*\*Entre "Ville" e Fazendas*

*\*(Des)velar a Arte*

*\*Bernini... O Êxtase Religioso em Dobras e Catástrofes*

*\*O Êxtase do Martírio > São Sebastião em Bernini e Debussy*

*\*Labirintos e Nós: Imagem Ibérica em Terras da América*

*\*Turbulência Cultural em Cenários de Transição > O Século XIX Ibero-Americano*

*\*Cidades, Histórias, Mutações, Desafios*

Intensa e copiosa, ademais, tem sido a promoção de exposições e instalações propiciadas por Neide Marcondes, com obras de sua autoria, em inúmeras cidades do Brasil e do exterior; em relação a estas, cabe mencionar: Madrid, Cáceres, Badajós – *Espanha*; Roma, Torino – *Itália*; Paris – *França*; Amsterdam – *Holanda*. Obras suas integram os acervos artístico-culturais da Universidade de Poitiers, *França*.

Das suas pesquisas, que em textos resultaram, ela as tem transformado em textos > linguagem plástica, criando nova imagética. Este procedimento reflete a contínua reflexão, produção e a permanente inquietude intelectual e artística de Neide Marcondes.





## Na Trilha do Passado Paulista

### Antes...

*À sombra das “primaveras” em flor, em tarde de outono, avisto ao longe o vermelho das queimadas dos canaviais da Piracicaba rural, em cujo rio os peixes deslizam pelo leito de pedra, o que os impede de buscar a nascente.*

Veio-me, então, a visão, um pouco já des-construída, daquelas propriedades rurais que, nos idos dos '80, no século passado, portanto, fizeram parte do estudo-tema da minha tese de doutoramento, visão esta comum a toda a abordagem do assunto em todo o texto que se segue.

Neste novo milênio, permito-me re-inventar outro texto, com outras preocupações e experiências, novas realidades sobre ambiência e entorno, arquitetura, monumento e documento, portanto, outra leitura interpretativa da obra em evento que abre seu próprio mundo.

Aqui, sim, e porque não perceber a “terra” nas formas arquitetônicas, adentrar e (des) velar sua “mundanidade”. O que chamamos “natureza”, o filósofo alemão Martin Heidegger denomina “terra”, no sentido metafórico e mitológico a “mãe-terra”, que abriga e alimenta os seres. A “terra” refere-se aos materiais, ao “cósico”, à forma, distribuição e ordenamento dos lugares no espaço. A pedra, o objeto, as plantas, animais não tem “mundo”. O homem permite-se dar “mundo” a todas as coisas, não um mundo

abstrato, mas uma pluralidade de mundos concretos que são como a vida de cada povo, época, cada momento histórico (Heidegger, 1992).

A arquitetura, em sua “terra” e seu “mundo”, está contida na natureza, reparte o peso da matéria, a resistência da matéria arreglada a um plano ideal, que permite dele interpretar a “mundanidade” que a obra desvela.

“Mundanidade” das formas arquitetônicas rurais, obras situadas na microrregião paulista: Piracicaba, propriedades agrícolas do século XIX. Quando é desconhecido o criador, o inventor, o artista, o arquiteto, e assim o processo e a circunstância que geraram a obra, passamos primeiro à contemplação e à leitura interpretativa do fenômeno artístico.

Uma interpretação é a fusão mística do sujeito e do objeto, portanto, da “terra” e do “mundo”.

A tese de doutoramento de minha autoria, intitulada *ARQUITETURA RURAL E CONTEXTO HISTÓRICO-CULTURAL: PIRACICABA, SÉCULO XIX*, defendida em 1981 na ECA/USP, ressalta o programa, as formas e soluções arquitetônicas de parte significativa do patrimônio rural paulista. {Marcondes, 1988}.

Nessa mesma linha de análise e abordagem, sempre com a preocupação “é preciso acautelar um patrimônio...”, publiquei, no ano de 1995, minha tese de livre-docência, denominada *ENTRE VILLE E FAZENDAS*, oportunidade em que foram demonstradas as formas executadas pelos mestres-de-obras italianos, que transferiram seus conhecimentos para o nosso chão de terra. {Marcondes, 1995}.

Em 2004, ainda está presente a preocupação da autora pela contínua destruição, devastação e apresentação de outras formas, que estão sendo inseridas nos espaços dos grandes e pequenos conjuntos rurais.

No estudo da microrregião paulista, Piracicaba, foram interpretadas as propriedades agrícolas do século XIX, o espaço arquitetônico das mesmas e as relações e/ou diferenças entre os aspectos histórico-culturais da região e o programa, o partido arquitetônico de suas fazendas.

A época atual é representada, em todos os campos da ação humana, pela extrema rapidez dos meios de execução de que ela dispõe. Em muito pouco tempo são construídos conjuntos habitacionais, conjuntos fabris; ao mesmo tempo, são colocados em segundo plano, preocupação, sagacidade e talento para que, na mesma proporção, se proteja uma das grandes riquezas do país: a paisagem rural. É com consciência maior do passado e uma visão mais clara das decisões tomadas que se perceberá a trilha para trás das mais completas estruturas no tempo, no espaço e na dimensão antropológica.

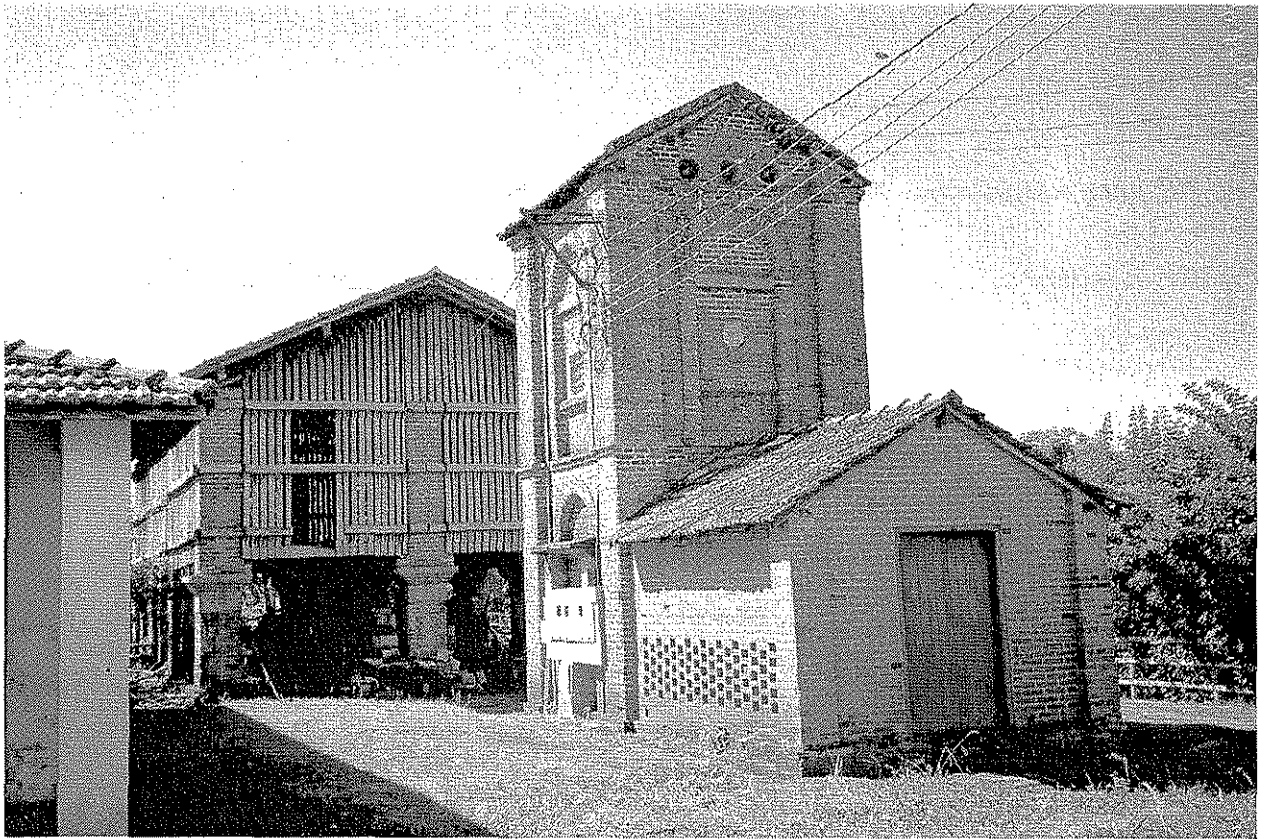


As características do “habitar” de uma zona rural testemunham cultura, mentalidades, modos de vida, vínculos do homem com a natureza. O patrimônio arquitetônico e natural ressurge em história vivida que se insurge, muitas vezes, contra uma história escrita.

*O patrimônio arquitetônico, os conjuntos rurais legitimam a história, o espaço e capturam o tempo.*

*Hoje, por razões sócio-econômicas ou mercantis, a destruição deliberada torna-se mais ativa que a ruína espontânea; a noção de adaptação entra em conflito com a da conservação*

*(Parent, 1984).*



Fazenda São José - Piracicaba  
*horreo e casa de máquinas*



## Arquitetura, Ambiência, Entorno

### *Monumento, memória, documento*

Sempre existiu a necessidade do homem deixar a memória do seu passar pela terra, levantando monólitos, construindo montanhas de pedras, construindo sua morada.

A noção de monumento, que se projetou no ícone de grandes edifícios, abrangeu também a exaltação de edificações menores, naturalmente sem a altivez da arquitetura monumental, ganhou significativas interpretações históricas, que falam da sua gente, do trabalho, do cotidiano.

“Monumentum” é termo latino, que significa recordar, conservar a memória de algo (Maderuelo, 1994, p.17). A *Carta de Veneza*, de 1964, é o primeiro documento de caráter internacional a definir “sítios urbanos ou rurais”, obras modestas que adquiriram significado cultural, devendo ser equiparados a “monumentos”, assim como a sua preservação vizinha. O patrimônio é inseparável do meio ambiente global. Seu estudo nos leva a duas reflexões: “sobre o sentido do futuro no passado e sobre o destino do passado no futuro” (Parent, 1984, p.121).

Entre os monumentos naturais históricos estão a idéia da inserção de zonas industriais, de grandes equipamentos, e a da “terra”, antes protegida pela atividade campesina tradicional e que agora tornou-se objeto de rápida transformação pela urbanização comum, mutação agrária, abandono de área de baixo rendimento, impacto turístico, que fragmentam a unidade da paisagem tradicional.

Documento atual divulgado pela ONU antecipa a chamada catástrofe do ano 2030, que se caracterizará pela degradação do solo, destruição de espécies selvagens, escassez da água, emissão de poluentes e pelo desaparecimento de florestas. Adverte para uma necessária mudança de atitude, que coloca o mercado em

primeiro lugar, que resulta na construção exacerbada de rodovias, aeroportos e de outras grandes obras de infraestrutura, reflexo da ação ambiciosa e desenfreada do homem sobre a terra.

O debate está aberto.

Alois Riegl, na obra *El Culto Moderno a los Monumentos*, entende uma obra arquitetônica como uma obra realizada pelo homem e criada com o fim específico de manter os destinos individuais ou conjuntos destes sempre vivos e presentes na consciência das gerações futuras. Estes monumentos, ditos intencionados, possuem valor histórico-artístico e estão ligados a mundos históricos. Trata-se de um valor re-memorativo e não um valor nostálgico das obras; por exemplo, as ruínas de um castelo, cujos “restos” apenas revelam algo de sua forma, de sua técnica, a disposição de suas habitações e toda a mundanidade desvelada de sua obra. Seu valor histórico reside na representação de determinadas etapas, certo modo de vida e evolução ou uso dos campos criativos pelo homem.

Só o novo, completo e “belo” é valorizado segundo as idéias da massa; o velho, fragmentado e descolorido é “feio” (Riegl, p.81. 19..). O valor da novidade, do recém criado, que se manifesta de forma intacta e com policromia pura, muitas vezes é o valor artístico das grandes massas. A concepção moderna exigiu da obra humana um caráter fechado, impecável da forma e cor, assim como do estilo. O tratamento dos monumentos do século XIX tem se baseado substancialmente nos postulados da originalidade e da unidade de estilo. Muitas vezes, os edifícios exprimem um valor artístico relativo, mas seu significado histórico-cultural sobrepõe as chamadas: antiguidade e unidade estilística. Fica claro que os monumentos brasileiros não possuem valor artístico-estilístico de uma arte religiosa medieval e o que diríamos então da significação e valor histórico-artístico da arquitetura rural, cuja deterioração humana, física natural e química dominam, retirando a noção de monumento e estabelecendo na visão do proprietário uma aspiração ao valor da novidade imperante.

*O iconoclasta não destrói apenas objetos construídos...*

Arquitetura, para Lúcio Costa, é a construção concebida com a intenção de ordenar plasticamente o espaço, em função de uma determinada época, de um determinado meio, técnica e de um programa (conjunto das necessidades funcionais e sociais que caracterizam um tema arquitetônico, uma função). Estas obras possuem um “entorno”; a área de entorno de um bem ou sítio tombado é limitada por uma figura poligonal, que define a vizinhança do sítio. O bom senso do local não tombado saberá definir o





entorno circundante dos bens, como área que desestimula o uso outro daquela circundada, considerada de interesse pelas características morfológicas de sua “ambiência”.

Ambiência é o conjunto de condições materiais, naturais e morais que envolvem os seres vivos ou, no caso, as coisas e os objetos. “Agitam as palmeiras no ar ambiente / os grandes leques que, encontrados, soam” (Alberto de Oliveira, *Poesias*, 2ª. série).

É preciso responder à deterioração natural dos solos, do ar, aos efeitos dos agentes naturais externos como a água, escoamento, infiltração, aos efeitos acentuados dos campos de vibração diversa como tráfego rodoviário e supersônico, à agressão humana devido à frequência turística, aos efeitos do uso e mutações sociais e políticas.

*O passado terá futuro?*

*“Toda a história do patrimônio  
se confunde com a de uma  
morte perpétua, mas também  
com uma ressurreição”*

(Parent, 1984, p.112)

A especulação imobiliária, o cultivo agrícola desenfreado são os principais fatores de desagregação, destruição e dissipação dos recursos naturais e do meio ambiente. É preciso estar atento para o ideal de modernidade, ou melhor, de “modernoso”, que tomou conta dos planejamentos para a transformação de cidades, bairros, vilas, propriedades rurais e fabris, introduzindo na mente das gerações paulistas o gene do desapego e da destruição do patrimônio histórico. O acervo que restou nem sempre recebe interpretação significativa; é raro os grupos sociais e político-administrativos respeitarem o trabalho acumulado que se encontra em determinado espaço, construído em outros tempos. Fazer o inventário das casas rurais, da paisagem rural não é só permitir o ideal de documentar e transmitir admiração pelo passado, mas é contribuir para a continuidade cultural da região.

Trabalhos sobre esse assunto são amplamente divulgados em publicações especializadas, que aprofundam e difundem com procedimentos sistematizados as formas e transposições em construções como casas d'água, espigueiros, sequeiros, pombais, assim como elementos de cozinhas, lareiras, chaminés e em outras formas, que no Brasil ainda são consideradas irrelevantes porque não são monumentais.

São muitos os discursos e as teorias sobre a restauração dos monumentos.

Os estudos sobre restauração são muito complexos. São restauros ambientais voltados para as zonas de interesse, restauros estilísticos com normas e observações conforme inúmeros estudos. Outros com meios essenciais para conservação de núcleos e locais arquitetônicos com a simbiose de elementos naturais e construídos.

Autores e pesquisadores estrangeiros preocuparam-se com formas arquitetônicas rurais que recebem denominação de arquitetura popular, arquitetura vernacular. Entre eles, Luís Feduchi em *Itinerários de la Arquitectura Popular Española* (1974). Bernardo Rudofsky encontrou a expressão **Arquitetura sem Arquitetos**, introduzindo o mundo não conhecido da arquitetura sem *pedigree*. A reedição da obra da Associação dos Arquitetos Portugueses, cuja pesquisa cobre todas as regiões de Portugal, recebeu o nome de *Arquitetura Popular em Portugal* (1980).

A literatura específica italiana ressalta a obra de Enrico Guidoni, que estudou e publicou *L'Architettura Popolare Italiana*.{1980}.

No estudo da tecnologia regional e das tipologias arquitetônicas das vivendas rurais da Colômbia, os autores Saldarriaga e Lorenzo Fonseca demonstram que a fertilidade do solo, a disponibilidade dos meios locais e de materiais de construção (1977), favorecem a fixação da população; dentre os aspectos marcantes, foi notado que em regiões de nível sócio-econômico modesto, os moradores preocupavam-se em manter as moradas rurais não só habitáveis, mas com melhorias nas formas, mesmo quando ornamentais e decorativas.

Em visão histórico-cultural do período holandês, no Nordeste do Brasil, pesquisas sistemáticas foram realizadas abordando vários aspectos específicos de fontes holandesas e judaicas. Particularmente na construção de sobrados do Recife, José Gonçalves de Mello salienta em *O Tempo dos Flamengos* (1979) a importância do tijolo, que substituiu, em grande parte, a pedra e a taipa. Esta obra contém informações e interpretação sobre os fatos de interação social e cultural que então ocorreram naquela época.

*A Morada da Vida* (1979), de Beatriz Maria Heredia, descreve as casas da Zona da Mata em Pernambuco, a vida cotidiana de seus moradores e a relação com os momentos do processo produtivo. De maneira pitoresca, a autora demonstra a relação de oposição no âmbito casa-roçado e as atividades femininas e masculinas.

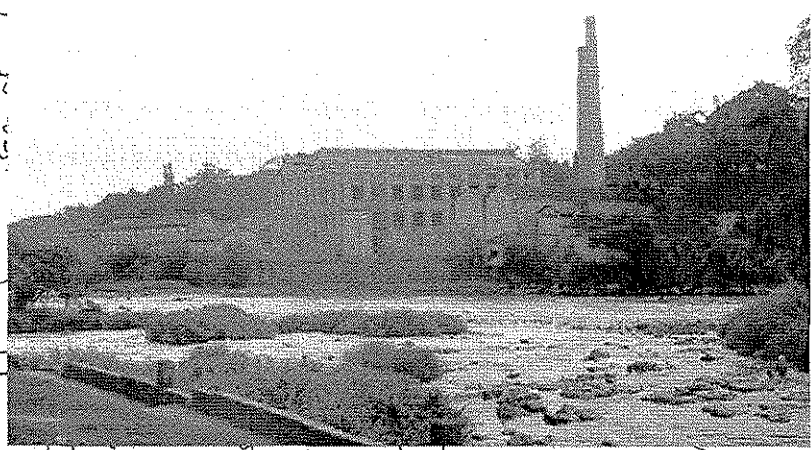
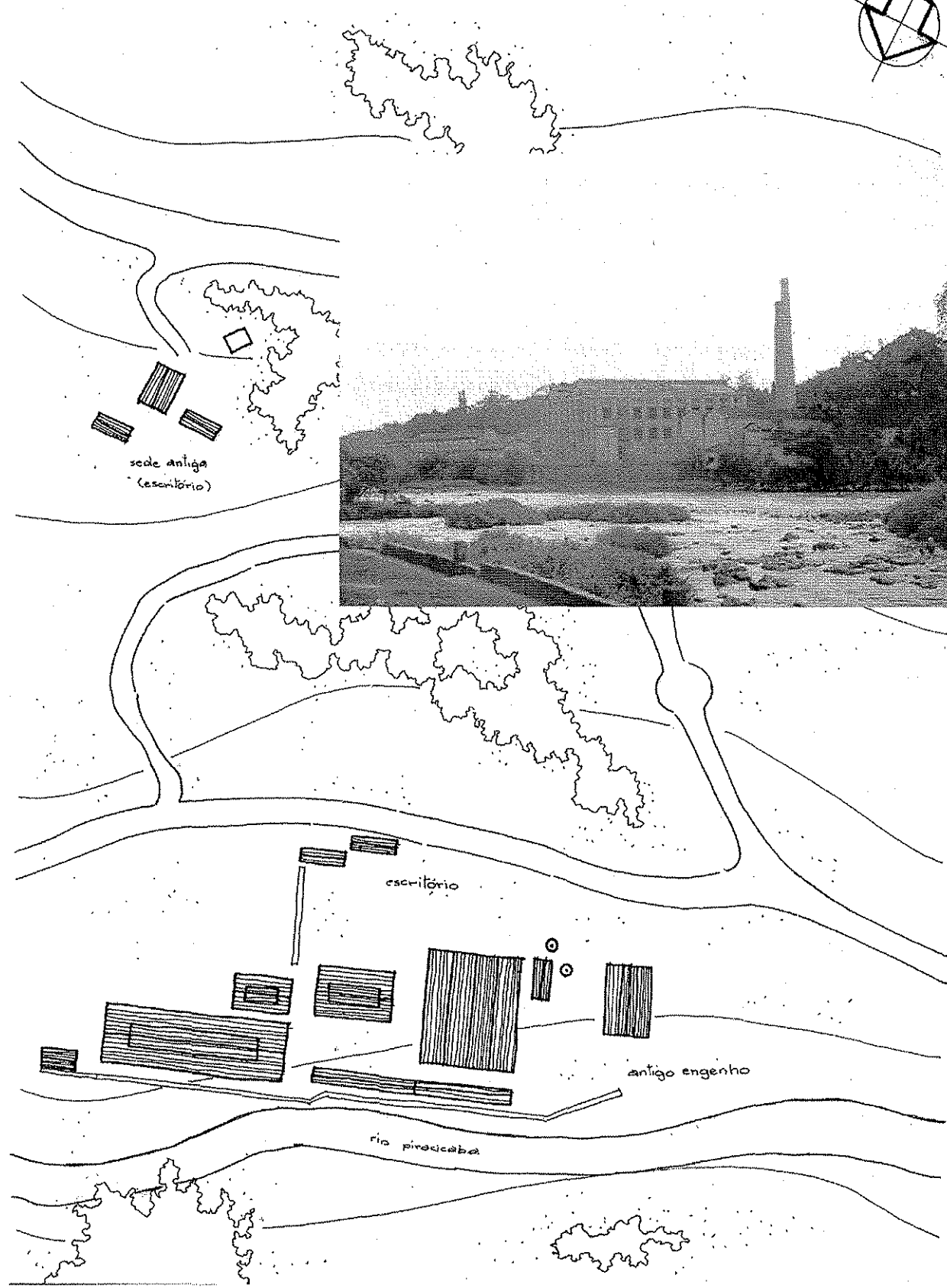
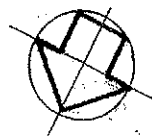


O núcleo sul-fluminense no século XIX, com suas 45 fazendas, foi estudado em *Antigas Fazendas de Café da Província Fluminense* (1980). Nesta obra, Fernando Tasso Fragoso Pires destaca os solares rurais dos “barões do café”, situa o ciclo cafeeiro pelo abandono do tradicional estilo de construção do Brasil, observado nos engenhos de açúcar, e ressalta a tendência eclética, muito em moda, na época, na Europa. Destaca também o programa das fazendas e a construção da chamada arquitetura de trabalho.

A Autora do presente estudo, preocupada com a displicência que se apossou das gerações paulistas, que contribuiu para a degeneração e destruição de parte significativa do patrimônio histórico de São Paulo, tem documentado e interpretado exemplares arquitetônicos rurais. Assim, no livro *O Partido Arquitetônico Rural do século XIX* (1978), Neide Marcondes demonstra padrões tipológicos de propriedades das regiões de Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista. Foram coletados exemplares de moradas de tradição bandeirista, moradas assobradadas, sobrados do café e casas tipo-urbano do final do século XIX. Nessa pesquisa e em *Arquitetura Rural e o Contexto Histórico-Cultural, Piracicaba* (1983), foi percebida a transposição de estilo e materiais no sistema de construção, no programa das propriedades, nas soluções plásticas de moradas e de construções secundárias.

*Entre Ville e Fazendas*, a Autora identifica a origem da vila rural italiana e o processo de transposição das formas elaboradas pelos mestres-de-obra italianos, que em São Paulo trabalharam nos últimos 20 anos do século XIX e no início do XX.

Ainda na trilha do passado paulista, a presente análise retoma as propriedades agrícolas do século XIX na micro-região de Piracicaba, interpretando o espaço arquitetônico das mesmas e as relações e/ou diferenças no programa e no partido arquitetônico, a *mundanidade* que as obras desvelam e os aspectos fixados pela atividade agrícola e pela ação social vivida.





## Piracicaba Suas terras Suas histórias

*Piracicaba "lugar onde o peixe pára"*

Esta microrregião, localizada na porção central do Estado de São Paulo, estende-se por 1.321 quilômetros quadrados da unidade geomorfológica paulista, conhecida por Depressão Periférica. O município piracicabano, enquadrado entre as coordenadas geográficas de 22° e 33° de latitude S e 47° e 49° de longitude O, é drenada por uma rede hidrográfica densa e ramificada, integrante da bacia pluvial do rio Paraná. A bacia do rio Piracicaba drena 72% da área e a cidade-sede localiza-se nas suas margens. A cidade está situada a 138 quilômetros da Capital do Estado e seu município limita-se com os de Anhembi, Charqueada, Rio Claro, Santa Gertrudes, Iracemápolis, Limeira, Santa Bárbara do Oeste, Rio das Pedras, Tietê, Laranjal Paulista, Conchas e São Pedro.

A região piracicabana apresenta-se ligeiramente inclinada para noroeste e no seu aspecto geral é uma vasta campina de suaves ondulações. Os terrenos são predominantemente mesozóico, dando-se, em área do município, a transição dos siltitos e folhelhos permocarboníferos para os arenitos triácicos. Essa mudança geológica vai implicar em uma variação da ocupação humana a leste do município; os solos, oriundos da decomposição dos terrenos paleozóicos, sofrem intensa ocupação agrícola, sendo a terra dividida em pequenas propriedades que, ao lado da cultura da cana, apresentam uma policultura de cereais e fumo, além da pecuária não extensiva, dedicada principalmente à produção do leite. A Oeste, onde a decomposição dos arenitos triácicos originou solos mais pobres e arenosos, propiciando o desenvolvimento de uma

vegetação predominantemente arbustiva e herbácea, as terras são ocupadas principalmente pela pecuária, embora a cana, em seu avanço contínuo, tenha também aí se instalado, não pela favorabilidade do solo, mas pela proximidade territorial das usinas.

A natureza geológica dos terrenos do município de Piracicaba, cujas informações tem por fonte a “Carta de solos do município de Piracicaba”, dos autores G. Ranzani, O. Freire e T. Kinjo (1966), pode ser sintetizada em:

a série Tubarão, com as formações Itapetininga e Tietê, que apresenta solos constituídos por arenitos, siltitos e folhelhos; tem sua área principal de ocorrência na porção oriental do município, qual seja, a nordeste, leste e sudeste;

a série Passa-Dois, cujos terrenos caracterizam-se por sedimentos finos, coloração viva ou acidentada e que apresentam, na base, materiais pirobetuminosos, intercalados com calcáreos dolomíticos; são terrenos situados ao norte, oeste e sudoeste;

a série São Bento apresenta intercalação de arenitos e derrames basálticos; o deserto Botucatu está constituído por rochas eruptivas básicas e sua decomposição ofereceu os latossolos de “terra roxa”; são parte das terras da região norte, nordeste e leste do município. Segundo Ranzani e outros, não se pode negar que esses solos foram, no decorrer da evolução econômica de Piracicaba, os responsáveis iniciais pela tradição agrícola do município e pela instalação da cultura da cana.

Piracicaba teve sua cobertura vegetal de origem praticamente destruída pela intensa ação antrópica, fato este comum a todo território paulista. A vegetação natural apresentava-se exuberante, quando Augusto Emílio Zaluar (1975) descreveu, na segunda metade do século XIX, sua viagem de Piracicaba a Campinas. Zaluar notou a presença de árvores seculares, como figueiras, cedros, caviúnas, jequitibás e outras madeiras de lei.

Em Piracicaba, a temperatura média é de 20,9°C, sendo de 28°C a média das máximas mensais e de 15,3°C a média das mínimas. Situada em uma depressão fechada, a região apresenta clima continental mais ou menos uniforme, um pouco úmido e fresco, com estiagem nos meses de inverno. A média geral de umidade relativa do ar é de 69% para uma média máxima de 76% para o mês de fevereiro e 59% para o mês de setembro. Atualmente, a deficiência climática em Piracicaba é vencida por técnicas modernas de tratamento do solo. O desenvolvimento da lavoura dos produtos comerciais, cana e café, possibilitou um





notável crescimento industrial, com a instalação de fábricas de produtos alimentícios, bebidas, indústria mecânica e têxtil, usinas altamente mecanizadas e de um parque industrial sofisticado, que responde às exigências do processo de globalização que se observa no mundo.

J.J. von Tschudi (1953) refere-se, entre 1860-1, à Vila da Constituição (Piracicaba) como uma pequena cidade praticamente assentada entre laranjais e bananeiras, com suas "pequenas casas risonhas". Do ponto de vista histórico é importante acentuar a correlação entre as cidades de Piracicaba, Itu e Porto Feliz, pois a primeira recebia, destas duas últimas cidades, homens e mulheres que lhe eram enviados pelos Capitães-Mores, segundo A.E. Zaluar (1975).

Em "Piracicaba no século XVIII", o historiador Mário Neme (1974) afirma que a região já era povoada desde o declínio do Ciclo das Bandeiras, quando episódios "enlutaram" o ouro de Cuiabá e conclui que, já em 1723, o ituano Felipe Cardoso requereu e obteve terras de sesmarias junto ao rio Piracicaba. Em 1º de agosto de 1767 foi fundada oficialmente a povoação de Piracicaba. Mário Neme refere-se à criação de Piracicaba como fruto do regime de intenso militarismo, inaugurado na Capitania de São Paulo por Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, quando foi, então, autorizado a criar Vilas e Freguesias nos lugares que julgasse conveniente. Registre-se que Dom Luiz Antonio nomeia, como Diretor e Primeiro Povoador de Piracicaba, Antônio Corrêa Barbosa em 1766 (Perecin, 1995).

A origem de Piracicaba está vinculada à manutenção do presídio de Iguatemi, ao sul de Mato Grosso, na condição de pequeno núcleo agrícola incumbido de abastecer referido presídio (Sampaio, 1976).

A historiadora Marly Therezinha Germano Perecin (1995) transcreve em artigo de sua autoria e a partir de informações presentes em documentação histórica, que povoadores dos primórdios de Piracicaba eram "indivíduos de ínfima plebe, como mulatos, índios e bastardos". Cita também a chegada de "elementos povoadores de melhor e diferenciada extração social".

Piracicaba, nome proposto por Prudente de Moraes, conviveu com as três condições de centro urbanístico: de Freguesia (1774), de Vila Nova da Constituição (1822), de Cidade (1856).

Em 1852, ainda sob o nome de Vila Nova da Constituição, divisava com as terras de São João do Rio Claro, de Nossa Senhora de Limeira, da Freguesia de Santa Bárbara, da Freguesia de Água Choca, da Vila de Capivari, de Pirapora e da Freguesia de Botucatu. A Vila, elevada à categoria de Cidade pela Lei Provincial de 24 de abril de 1856, manteve o nome de Constituição até 19 de abril de 1877, quando então passou a ter o nome de Piracicaba. Quando Vila, na metade do século XIX, já se apresentava bem servida de estradas terrestres. Para São Paulo, por Campinas e Jundiaí, ligava-se também a Itu, Capivari, Porto Feliz, Pirapora, Limeira, Rio Claro e Araraquara. Estradas terrestres também entroncaram Piracicaba ao rio Paraná e a Cuiabá (Canabrava & Mendes, 1938).

As terras piracicabanas foram povoadas, na sua maioria, por lavradores de Itu e Porto Feliz, que ocupam sesmarias ao longo do rio e iniciam, desde o fim do século XVIII, o plantio dos canaviais, derrubando matas e levantando engenhos.

A presença do negro confere a miscigenação das bases do povoamento, explicadas pela existência do engenho e da cultura canavieira, atividades básicas da região. Moinhos de farinha de milho e mandioca completavam as atividades rurais do espaço piracicabano. As fazendas eram as próprias fornecedoras da matéria prima e independentes economicamente; adquiriam fora apenas o sal e o fósforo.

A partir de 1840, Nicolau Campos Vergueiro (Davatz, 1941) inicia um movimento de substituição do braço escravo pelo colono livre, instituindo em sua propriedade, Fazenda Ibiacaba, parte da sesmaria de Morro Azul, de Limeira, o sistema de parceria. A empresa Vergueiro & Cia. conseguiu introduzir grande número de colonos alemães para servir as fazendas do Oeste paulista. A tentativa de integração destes europeus à situação de trabalho nas fazendas, ocorreu com atritos e graves desajustamentos. O autor Thomas Davatz traçou documento interessante sobre as condições sociais e culturais, tensões e conflitos. A Vergueiro & Cia. desmembrou o maior latifúndio da região e tentou a introdução do trabalho livre no campo. A operação não obteve sucesso e muitos colonos, saídos da área rural por inadaptabilidade, vão formar bairros rurais, entre eles o Bairro dos Alemães, onde ainda subsistem pequenos proprietários de ascendência germânica.

A zona piracicabana apresenta, também, grande penetração italiana e espanhola, que se reflete na linguagem e nos costumes dos velhos e antigos lavradores. Grupos de ingleses e franceses, ligados à criação dos engenhos centrais, também penetraram na região de Piracicaba. Ao lado da imigração estrangeira, aconteceu a introdução dos chamados “nortistas” a partir dos primeiros anos do século XX.

A área de eleição da cana-de-açúcar em São Paulo, na segunda metade do século XVIII e na primeira do XIX, foi a compreendida no quadrilátero formado pelas terras de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiá. É a área responsável pelo ciclo do açúcar que marca uma fase da evolução econômica paulista. Piracicaba, uma das regiões do chamado quadrilátero do açúcar, já em 1784 era uma área considerada promissora, em que se podiam fundar (Petroni, 1968)

“...muitíssimas fábricas de açúcar, pois produz todo gênero de culturas com grandeza e diferença tal que, além das canas serem muito boas, muito perfilhadas, são muito doces e de melhor ponto e vê-se mais um só canavial produzir seis, oito anos o mesmo rendimento, o que não acontece nos engenhos de Itu, que apenas dão uma folha...”



Em 1816 esta região ultrapassa a produção canavieira de Itu, possuindo as maiores propriedades rurais de São Paulo. Já em 1798, com três engenhos, a região de Piracicaba produziu 700@ de açúcar; em 1799, nove engenhos produziram 1.922@. Em 1818, Piracicaba apresentava uma rede fundiária nitidamente apoiada na grande propriedade, com 27 fazendas de cana. Por volta de 1836, com 78 engenhos, produziu 115.609@ de açúcar e 1.078 canadas de aguardente. Em 1854, 51 fazendas de cana produziram cerca de 131.000@ de açúcar (Canabrava & Mendes, 1938).

A cultura da cana continuou progredindo e, mesmo após a penetração do café, as localidades de Itu, Piracicaba, Porto Feliz e Capivari contribuíram, em 1854 e 1855, com 2/3 da exportação do açúcar pelo porto de Santos.

Paralelamente à exploração canavieira, Piracicaba, e região na qual se insere, também se destacou como produtora cafeeira, embora Piracicaba, durante o século XIX, nunca tenha chegado a alcançar posição de destaque no conjunto paulista da produção cafeeira. Muitos lavradores preferiram ampliar suas culturas de cana a instalar novos equipamentos para o beneficiamento do café; outros adaptaram o antigo programa de propriedade de cana para o cultivo do café. As regiões de Piracicaba, denominadas Milhã, Serrote e Serra Negra apresentaram altos números de produção de café nos anos de 1883, 1887 e 1888 (Canabrava & Mendes, 1938).

Na Província de São Paulo, caberá a Piracicaba o projeto de dinamização na instalação de Engenhos Centrais. O Engenho Central de Piracicaba, criado em 1881 e inaugurado em 1883, precedido pelo de Porto Feliz, instalado em 1878, resultou da fusão de capitais nacionais, representados pelos fazendeiros Barão de Rezende e Barão de Serra Negra, de Piracicaba, e internacionais, franceses em particular, o que ensejou a formação da Société Sucrerie Bresilienne, que oferecia o mais baixo preço de custo de açúcar da Província de São Paulo, com uma produção de 30.000@ em 1884 (Sawyer, 1908).

O Engenho Monte Alegre, a segunda força açucareira do município, foi comprado dos herdeiros da Fazenda do Marquês de Monte Alegre.

Os primeiros anos da República coincidem com o renascimento da indústria açucareira. Em 1896, Piracicaba e Capivari são os maiores centros açucareiros do Estado de São Paulo, com Santa Bárbara em primeiro lugar na produção de aguardente. Em 1903, das dez usinas açucareiras existentes no Estado, duas se situavam em Piracicaba. As usinas reúnem a agricultura e a indústria da cana, constituindo grandes unidade produtivas. A Usina de Piracicaba, antigo Engenho Central, dispunha de 24 quilômetros de via férrea, de um metro de bitola, ligada à Estrada de Ferro Ituana.

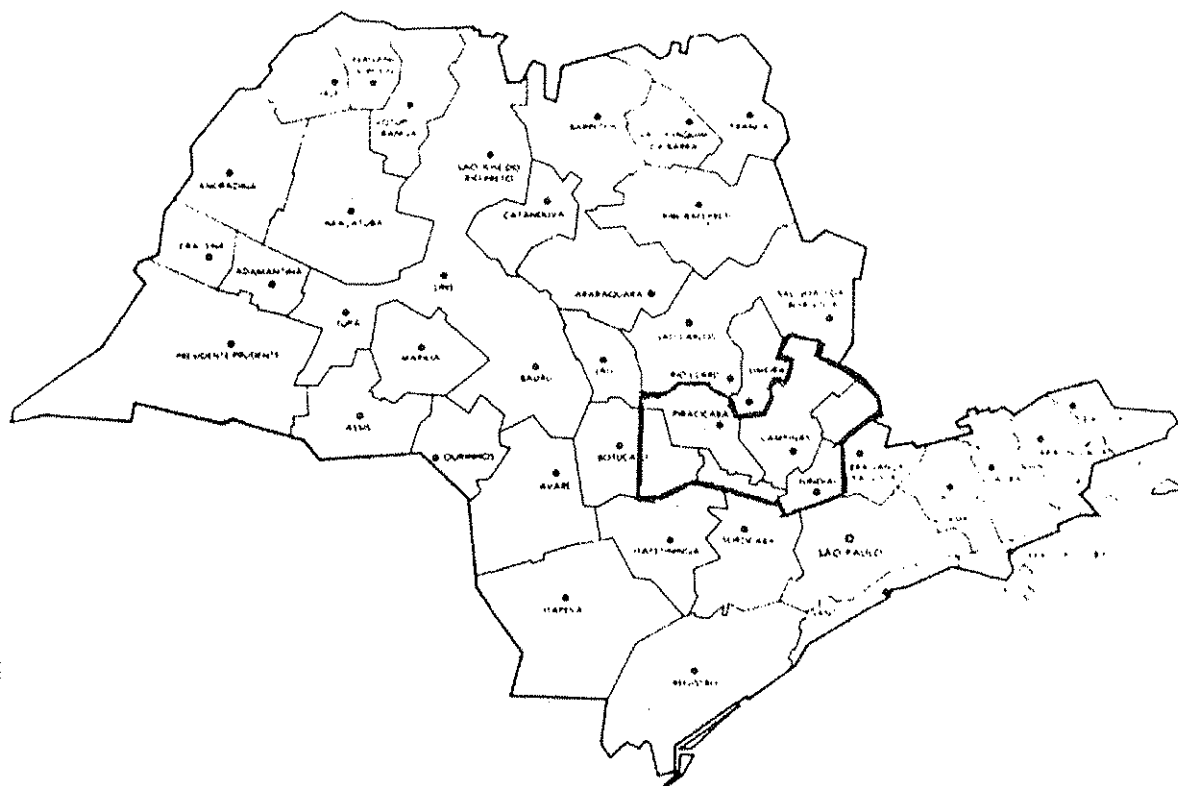
A partir de 1905, Piracicaba e Capivari firmam-se como centros açucareiros, sobretudo quando as crises sucessivas do café passam a favorecer o desenvolvimento da cana-de-açúcar naquelas regiões.

Quanto à cultura do algodão, iniciada com êxito nos tempos coloniais, entrou, após fase de prosperidade, em franca decadência. Com breve período de desenvolvimento, nas décadas de 1860 e 1870, a produção da região, em 1900, não chegou a suprir, sequer, as necessidades da única fábrica de tecidos em Piracicaba. Esta cultura toma algum incremento em 1905, passando Piracicaba a ocupar o quarto lugar na produção paulista de algodão. As superfícies cultivadas eram pequenas, com apenas 115 alqueires e uma produção de 20.525@ em 1905, com processos de cultivo precários e rotineiros (Canabrava & Mendes, 1938).

Em relação à produção de madeiras, Piracicaba foi citada no trabalho de Alice P. Canabrava e Maria Celestina T. Mendes, como a segunda localidade paulista, com extração de 13.200 metros cúbicos em 1896. A grande devastação das florestas, segundo o Relatório Sawyer, ocorreu principalmente durante o funcionamento dos Engenhos Centrais, que usavam a madeira como combustível para as máquinas de fabricação do açúcar.

Este foi o perfil econômico da região piracicabana, que caminhou pela exploração de diferentes culturas agrícolas e madeireiras, o que deixou suas marcas arquitetônicas nos espaços das propriedades rurais e caracterizaram a dimensão histórico-social desta promissora região.

Divisão administrativa do Estado de São Paulo



Área demarcada > O quadrilátero do açúcar



## Piracicaba: o acervo rural

*Ergue-te, ó Noiva (da Colina)!*  
*A aurora acorda e orvalha os ninhos,*  
*Beija o vasto horizonte e a pequenina flor...*  
Do poema "Piracicaba", de Brasília Machado

Viajantes, historiadores, arquitetos, artistas já se preocuparam em descrever, muitos deles de forma poética, o processo de organização das propriedades rurais piracicabanas e da sua dimensão social.

De sua viagem a Piracicaba, que por volta de 1860 contava com cerca de 50 engenhos de açúcar, Augusto Emílio Zaluar (1975) refere-se à Fazenda Monte Alegre. Descreve a localização da casa, à margem do rio Piracicaba, suas plantações de cana, horta e pomar. Realça a ordem, método e disciplina reinante nessa propriedade agrícola.

J.J. von Tschudi (1953) pormenoriza a Fazenda Santo Antonio, situada a algumas léguas da Vila de Constituição (Piracicaba), sua programação, seus fazendeiros e colonos.

As usinas e engenhos dos Estados fluminense e paulista foram descritos e documentados por Júlio Brandão Sobrinho. Em 1912, em seu relatório à Secretaria da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro, apresentou tabelas de produção, assim como referiu-se às formas arquitetônicas e à aparelhagem do Engenho Central e da Usina Monte Alegre, de Piracicaba.

Em *Viagens no Brasil*, T. Lynn Smith (1971) demonstra, entre outras, a organização de trabalho e produção, a distribuição da propriedade considerada por ele semelhante a um povoado, quando se refere à Usina Monte Alegre e à Usina Piracicaba.

Alice P. Canabrava e Maria Celestina T. Mendes (1938) descrevem, sem especificar determinada fazenda, o programa geral das propriedades da zona de Piracicaba e Capivari, seu plano de cultura, materiais e sistema de construção das casas principais, assim como da colônia, “unidas umas às outras” e que conservam as linhas impostas pela senzala primitiva. Em *A Lavoura Canavieira* (1968), Maria Thereza Petrone analisa o processo de aquisição de fazendas da região de Piracicaba e a extensão das propriedades. De forma geral, aborda a origem e a organização das fazendas de cana de açúcar.

Autores já analisaram e caracterizaram o espaço de propriedades rurais paulistas e o partido arquitetônico das moradas. Júlio Katinsky, em *Arquitetura Canavieira* (1977), apresentou, em três cadernos, discussões, sumários, croquis e fotografias das fazendas de Cabreúva, Itu, Salto e Porto Feliz com vistas a identificar os remanescentes de engenhos de açúcar da primeira fase da instalação dessa indústria no planalto paulista.

No estudo da sede da fazenda Milhã, em Piracicaba, Carlos Lemos (1976) demonstra a função dos espaços na arquitetura do ciclo canavieiro e realça a tese da superposição das zonas de estar e serviço, não com “rebaixamento, mas um acomodatório” da família. Lemos explica a conservação, por séculos, do partido arquitetônico da casa roceira do paulista; o paulista isolado satisfez-se com pouco e o pouco que sabia conservou-o por gerações e gerações.

Contrastando com o apuro plástico das sedes do litoral da Serra Acima, do início do século XIX, apresenta estilo “severo e roceiro”.

A herança da chamada “arquitetura dos engenhos” é revelada na arquitetura do café, considerada por Luiz Saia como solução mestiça. Esta solução é revelada tanto no espaço externo como interno.

Segundo Benedito Lima de Toledo (1975), o partido arquitetônico de muitas fazendas de café segue, em linhas gerais, o da Fazenda Boa Vista, em Bananal:

- sobrado em forma de U com braços laterais ajanelados
- parte inferior em chão batido para habitação de animais ou secagem de café
- presença de capela ou oratório
- sala, varanda, alcovas
- paredes de pau-a-pique sobre embasamento de pedra
- telhados de madeira com cobertura de telha capa e canal
- soalho de pinho de riga da Letônia ou madeira da região



- forro de madeira
- presença de pomar e de terreiro
- muro na frente da casa, de taipa de pilão ou adobe, sempre coberto de telhas.

Outro aspecto, nos sobrados rurais do café, é o que Nestor Goulart Reis Filho (1976) define como “elementos neoclássicos sobre paredes de terra”. Os sobrados alcançavam cerca de dez metros e as paredes, construídas com cerca 60 centímetros, reduziam-se a menos da metade no interior. São residências típicas representantes deste novo produto, o café, que, por volta de 1810, penetra na Capitania de São Paulo pela região de Areias, estendendo-se pelo Vale do Paraíba, alcançando a região de Campinas e, daí, o oeste do Estado de São Paulo.

Em pesquisa no *Repertório das Sesmarias* concedidas pelos Capitães Gerais da Capitania de São Paulo, de 1721 até 1821, constatou-se a maioria das concessões de terras de Piracicaba aos moradores de Itu e Porto Feliz, a um número menor de São Paulo e São Carlos (atual Campinas) e a um morador do Rio de Janeiro. Todas as sesmarias foram cuidadas pelos seus concessionários; muitas foram abandonadas e outras se encheram de plantação de cana.

Compradas ou obtidas por títulos, geralmente por mais de uma pessoa, aos poucos as sesmarias se subdividiram. No início do século XIX, as terras piracicabanas apresentavam-se como:

- terras já utilizadas com cultivos comerciais (açúcar, p.ex.) de posse e propriedade privada definida;
- terras com cultivo “caboclo” (roçado simples, de posse privada mas sem estatuto definido de propriedade);
- terras ocupadas por índios;
- terras virgens, sem posse e propriedades não privadas, isto é, propriedades chamadas devolutas (Sawyer, 1908).

Nos *Livros de Notas* dos cartórios do 1º e 2º officio, instalados em 1822, em Constituição (Piracicaba), não existem referências abundantes a terras com “léguas de testadas” mas “braças, um quarto, meia légua”, o que dá idéia do processo de retalhamento das terras (Arquivo do Estado de São Paulo).

Em 1854 é regulamentada a lei que disciplinava a compra das terras, não permitindo a aquisição de terras devolutas por outra via que não a compra, acabando assim, com o regime de posse. É aberto o *Livro de Registro de Terras* possuídas na Paróquia da Constituição.

No *Registro de Terras* (1855-1856) estão registradas as propriedades rurais: 206 grandes, de 100 a 5.000 alqueires; 86 médias, de 25 a 100 alqueires; 77 pequenas, de 1 a 25 alqueires, num total de 369 propriedades (*Piracicaba Antiga*, vol.VI, s.d, p.19).

A documentação relativa à região piracicabana demonstra que, na primeira metade do século XIX, a produção açucareira se situa dentro do chamado pequeno ciclo do açúcar. Existe uma produção expressiva destinada à exportação, ao lado de uma agricultura de subsistência para consumo interno. Não se constata a exploração em grande escala que caracterizava a grande lavoura das propriedades canavieiras nordestinas.

Em 1836, Piracicaba já se colocava na situação de um dos mais prósperos núcleos da Província. De 34 engenhos em 1817, passara a 78 propriedades naquele ano de 1836; a monocultura não foi total, pois outros produtos, como café, arroz feijão, milho, fumo, amendoim, algodão, eram cultivados.

Quanto ao produto principal, em Relatório de 1836, do Delegado de Polícia ao Presidente da Província de São Paulo, Constituição produziu 115.069 arrobas de açúcar e 4.699 de café. Em abril de 1852 foram registradas 160.000 arrobas de açúcar e 12.500 de café (Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba).

A Câmara Municipal da cidade de Constituição, em novembro de 1857, descreveu com ênfase que nenhuma indústria de mineração existia no Município. O mesmo se dá na indústria fabril têxtil. Para a exportação, a indústria agrícola era a mais importante da região.

Na tabela de procedência do açúcar exportado pelo porto de Santos, de 1836 a 1855, percebe-se a ascensão de Piracicaba que, nesta última data, obteve o segundo lugar na lista das cidades paulistas produtoras, com Itu em primeiro lugar.

Na correspondência do ano de 1857 da Câmara da cidade de Constituição nota-se, porém, a preocupação quanto à oscilação valorativa do produto. Nos anos seguintes várias causas eram preocupantes; alguns estabelecimentos agrícolas teriam diminuído a produção do açúcar e outros, aumentado, pois a dependência estava no interesse pelo produtor da parte dos herdeiros das terras, da aquisição da mão-de-obra, na precariedade da máquina e na incerteza da produção, sempre sujeita a variações climáticas e seus desdobramentos no terreno.

A mão-de-obra escrava era a grande preocupação da região. “Não está sendo possível adquirir braços cativos para acudir às colheitas. Deve-se ponderar as causas de morte, velhice, porque são tão infelizes na procriação. A habilitação destes creolos não está na razão... de morte-velhice, moléstias, fugas” (Sawyer, 1908).





Em 1825, os escravos naturais do Brasil, denominados crioulos, eram 393 na Vila de Constituição. Grupos de escravos trabalhavam em serviços de “dentro” (serviços domésticos).

A vida dos escravos variava de região para região e de fazenda para fazenda. Dizia-se que “era melhor no Rio do que no Maranhão e que em Campinas estavam os piores senhores. No Oeste Paulista era comum ameaçarem os escravos com: vendo-o para Campinas” (Sawyer, 1908).

Os escravos habitavam choças de pau-a-pique, cobertas de sapé ou palmeira, sem janelas ou com grades, dormiam em esteiras sobre tarimbas de madeira, com dois e meio a três pés de largura. Recebiam duas ou três mudas de roupa por ano. A alimentação consistia em feijão, angu, farinha e às vezes um pedaço de charque ou toucinho e nas regiões de açúcar, o melado e nas zonas cafeeiras, o café.

João Tobias de Aguiar, escravo de Ana de Castro Aguiar, da Fazenda Água Santa, no documento *Um preto velho, testemunha ocular dentro da história* (Chiari, sd.) descreve a senzala como diversas fiadas de casas divididas em quartos de homens e de mulheres e quartos maiores para as famílias. Normalmente, os escravos dormiam em esteiras e os casados dormiam sobre forquilhas (*Relatório dos lavradores de canna e café*, 1883). Mal nutridos, adquiriam febre, cólera e tinham morte prematura devido as condições de trabalho, poeira e calor das fornalhas. A festa do Divino em Piracicaba, que segundo o folclorista João Chiari acontece desde 1826, seria um cumprimento de ex-votos. A festa estava ligada à cura da maleita e da febre-amarela, com coleta de esmolas pelos caminhos das águas.

Chiari descreve, também, o chamado coqueiral assombrado em *Lendas e Crenças de Piracicaba*, local do cemitério de escravos, “lá pelas bandas do Pau d’Alho, Santo Antônio, Bicatu e Mandacaru, onde a fazendeira enterrava seus escravos e viam-se à noite, bichos estranhos comendo coquinho” (*Jornal de Piracicaba*, 1959, p.2).

Mesmo após o cessamento do tráfico negreiro, entraram no País mais de 50.000 escravos; em 1870, o elemento escravo constituía 40% da população total de Constituição.

Mas, em 1840, Nicolau Campos Vergueiro já havia tentado a substituição do braço escravo pelo colono livre e, em 1842, cria na sua fazenda Ibicaba, em Limeira, uma colônia de alemães e portugueses, com mais de 60 colonos.

A 28 de outubro de 1848 foi sancionada lei nº 514, que ordenava fossem concedidas a cada Província do Império, no mesmo ou em diferentes lugares do território, seis léguas em quadra de terras devolutas, que seriam destinadas exclusivamente à colonização e não poderiam ser arroteadas por escravos. Nessa época, a Regência dá cumprimento ao tratado com a Inglaterra, qual seja, o de sancionar a lei contra a entrada de novos escravos, apesar de ocorrerem desembarques clandestinos.

Na Fazenda de São Lourenço, no município de Constituição, Luiz Antonio de Souza Barros, em 8 de dezembro de 1852, em nova tentativa funda uma colônia com 220 alemães, 62 franceses, 5 portugueses e 20 brasileiros, num total de 307 pessoas. O historiador Leandro Guerrini, sobre tal fato assim comentou: “ignoramos a constituição desta colônia. Quer-nos parecer se trate de comunas existentes então na Europa numa situação de cooperativas. Impressionou o número de alemães na região” (Guerrini, 1970, p.334).

A Câmara Municipal de Constituição, preocupada com a grande carência de mão-de-obra para a efetivação do programa de exportações, relatou:

*“A propriedade e a fertilidade do terreno convida a agricultura a depositar nele suas esperanças. Facilitar a introdução de colonos, dar-lhes garantias... em lugar de comprar escravos achem com facilidade colonos que certamente aumentarão de fortuna, aumentará a exportação (sic). Entende esta Câmara assim como entendeu o Brasil todo, que é absolutamente impossível satisfazer as exigências da lavoura, a experiência assim tem demonstrado. Aquelas pois são as razões possíveis de atraso da agricultura nesta cidade...”*(Vitti, s.d, p.38).

A libertação dos escravos não resultou na extinção do trabalho do negro; ele se deslocou, muitas vezes, de município a município, trocando de patrões, procurando a cor da cana, a cor da folhagem, a cor do capim. Era um lugar “verde” que procuravam. Na época, a cor verde era designada pelas expressões “cor do capim”, “cor da folhagem”, “cor da cana”.

O exame dos inventários e testamentos da primeira metade do século XIX revela a simplicidade da vida do fazendeiro. Poucas são as casas cobertas de telha, muitas delas cobertas de bica de palmito e nenhuma referência à casa-grande, expressão usada para a sede nordestina. O que há, em geral, são as “moradas de casa”, ou “casas de morada”, além das senzalas, ao lado de monjolos. Não há referências a igrejas ou capelas na descrição dos bens inventariados; um ou outro oratório ou altar, num dos cômodos da morada, como hoje ainda pode ser encontrado.

Conforme notícias dos costumes regionais, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, os engenhos iniciam suas atividades em abril e maio de cada ano. Neste período, alguns senhores abandonam suas magníficas residências e confortáveis moradas, acompanhados da família, vinham residir nos engenhos, fiscalizando diretamente o trabalho (Ribeiro, 1977).

A casa de vivenda do engenho, os porões, os depósitos e as senzalas eram caiados. Os escravos recebiam roupas limpas de algodão; a cana destinada à moagem chegava em carros de bois. Junto ao engenho, com música e comida, ficavam os escravos, moleques, escravos doceiros. Nesta ocasião, muito dos circunstantes,



homens, senhoras e crianças subiam para as varandas superiores, aparatosamente ornadas e delas gozavam a festa da moagem. O vigário, o fazendeiro, o madamismo e demais convidados reuniam-se nas salas para a refeição. Em bules de prata era servido caldo de cana da primeira moagem. Nesse dia, com exceção dos trabalhadores de engenho, ninguém mais trabalhava. O baile acontecia nos salões e os escravos dançavam à luz das candeias, no muro externo da senzala.

Na documentação histórica pesquisada para este trabalho foi constatada a existência de várias propriedades de meados do século XIX, com plantadores de cana, produtores e “engenheiros” de açúcar e aguardente. Com descrições vagas de fábricas de açúcar com alambiques, olarias, engenhos movidos a água ou boi e bestas com escravos, as propriedades espalhavam-se nos diversos bairros de Constituição: Anhumas, Barbosinha ou Paulas Barreiro, depois Serra Negra, depois Pinga Bicudos, Bom Retiro, Conceição, Congonhal I° e II°, Córrego de Oner, Dona Brízida ou Palmeiras, Guamuím ou Tanquinho, Machadinho, Machado, Pederneiras, Santo Antonio, Teixeira Toledo, Figueirão. Muitos deles passaram a pertencer a Santa Bárbara, Limeira ou Anhembi.

Os senhores, proprietários desses engenhos, preocupavam-se com as estradas mal conservadas e, pelos Offícios Diversos de Piracicaba, verificam-se abaixo-assinados pedindo a conservação e a fiscalização desses caminhos, pois eram as vias de escoamento dos produtos. Desde 1826 colocavam-se nas estradas e nos ranchos os chamados “estaqueiros” (tipos de pedágio), que cobravam certa quantia para a conservação das próprias estradas (Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 371, 1826).

Por atas da Câmara Municipal, aprovadas a 13 de outubro de 1855, ficavam os donos dos engenhos obrigados a doar 20 réis por arroba de açúcar vendida e os fazendeiros 40 réis por arroba de café para consertos e compra de material para a matriz de Piracicaba, durante 5 anos (Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 372, 1855).

No decorrer do mês de outubro de 1858 são incorporados ao Código Municipal de Posturas os seguintes artigos:

“Todo o proprietário capitalista deste Município, que reside em suas próprias fazendas, deve pagar 40 réis por cada arroba de açúcar para o Cemitério.

Todos os proprietários de casa no Município serão obrigados a conservar as frentes das casas rebocadas e branqueadas, desde que forem completamente barreadas, embora não morem nelas.

Dentro do Município, toda a casa deve ter uma calçada de pedra de dez palmos” (Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba).



Fazenda São José - Piracicaba



## As Fazendas

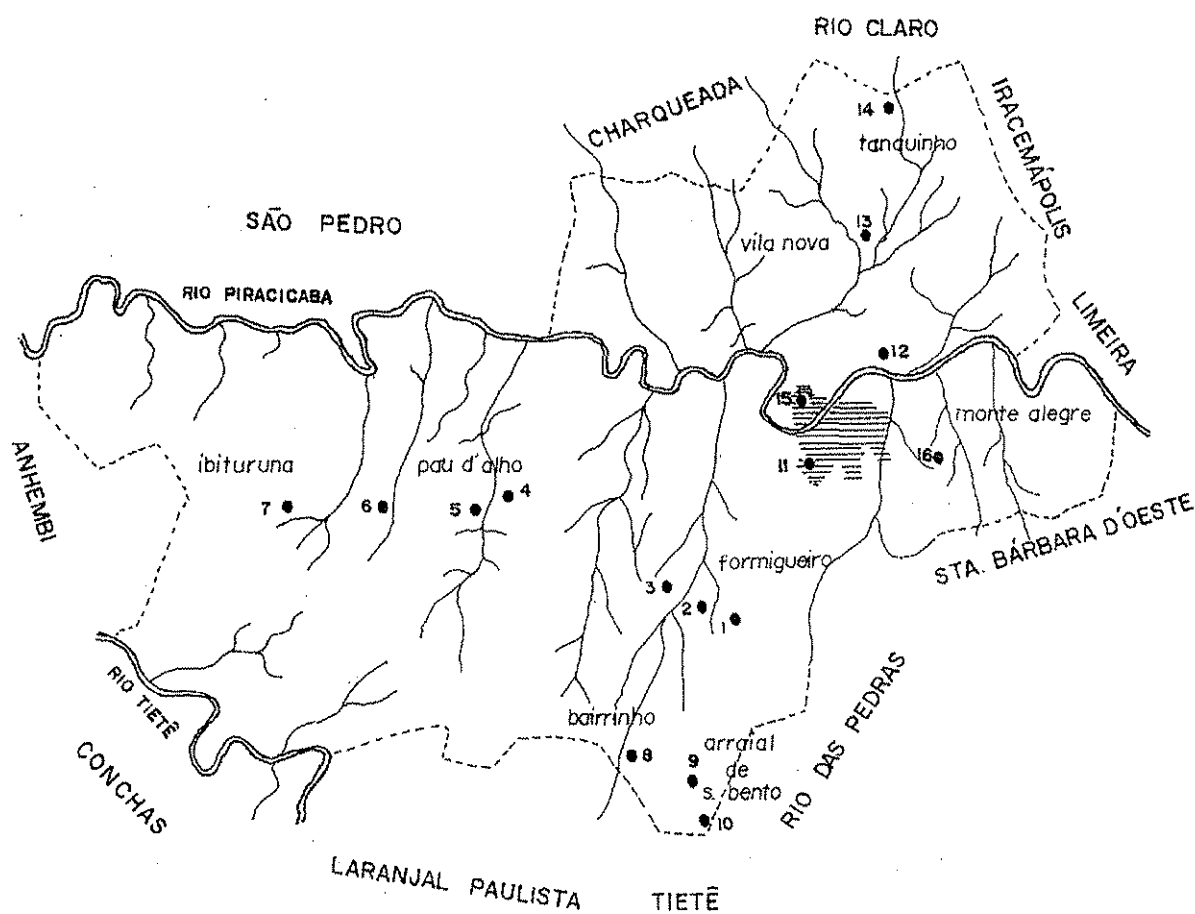
O presente estudo requereu o conhecimento geográfico da região de Piracicaba por meio da consulta a mapas topográficos de grande escala, a plantas cadastrais, a publicações sobre a área, de pesquisas em arquivos públicos e em cartórios de registro de terras e a incansável e permanente visita pessoal à região.

Ao percorrer os sítios onde seriam encontrados os exemplares arquitetônicos, muitas vezes com dificuldades pelo estado precário das vias de acesso, deparamo-nos com muitas habitações que tiveram de ser desprezadas pela desagregação em que se encontravam ou pelo desvirtuamento que sofreram suas formas originais, com reformas mal conduzidas.

Durante as visitas às diversas propriedades, os moradores ou donos foram informados sobre o trabalho. Muitas vezes, num primeiro contato, foi negado acesso ao local por receio de tombamento, fiscalização pública ou reportagem em revistas não especializadas. Em outras, foi necessária a apresentação do problema para possibilitar a realização do estudo. Procurou-se, também, sensibilizar os proprietários das residências selecionadas para um interesse maior pela sua conservação e mesmo restauração dos exemplares.

O material foi assim localizado: três propriedades em região atualmente urbana, duas no eixo Piracicaba-Rio Claro, seis no eixo Piracicaba-Tietê, quatro no Piracicaba-Conchas e uma no eixo Piracicaba-Limeira.

A localização do material foi assim esquematizada e numerada:



A identificação do material foi feita numa primeira análise mediante traços característicos segundo literatura já pesquisada. Foi feito o registro fotográfico do ambiente/entorno, das construções específicas, com tomada de vários ângulos, desenhos esquemáticos e cortes.

Registrados os exemplares, foi necessária a pesquisa de documentos que permitissem verificar a origem das terras, o produto agrícola e as várias transformações por ventura sofridas.

Tornou-se consciente a necessidade da documentação ser tratada com o máximo de objetividade e as formas arquitetônicas vistas como índices que permitam recriar e reconstituir as condutas, motivações e os esquemas histórico-sócio-culturais.

Foram estes os exemplares identificados, selecionados e analisados:

1 – Fazenda São José do Milhã

eixo Piracicaba-Tietê



2 – Fazenda D. Pedro II (antiga Vai-e-Vem)

eixo Piracicaba-Tietê

3 – Fazenda Zuim

eixo Piracicaba-Tietê

4 – Fazenda Pau d'Alho

eixo Piracicaba-Conchas

5 – Fazenda Boa Esperança

eixo Piracicaba-Conchas

6 – Fazenda São Pedro

eixo Piracicaba-Conchas

7 – Fazenda Serra Negra

eixo Piracicaba-Conchas

8 – Fazenda Pakes

eixo Piracicaba-Tietê

9 – Fazenda Monte Olimpo

eixo Piracicaba-Tietê

10 – Fazenda Arapongas

eixo Piracicaba-Tietê

11 – Chácara Nazaré

Piracicaba (perímetro urbano)

12 – Fazenda São José

eixo Piracicaba-Limeira

13 – Fazenda Capuava (Usina)

eixo Piracicaba-Rio Claro

14 – Fazenda Indaiá

eixo Piracicaba-Rio Claro

15 – Engenho Central

Piracicaba (perímetro urbano)

16 – Usina Monte Alegre

Piracicaba (perímetro urbano)

O estudo da problemática de um edifício, dentro de suas funções, envolve três etapas: o edifício e seus documentos, a forma original e as transformações pelas quais tenha passado, com sua significação no tempo e no espaço.

Lúcio Costa (1939) propõe que ao se estudar qualquer obra de arquitetura, cabe ter em vista as imposições do meio físico e social, consideradas no seu sentido mais amplo, o programa e a classificação das construções segundo:

- sistema de construção
- época
- finalidade e função
- elementos constitutivos do programa
- elementos estruturais e de acabamento
- características regionais e particularidades de estilo
- comodulação e modenatura

Pela soma de probabilidades de associações entre esses índices descritivos, ter-se-á a relação arquitetura e aspectos histórico-sócio-culturais.

Os procedimentos para análise do material desta pesquisa elegeram o estudo de cada exemplar no seu produto agrícola, situação geográfica e geológica e como se apresenta nos seus aspectos construtivos e de organização espacial, iluminação, abastecimento hídrico e soluções plásticas.

O estudo do solo é relevante por sua constituição e forma. A sua composição é significativa para a definição do sistema construtivo e dos materiais a serem empregados. Quanto à forma, temos como exemplos o terreno em aclave, as margens de um rio ou lago, forma que oferece amplas possibilidades de construções





funcionais e expressivas. Os desníveis permitem conexões de aproveitamento do perfil do terreno quando, então, a fachada é assobradada e a parte posterior da morada permanece ao nível do solo.

A forma de vegetação pode mudar o uso do terreno; pode compor-se com o edifício e também interferir no clima de uma região. As transformações no sistema ecológico vão desde a quase total eliminação da vegetação primitiva até a sua substituição ou alteração nos espaços agro-pecuários.

A geografia da região, os tipos de solo, as mudanças geológicas e o clima foram descritos, segundo publicações especializadas. Os aspectos histórico-sócio-culturais da pesquisa foram estudados em acervos de documentação primária, publicada ou não, de natureza administrativa e sócio-econômica, ou seja, atas e ofícios diversos da Câmara, os documentos cartoriais de compra e venda e inventários e documentos diversos dos arquivos particulares das propriedades estudadas.

Foram analisadas as propriedades quantos aos seus elementos constitutivos, isto é, o espaço interno e suas divisões, funções e coordenação, seus elementos estruturais e de acabamento, sistema e materiais de construção, seus elementos plásticos e o programa da propriedade em relação ao meio, à época e ao produto agrícola.

As soluções plásticas foram examinadas pelos componentes: linhas, superfície, volume, cor. As várias linhas retas, curvas e mistas das fachadas frontais, laterais e posteriores foram estudadas para a verificação da simetria ou assimetria, linhas contínuas ou descontínuas, unitárias ou múltiplas, determinando superfícies simétricas ou assimétricas, com unidade de elementos ou com elementos em multiplicidade, em visão tectônica (forma fechada) ou visão atectônica (forma aberta) (Wölfflin, 1945).

O volume constitui o caráter próprio da tridimensionalidade física da arquitetura; nele pode prevalecer a sensação plástica de simetria ou assimetria, conjunto em unidade ou em multiplicidade, em forma geométrica fechada ou aberta.

A cor é um dos elementos que torna visível a harmonia das relações arquitetônicas. Ela foi destacada sempre que se apresentou de forma original nos aspectos internos e externos dos exemplares.

O espaço indica o caráter formal do volume físico, limitado por elementos construídos ou por elementos naturais. O espaço externo poderá conter elementos de vegetação, rio ou lago, construções secundárias de estradas. O interno poderá se apresentar contínuo ou descontínuo, articulado ou desarticulado, segundo suas divisões, funções e aberturas. A interrelação dos espaços internos e externos poderá também ser contínua ou descontínua. A descontinuidade produz espaços fisicamente separados e cada um deles deve ser observado como espaço autônomo.



Fazenda Milhã - Piracicaba



## Fazenda Milhã

*...e foi plantado na nova terra o capim milhan....*

A sede da velha fazenda Milhã, também chamada São José do Milhã, único reduto da região, está localizada no bairro rural de Formigueiro e faz parte do ciclo canavieiro que antecede a fase de cultivo do café.

Em 28 de março de 1850 o ituano Antonio Ferraz de Arruda inaugurou a nova morada, ainda existente e reformada. Na primeira metade do século XIX, Ferraz de Arruda possuía terras em Capivari e plantava na nova terra o chamado capim Milhã, onde também começou a plantar cana e a produzir açúcar, segundo Renato de Albuquerque Salles, em *"A Fazenda Milhan"*. Essa fazenda, desmembrada da Sesmaria do Congonhal, situa-se no distrito de Saltinho, povoado distante 13 quilômetros da cidade de Piracicaba, no eixo Piracicaba-Tietê. Congonhal foi adquirida em 1817, por Francisco Pinto Ferraz, cujos sucessores venderam-na a Antonio José Leite da Silva. Antonio Ferraz de Arruda adquiriu "dos Teixeira por um conto de réis e ali constituiu fazenda de renome no Estado" (Lemos, 1976, p.91).

O patriarca Antonio Ferraz de Arruda teve seu nome ligado à cidade de Itu, onde jurou a Constituição do Império e prestou serviços ao mesmo. Tratava-se de homem de "grande preparo, emérito latinista" (Veiga, 1976, p.4) e efetivo administrador. Ferraz de Arruda possuía, também, propriedade no lugar hoje denominado Anhembi (antiga Barreira e depois Serra Negra) (Neme, 1974). ilha é uma das poucas propriedades que conservou o seu programa original estabelecido por Antonio Ferraz de Arruda, pai do consolidador da fazenda, o sargento-mor Fernando Ferraz de Arruda.

A escritura da sociedade agrícola lavrada no livro 57, fl.44, do 2º Tabelionato de Piracicaba, é importante documento evolutivo da propriedade. Em 1893, no 1º dia de julho, é formada a sociedade, sob a administração do filho Bento Ferraz de Arruda (Toledo, 1976).

A fazenda, com 540 alqueires, deixou traços de um programa de cultivo da cana. Somente a partir de 1867 seus proprietários plantam os primeiros pés de café. O programa anterior obedecia ao cultivo da cana e fabrico de açúcar, conforme “restos” encontrados no terreno. Os terreiros, mais tarde, foram localizados longe da morada, longe do engenho que continuou funcionando.

Em 1980, entrevista com Lúcio Ferraz de Arruda, descendente do patriarca Antonio Ferraz de Arruda e pesquisas nos *Ofícios Diversos de Piracicaba* demonstram a evolução do cultivo: cana, café, cana e café ao mesmo tempo, algodão, cana e pecuária.

A “casa de morada”, construída há 175 anos e reformada em 1975, sem perder a estrutura do partido, “não foi na verdade uma casa de fazenda de café” (Lemos, 1976, p.92).

Na *Informação de Indústria e Comércio*, de 1859, entre os agricultores senhores de engenho, encontra-se o nome do então proprietário Fernando Ferraz de Arruda, não constando, o mesmo, na lista dos proprietários de cafezais (Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 373, 1859).

Na relação das lavouras de café e engenhos, visando ao pagamento de impostos, a comissão encarregada da classificação dos lavradores da região de Piracicaba inclui, em 1888, a propriedade do major Fernando Ferraz de Arruda, do bairro Formigueiro, com a produção de 400 arrobas de café. No ano de 1889, a mesma comissão relaciona a lavoura do major Fernando com uma produção de 4.600 arrobas de café (Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 373, 1889).

A casa-sede dessa propriedade está implantada em terreno de meia encosta com a fachada lateral esquerda assobradada e apresenta a parte térrea “para despejo, acomodar hóspedes e gente de tropas” (Lemos, 1976, p.51-52).

Um muro de arrimo, construído inteiramente de pedras, apresenta-se transversal e em continuação à morada, separando-a da zona agrícola.

Na reforma sofrida, a casa-sede perdeu a ala direita para a zona de serviço: sala de queijos, despensa, cozinha com fornos e ralador.

Diretamente sobre o embasamento de tijolo e pedra sobem as paredes de taipa de mão. A estrutura da gaiola é de urindeúva e cabreúva, madeiras da região. Segundo entrevista com o proprietário, Lúcio Ferraz de Arruda, em 1980, não se conhece o mestre-construtor da casa-sede. O que se sabe a respeito da planta é a chamada aplicação do “risco no chão”. O construtor da região e o proprietário desenhavam a planta baixa



diretamente no solo e, com certa facilidade, construíam as paredes, pois eram conhecedores das tradições regionais de construção e do aproveitamento e função dos espaços.

Tem-se conhecimento, pelas *Atas* da Câmara Municipal de Piracicaba (1860), apenas de nomes dos chamados “construtores e consertadores de pontes”, como o capitão João Morato de Carvalho e da nomeação do encarregado da obra da Matriz, Miguel Archanjo Benício, pois ficou ponderado que Bento Manoel de Moraes não tem “a inteligência do Miguel, que entende de arquitetura e tratados de geometria e o outro mora num sítio” (Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba).

A morada da Fazenda Milhã demonstra vínculos com as gerações anteriores...“está diretamente filiada à arquitetura tradicional bandeirista mas não ortodoxa no planejamento original” (Lemos, 1976, p.99). Na parte fronteira estão as salas, os quartos, as alcovas e um corredor leva à varanda, antigo alpendre posterior das casas de tradição bandeirista. Essa varanda, na fase canavieira, foi o centro de toda a atividade familiar: zona de comer, laser, de mando, de estar, de trabalhar. Segundo Carlos Lemos “não devemos confundir aquela superposição estar-serviço como sinal de degradação ou descida na escala social... Na verdade houve, sim, um ajustamento acomodaticio”. A varanda forçou o convívio da família e o contato do chefe da propriedade com seus empregados.

A zona de culto não se apresenta como um cômodo isolado, tão comum nas moradas do Vale do Paraíba, mas é representada pelo oratório sobre um arcaz da época. Entre os móveis ainda aproveitáveis na decoração do espaço interno da morada, destacam-se os catres, baús e grandes armários usados anteriormente, no período das casas bandeiristas.

O piso da casa-sede apresenta-se de duas formas: com soalho de tabuado largo ou com tijolos, fabricados na olaria da propriedade.

O forro, também de tabuado largo, era protegido pelo telhado com multiplicidade de água, com telhas de canal, hoje substituídas. Largo beiral de madeira protege as superfícies externas.

Os cheios predominam sobre os vazios, característica das moradas da primeira metade do século XIX. Os montantes retangulares são de madeira e na parte térrea estão os tradicionais janelões em treliça, comuns na época e na região, conforme foram encontrados em morada em Porto Feliz. Janelas gradeadas e treliçadas eram para proteger e impedir a fuga dos escravos e empregados.

O abastecimento hídrico era feito por meio da canalização de aquedutos rústicos, feitos de telhas – seus restos ainda são visíveis – que chegavam até próximo da casa, sendo completado manualmente pela varanda, por onde a água era levada para a zona de serviço. Além da água, a varanda era o local do recebimento da lenha e dos mantimentos já beneficiados, para armazenagem.

Ao lado da casa-sede, uma construção, com funções específicas, apresenta-se como depósito de arreios, ferramentas e móveis. Segundo explicações do proprietário, o espaço era, também, destinado aos castigos de escravos. Tinha, ainda, a função de paiol e um grande moinho era tocado a bois. Constatou-se na mesma edificação a antiga instalação sanitária. São latrinas elevadas, com divisões de madeira, sem sistema de esgoto; os excrementos eram consumidos pelos porcos.

Era um importante espaço da época da construção da morada, que apresenta em uma das superfícies armação com sino, onde Antonio Ferraz de Arruda chamava seus empregados. Percebe-se nesse anexo o tipo de material e sistema de construção da época, pois a mora principal sofreu reforma. São visíveis o madeiramento do telhado em tesoura, a taipa de mão das paredes e seus esteios, com a *operação nabo*, característica da região. Os esteios eram fincados a 4,5 ou 5 metros de profundidade; a parte externa do esteio era aparelhada em secção quadrada e a superfície da parte a ser enterrada, ou *nabo*, era crestada para evitar as infiltrações do subsolo. Uma construção secundária significativa, que faz parte de uma antiga sede de fazenda de cana (1850), quando o acréscimo posterior de um programa para um período de cultivo e beneficiamento de café, não alterou o partido da sede propriamente dita.

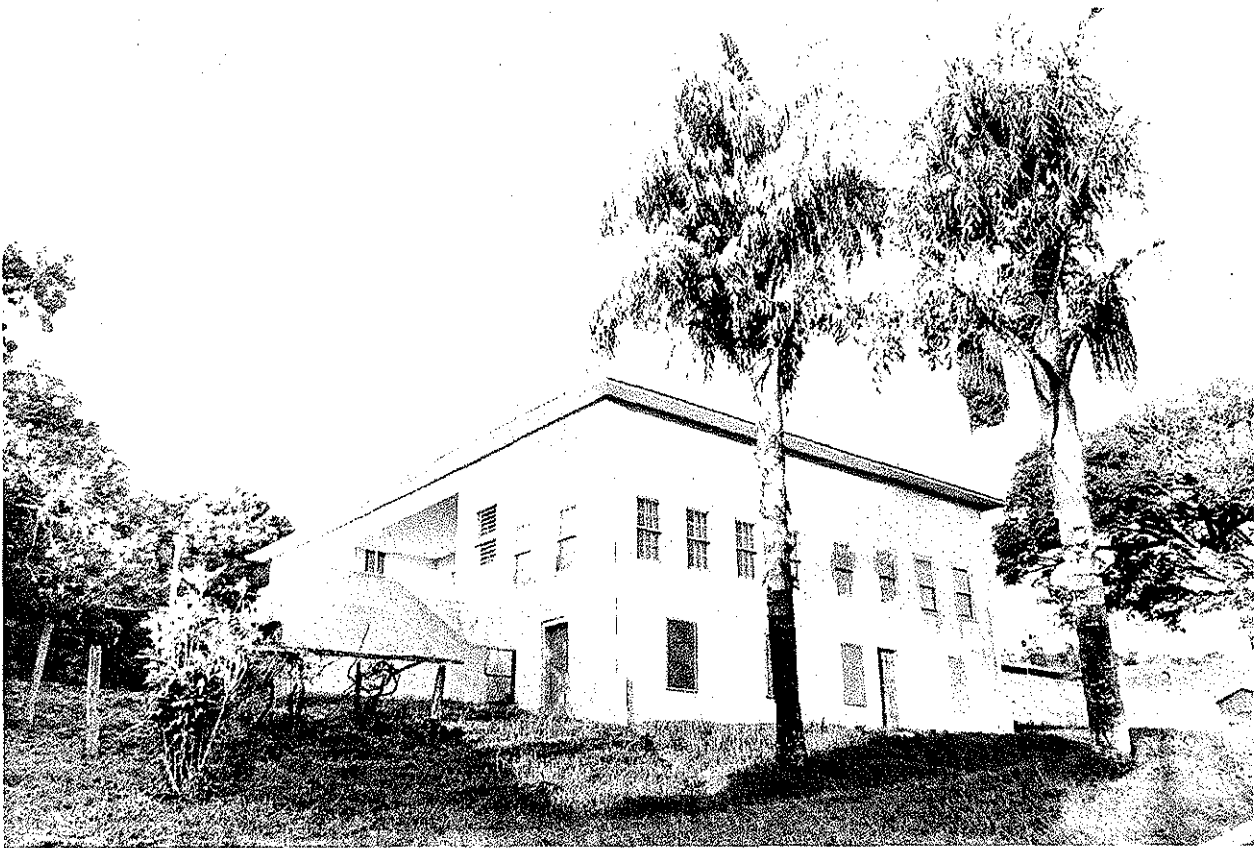
A implantação da Fazenda Milhã e as planta da casa-sede e do anexo, que serão apresentadas a seguir, são desenhos elaborados pelos arquitetos Edgard T. Dias do Couto, Maria Cristina Schichi e Valmir Rossignoli, com a seguinte legenda:

A	ALCOVA
ALP	ALPENDRE
B	BANHEIRO
COZ	COZINHA
D	DEPÓSITO
DE	DESPEJO
OF	OFICINA
P	PORÃO
PA	PAIOL
Q	QUARTO
S	SALA

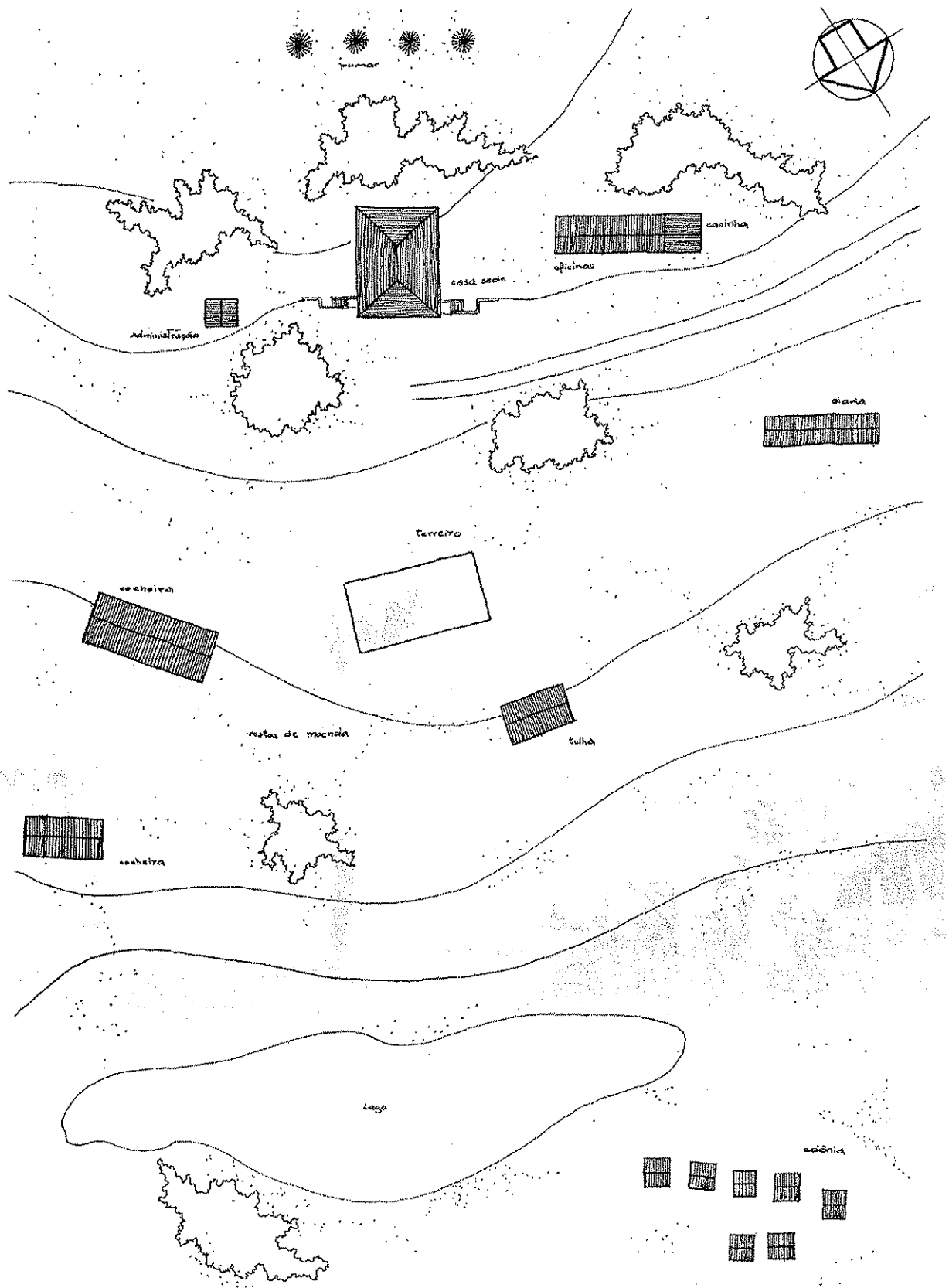


SE SERVIÇO  
SO SÓTÃO  
TP TERRAÇO PUXADO  
V VARANDA

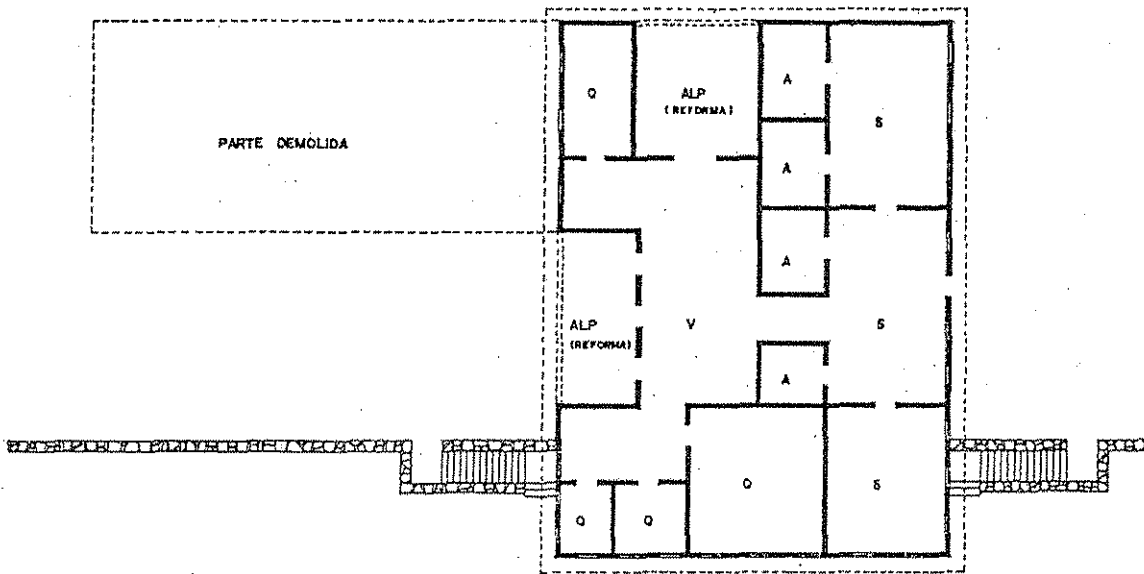
As fotos, implementadas após os desenhos, são da autoria de Neide Marcondes.



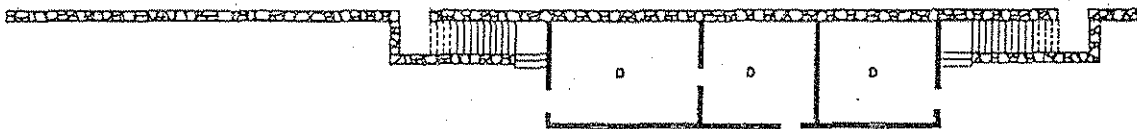
Fazenda Milhã - Piracicaba



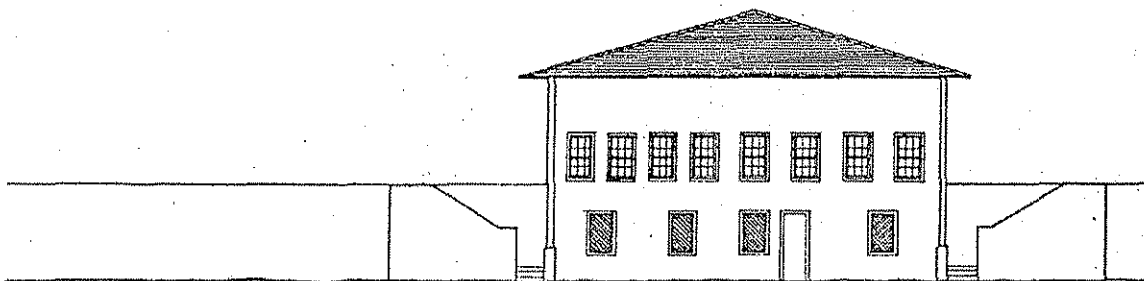




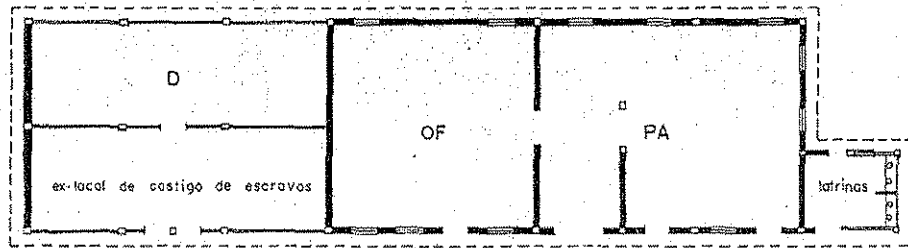
PLANTA



FAZENDA MILHÃ

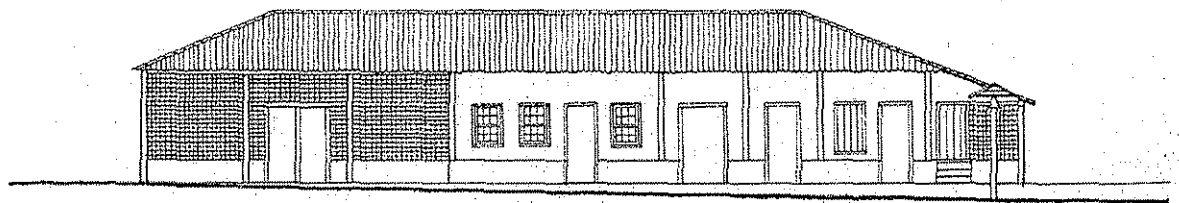
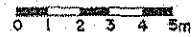


FACHADA LATERAL



PLANTA

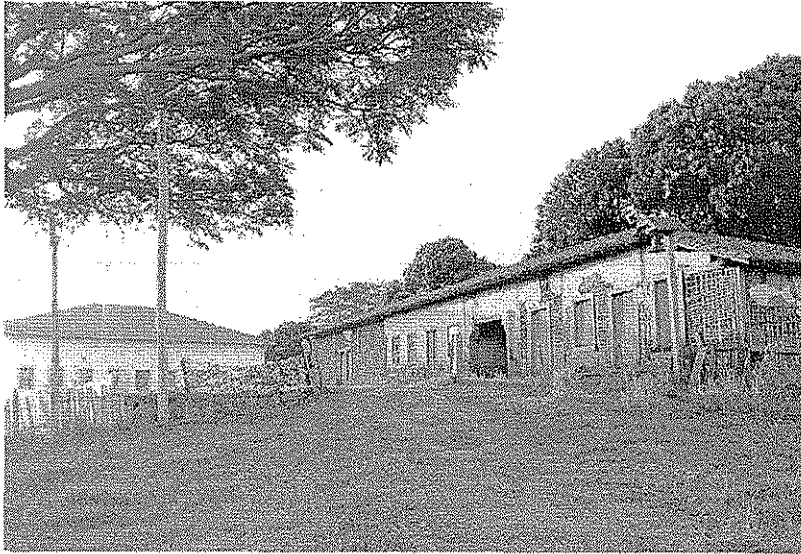
CONSTR. SECUNDÁRIA FAZENDA MILHÃ



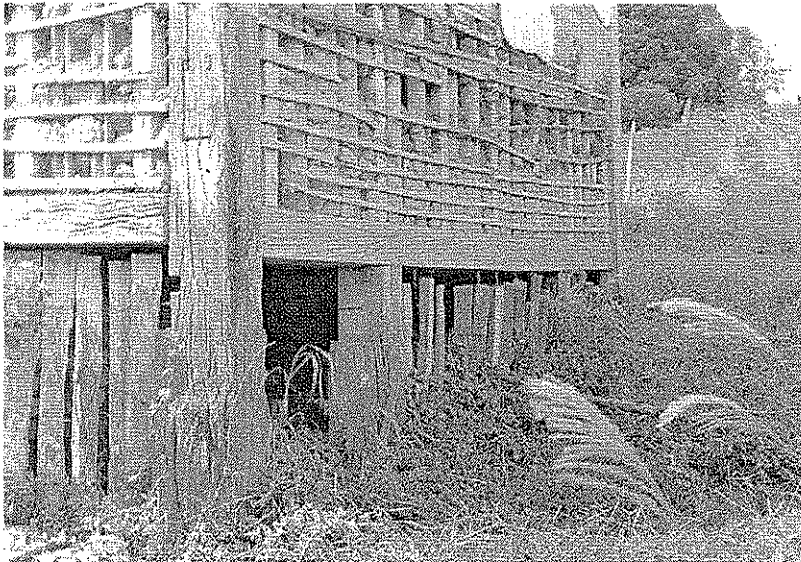
FACHADA FRONTAL



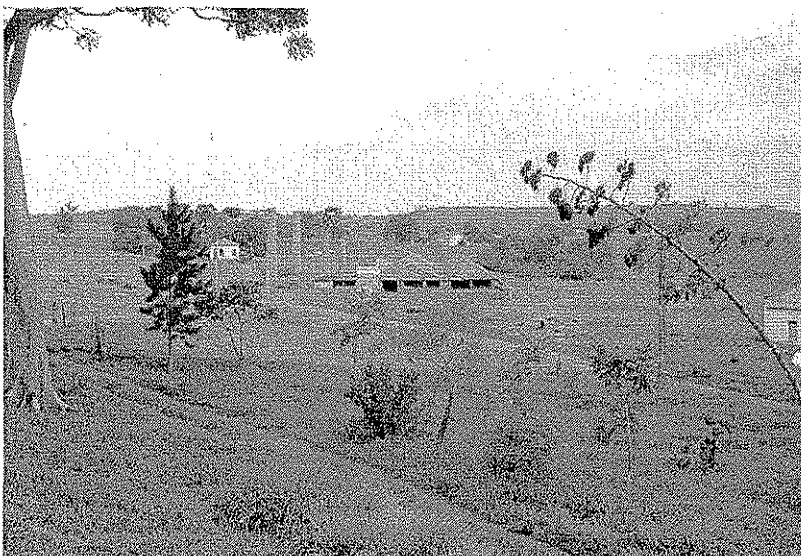
Casa-sede



casa-sede e depósito



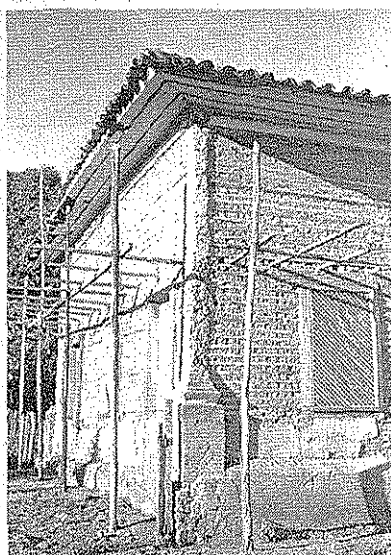
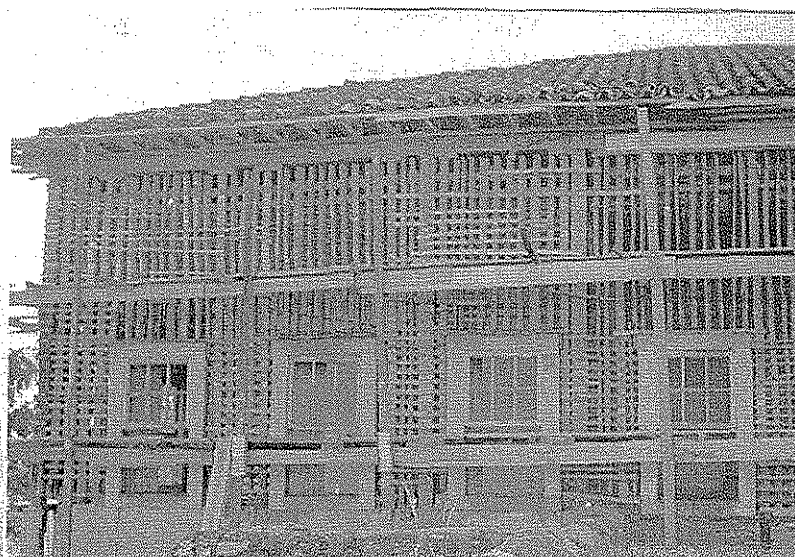
depósito operação nabo



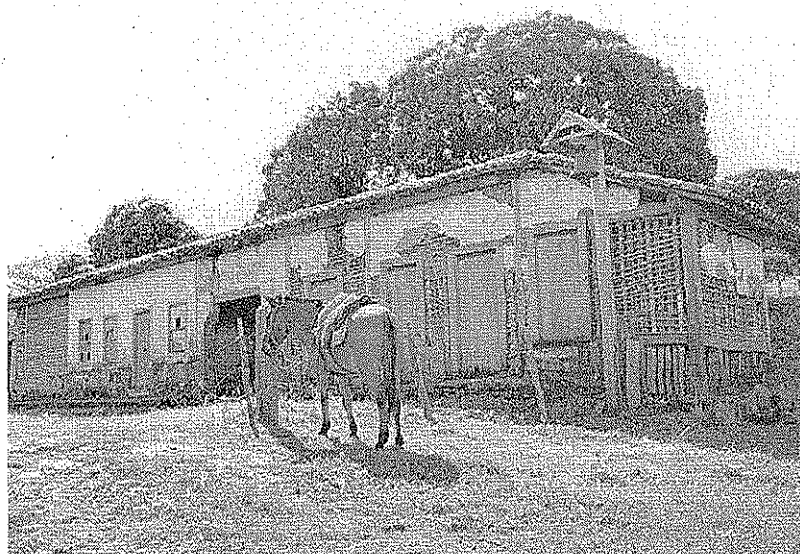
olaria



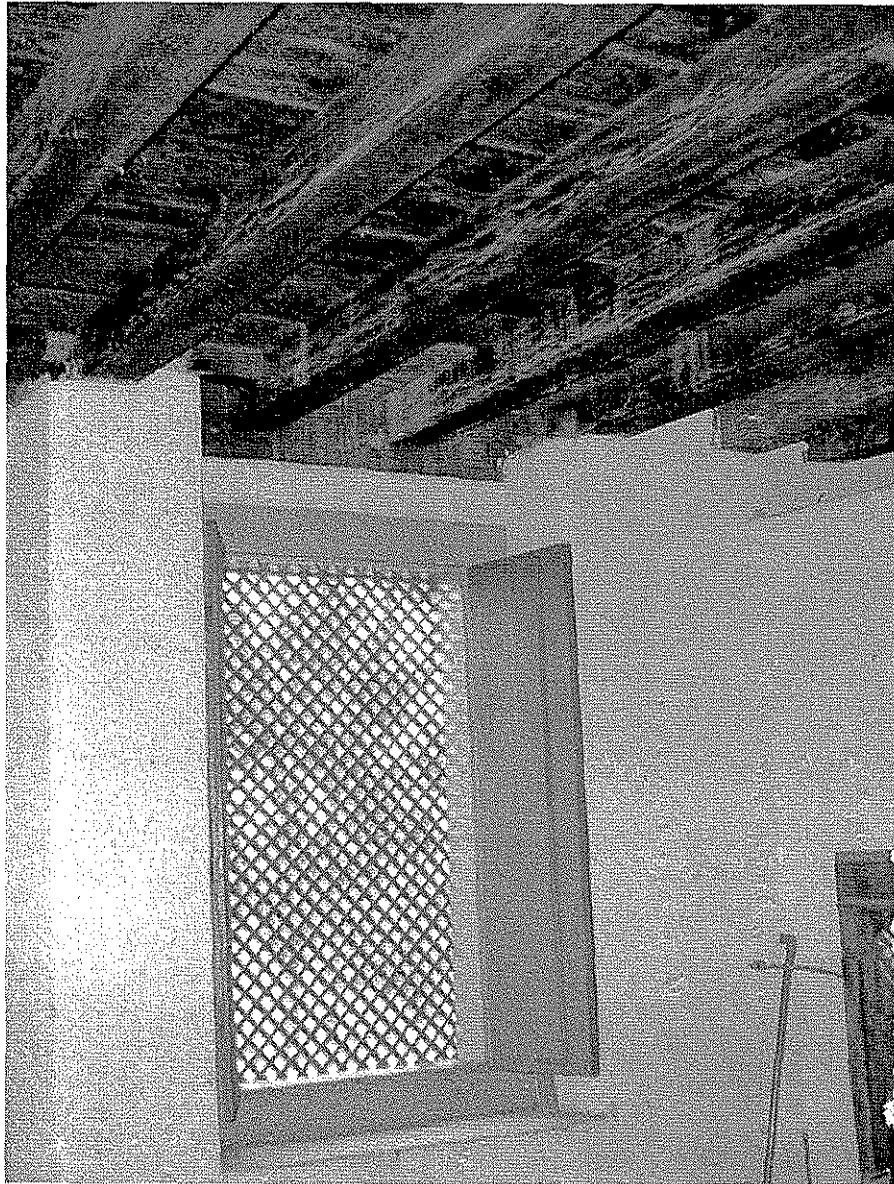
casa-sede  
reforma



depósito, paiol e latrinas







Interior do depósito  
Janela treliçada



Depósito



Colônia



Fazenda Arapongas  
Operação Nabo





## Fazenda Arapongas

*...morada assobradada...*

A fazenda Arapongas (exemplar nº 10), localizada no eixo Piracicaba-Tietê, próxima da via Cornélio Pires, conforme dados levantados em 1980, pertence a Antonio Merlotto, que a adquiriu de Jacó Peçatto.

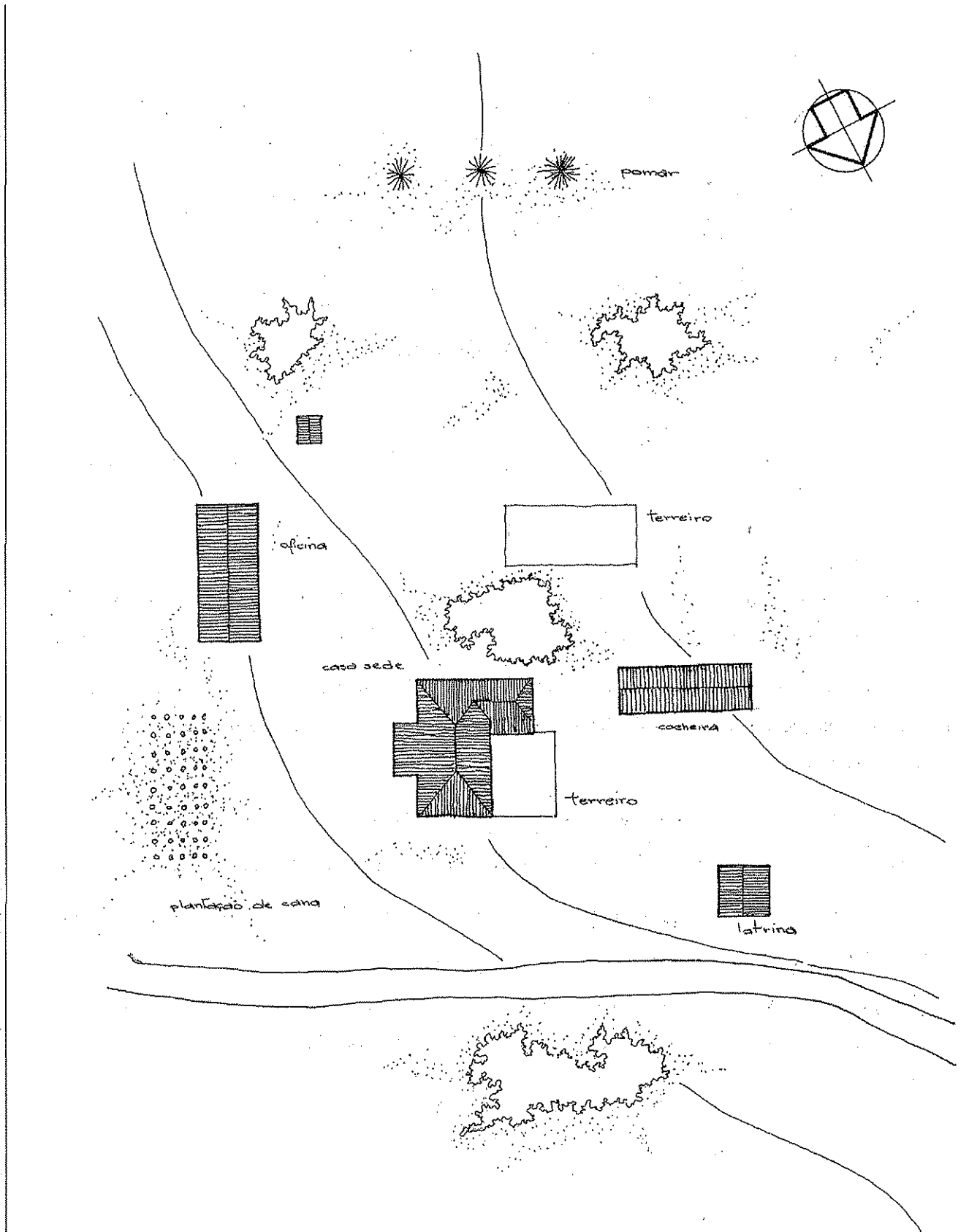
O padrão construtivo das moradas assobradadas, com paredes de taipa-de-mão, apresenta a solução sobre *burros*, solução única na região. *Burros* são peças verticais, colocadas de espaço em espaço, que escoram os baldrames.

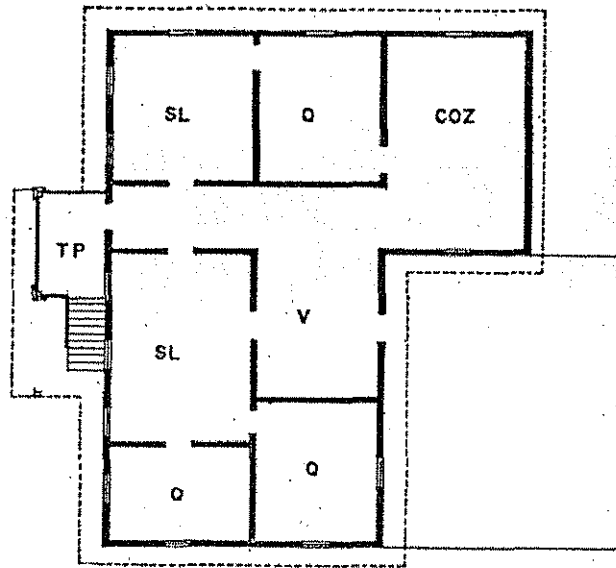
Esse exemplar rural, sede de antiga fazenda, contém 25 alqueires.

As características construtivas e soluções plásticas da casa-sede seguem as da morada da fazenda Milhã.

A fazenda Arapongas é da época da cana, da metade do século XIX, apesar de no seu programa geral não se constatarem “restos de engenho”.

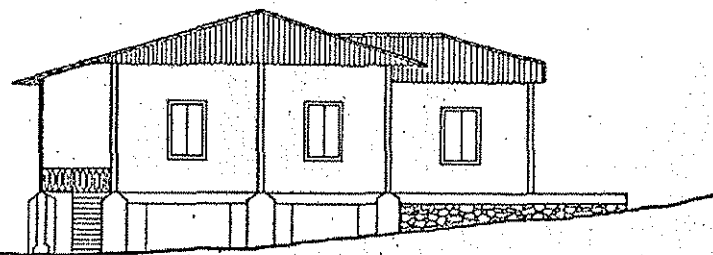
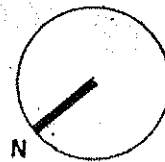
A seguir, estarão sendo demonstradas a implantação da fazenda, a planta da casa-sede e as fotos, com suas construções secundárias, casa-sede sobre *burros* e as fachadas central e lateral.



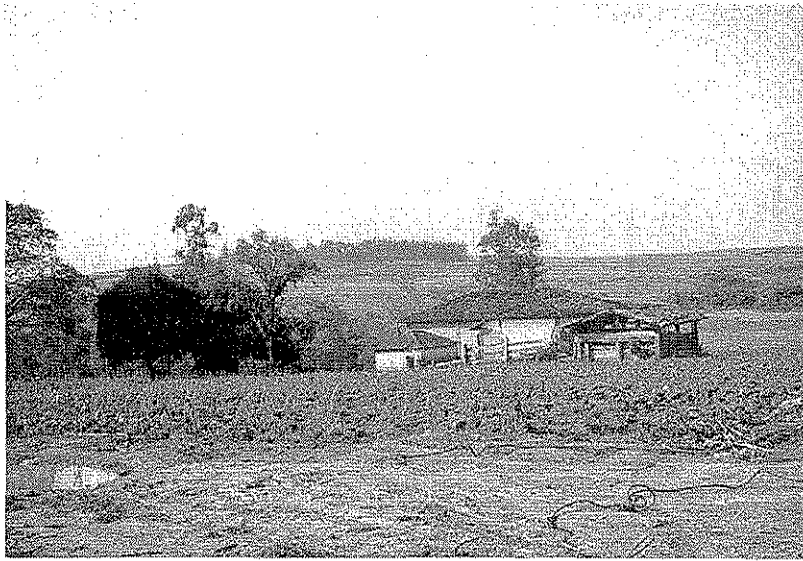


PLANTA

FAZENDA ARAPONGAS



FACHADA LATERAL



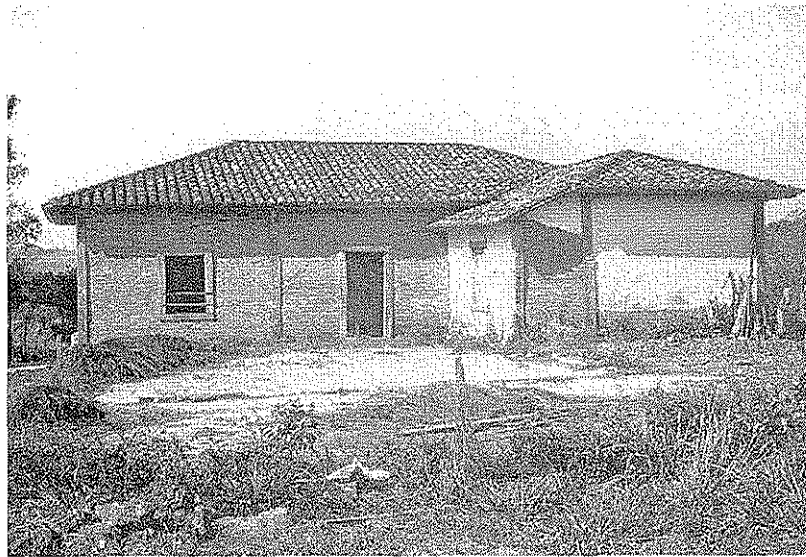
Vista parcial



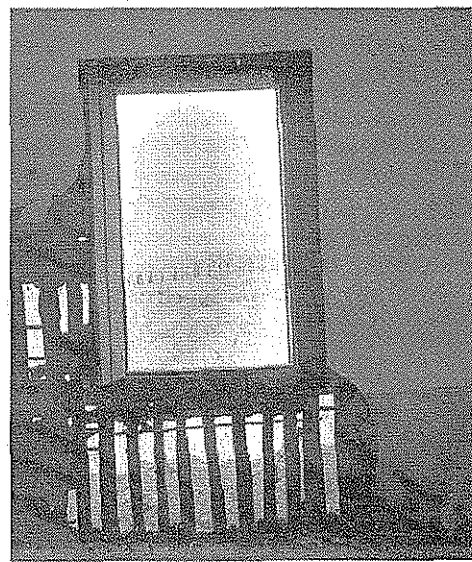
Casa-sede



Fachada lateral



Fachada Posterior



Operação Nabo



Casa-sede  
Fogão



Rústico Aqueduto  
Fazenda Monte Olimpo



## Fazenda Monte Olimpo

...e um rústico aqueduto...

A fazenda Monte Olimpo, (exemplar nº 9), localizada no eixo Piracicaba-Tietê, teve sua original casa-sede demolida em 1979, mas foi documentada por esta Autora para trabalho anterior, em 1977.

Apresentava, em menor proporção, o mesmo espaço e padrão construtivo da morada da fazenda Milhã.

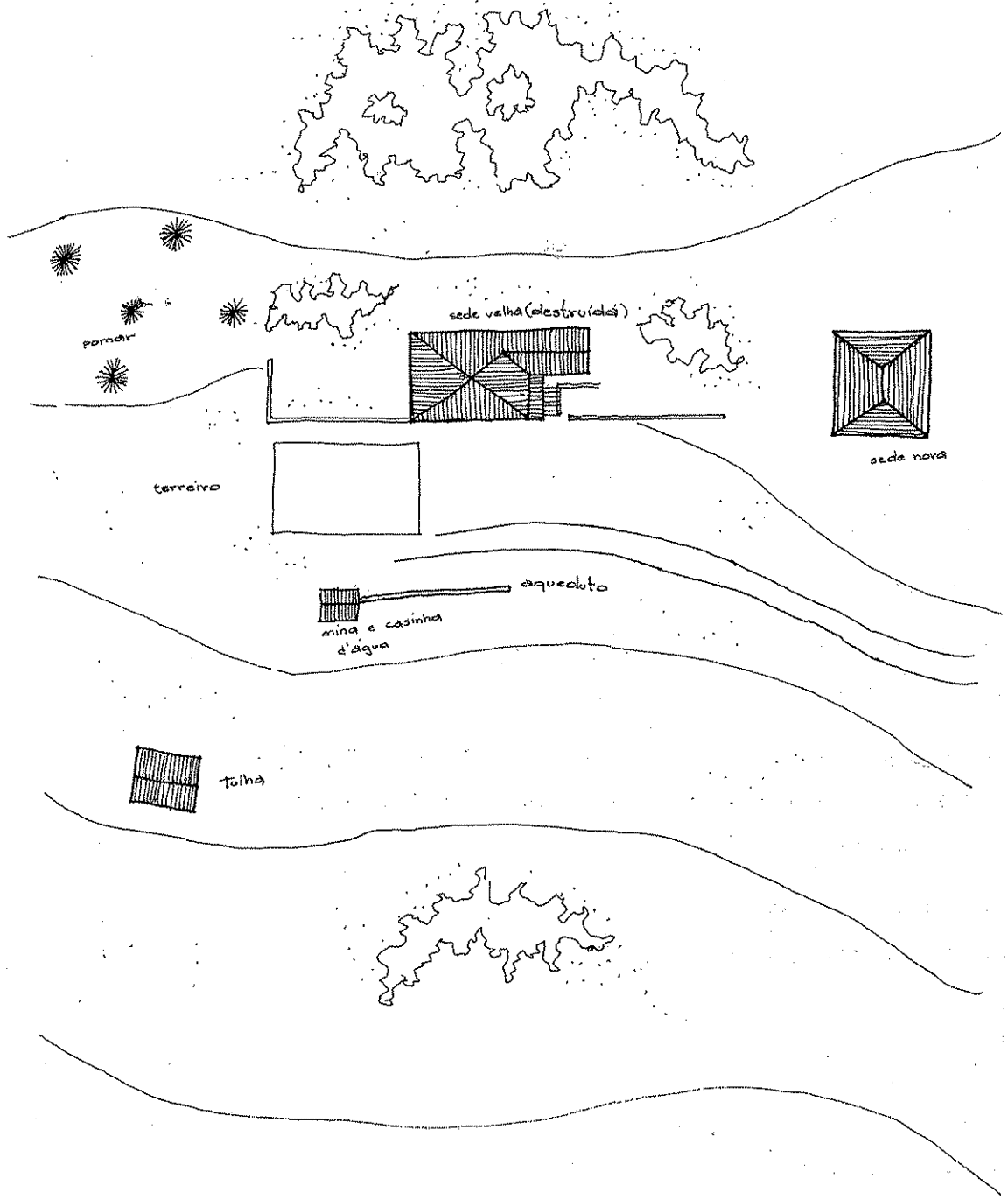
Restam ainda construções como as da colônia e um rústico aqueduto. Colônia é um agrupamento, como em uma aldeia, de casas de um só andar, geralmente divididas em dois cômodos.

Uma antiga tulha e terreiro demonstram uma época de cultivo e beneficiamento de café, mas a análise da primitiva morada fornece dados que a enquadram entre os exemplares típicos da fase da cana de açúcar, da metade do século XIX.

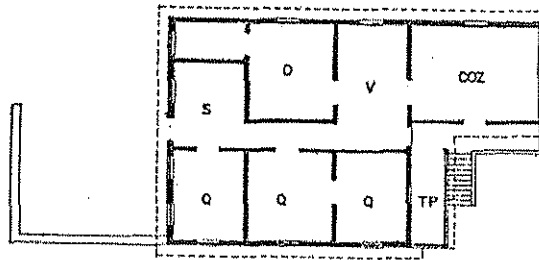
Em muitas propriedades rurais de Campinas e Piracicaba, o programa para o produto café é de solução mista; foram adaptadas as construções secundárias do engenho para o café, com tulhas e terreiro à frente.

Ao lado da colônia ficam as construções destinadas à maquinaria, secagem, aos celeiros e silos.

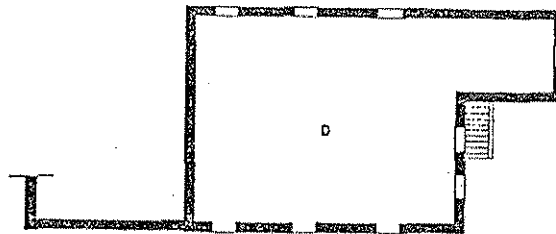
A seguir, o desenho da implantação da fazenda, a planta da casa-sede já demolida e fotos das construções secundárias, da aguada, do aqueduto e da tulha.



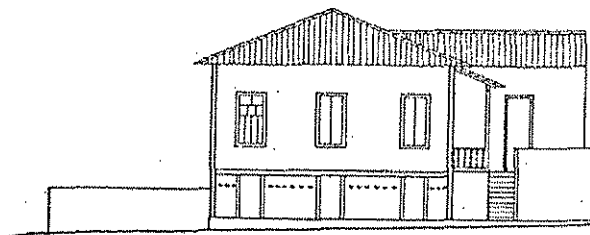
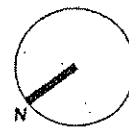
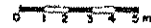




PLANTA



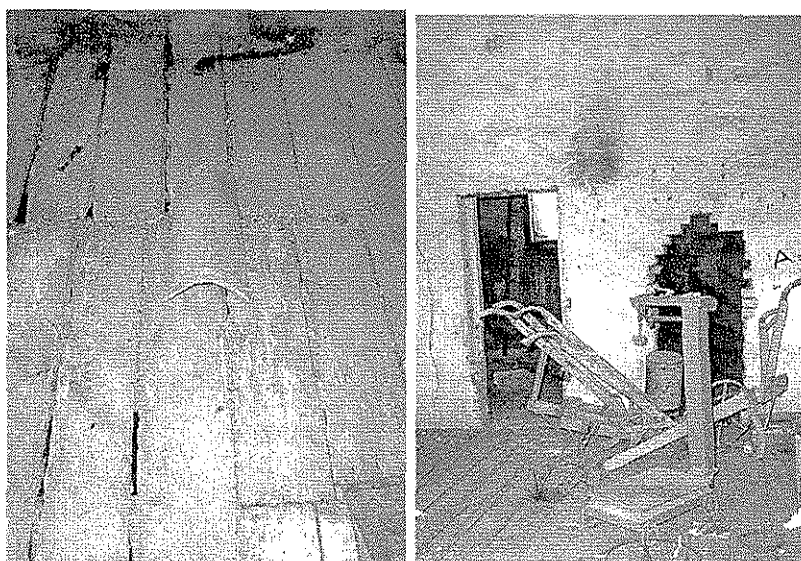
FAZENDA MONTE OLIMPO



FACHADA LATERAL



Casa-sede  
demolida



Tulha  
espaço interno



## FAZENDAS: Organização e mutação

Piracicaba, centro importante da indústria açucareira na primeira metade do século XIX, presenciará o abandono de alguns engenhos em favor do cultivo do café.

Em 1861, na *Relação dos Engenhos d'Assucar d'esta Cidade* (Constituição) e na *Relação dos Fazendeiros de Café*, foram relatados 47 produtores de açúcar, 53 de café e 12 engenhos e plantação de café (Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 372, 1861).

É interessante notar que muitos fazendeiros não abandonavam a plantação de cana e o engenho. Encabeçando a lista citada, Luís Antonio de Sousa Barros, com 7.000 arrobas de açúcar é, também, o primeiro fazendeiro de café, com uma produção de 30.000 arrobas naquele ano.

Em 1866 o município conta com 159 propriedades, divididas em produtoras de açúcar e café; 69 eram consideradas de tamanho médio, 89 as grandes propriedades e não há referência às pequenas propriedades (Torres, 1975).

Nesse período, Piracicaba apresentou a seguinte produção: 39.000 arrobas de açúcar e 112.830 de café.

A produção paulista do café, que até o início da década de 1870 representava apenas 16% da produção brasileira, a partir daí, e em 1885, representa 40% (Cano, 1977, p.31).

Ao se difundir a cultura cafeeira, coincidindo com a cessação do tráfico de escravos, acentua-se a necessidade de braços para a lavoura. Entre os produtores de açúcar, ao lado do braço escravo, já havia o sistema de plantação de cana de partido, em que os lavradores se estabeleciam em terras do senhor do engenho, fornecendo a cana para moagem e recebendo parte do açúcar produzido.

A Câmara Municipal da cidade de Constituição, reunida a 29 de novembro de 1857, informou que seria

*“...bem possível, nestes quatro ou seis anos, aumentar extraordinariamente a exportação desta cidade e que ela rivalize ou exceda qualquer outra povoação da Província, até mesmo Campinas. As plantações de café e chá neste Município, a propriedade e fertilidade do terreno convida a agricultura a depositar suas esperanças...mas é preciso facilitar a introdução de colonos, dar garantias para que os agricultores e proprietários de grandes sítios lhes cuidem dos cafezais...”*(Vitti,s.d., vol.II).

Em 1860, em escritura de doação de uma crioula de 18 anos de idade, o seu valor é de um conto de réis. O valor da terra não aumenta na mesma proporção do valor da mão de obra escrava. Em 1872, um sítio vale 600 réis o alqueire, com casa de morada, senzala, paiol, engenho, pastos, cercas, plantação de açúcar e café; já um escravo com 20 anos de idade custa 1.800 réis. Naquele mesmo ano, a população negra de Piracicaba constituía 40% do total e a população estrangeira não atingia 11% (Arquivo do Estado de São Paulo, Maços de População de 1869 e Relatório das Terras).

A organização do café em moldes capitalistas torna o trabalho escravo incompatível, já que este implicava num investimento, cujo lucro era bastante incerto. Assim, com 5.840 escravos, em 1833, o município de Piracicaba tinha, em 1887, 3.417. Foram concedidas 1.557 alforrias a título gratuito, 12 pelo Fundo de Emancipação e 15 libertos com mais de 60 anos (Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 375, 1883).

Em 1884, o número de imigrantes em São Paulo era suficiente para suprir a lacuna deixada pelos negros mortos ou libertos. Os fazendeiros do centro-oeste paulista diferiam dos do Vale do Paraíba, que se mantinham apegados ao trabalho escravo, indignado-se com o procedimento dos primeiros, que pareciam assistir indiferentes ao avanço do abolicionismo.

Os imigrantes que vieram em 1885, destinados à lavoura do Vale do Paraíba, recusaram-se à contratação como lavradores desta região e seguiram para o oeste da Província, segundo relatório de Francisco Antonio de Sousa Queiroz Filho, vice-presidente da Província de São Paulo, em 1885 (Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 375, 1885). O imigrante sabia das zonas mais férteis e de trabalho mais cômodo. Os italianos adaptaram-se melhor à lavoura cafeeira do que a maioria dos imigrantes das demais etnias.



Entre 1871 e 1886 chegaram pouco mais que 40.000 imigrantes a São Paulo, e em 1888, foram 122.000. Entre 1881 e 1891, as despesas realizadas pelo Tesouro da Província/do Estado de São Paulo montaram a 9.244 contos de réis para a imigração (Costa, 1966). Em 1890, o relatório da Comissão Central dos Estados indica 22 mil imigrantes europeus no município de Piracicaba.

As imigrações portuguesa, alemã e suíça são as primeiras e praticamente as únicas na primeira metade do século XIX. A corrente imigratória italiana para São Paulo, a mais importante fornecedora de mão de obra, começou tardiamente em comparação às outras. O primeiro grande grupo de italianos chegou à Província de São Paulo em 1877, num total de 2.000 imigrantes. Com crescimento contínuo, a corrente imigratória atingiu mais de 80.000 pessoas em 1888. (Petroni, 1976, p.276-7).

No interior das grandes fazendas agrícolas, o trabalho dos escravos era coletivo, iniciado pelo toque de um sino e estreitamente vigiado pelos feitores. Certos fazendeiros conservaram uma mentalidade escravocrata e tentavam acomodar os colonos nas antigas senzalas, o que provocou grande descontentamento. Alguns deles perceberam que podiam fixar os colonos mais facilmente à terra, oferecendo-lhes casas mais adequadas ao convívio familiar. Surgiram assim, em algumas fazendas, casas, embora simples, razoavelmente confortáveis.

Nas fazendas de café, as casa da colônia são de taipa de mão ou de tijolão. Possuem, no seu espaço interno, sala, quarto, cozinha e muitas vezes um pequeno cômodo para despensa. No espaço externo, a presença do quintal com as fossas (latrinas). O termo "casa colônica" não foi usado antes do século XIX e designa a casa daquele que reside na fazenda: a casa do agricultor (Marcondes, 1995, p.99).

Por algum tempo coexistiram, principalmente nas lavouras cafeeiras do oeste paulista, distintos sistemas de emprego, além do escravagista, o de parceria, o de salário fixo e o colonato, que compreendia um sistema misto de pagamento e renda: um salário fixo pelo trato de determinado número de cafeeiros, um variável pela colheita de café e o direito de plantio e criação dentro da propriedade. A coexistência, na mesma fazenda, de um ou outro desses sistemas com o trabalho escravo, muitas vezes não surtia bom efeito.

O sistema de parceria cede, em 1860, para o salário fixo e depois para o colonato. Este último, além dos salários fixos e variáveis pagos pelo fazendeiro para os colonos, ainda permitia que mantivessem pequenas criações e plantio de cereais, intercalados nos canais do cafezal novo.

A família é considerada uma unidade, tanto para efeito de contrato como de remuneração. Nenhuma organização permanente, do tipo sindical, existiu entre os imigrantes, que promovesse a sua defesa. A dispersão deles em propriedades distantes uma das outras não favorecia reuniões nem a formação de grupos (Queiroz, 1978, p.39).

Os fazendeiros usavam todos os ardis para conseguir a mão de obra a baixo custo. Em 1879, o colono recebia de 40 a 50 mil reis para tratar de 1.000 pés de café, pelos cálculos da Comissão Central de Estatística e Relatório de 1880 (Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 374, dez.1880).

Não são consideradas modernas, para a década de 1870, as técnicas agrícolas usadas no centro-oeste paulista, apesar do arado já ser de uso difundido e a topografia permitir a introdução de máquinas carpideiras, despoldadoras, descascadoras e de ventiladores, humidificadores, separadores e modificadores de tipos de café (Cano, 1972, p.31).

Do cafeeiro chegou a dizer H.Handelmann, na História do Brasil (1931), que o café é uma planta democrática em comparação com a cana e mesmo com o algodão. Seu cultivo não exige grandes extensões de terra, provoca o desmembramento das propriedades e a redução dos latifúndios.

A fazenda de café apresenta características de empresa, na sua organização:

- progressivo desenvolvimento de intercâmbio com os compradores de café no exterior;
- formalização das relações entre a unidade produtora e os comissários;
- flutuação do fluxo de capital financeiro e expansão contínua das plantações;
- predominância desse produto na economia nacional e no comércio exterior com os centro consumidores.

Tais modificações sistemáticas provocam a decadência das indústrias caseiras. Surgem os “quitandeiros”, lavradores que plantam e vendem mantimentos no meio urbano e rural.

O café permite a cultura de gêneros alimentícios no começo, quando ainda os cafeeiros estão novos. O domínio agrário deixa de ser uma baronia para se aproximar de um centro de exploração industrial. A organização das fazendas evolui para:

- aquisição de terras;
- organização e direção do produto;
- transporte interno;
- comercialização nos portos;



- contatos oficiais;
- interferência na política financeira e econômica.

Tal organização requer um capital significativo. Em 24 de setembro de 1864 é criado o sistema de crédito agrícola e começam a ser feitas as hipotecas. Nessa estrutura surge a figura do comissário que, no crédito pessoal bancário, é o intermediário entre o cafeicultor e a casa bancária.

O café passou a ser vendido por meio de várias Casas Comissárias de Santos. Detalhes interessantes são fornecidos pela correspondência dessas Casas a respeito do preço do café e das oscilações do mercado. Uma das cartas de 1870 esclarecia sobre as más notícias da Europa e os baixos preços do gênero, influenciando desfavoravelmente no mercado. Em 1872, outra correspondência informa que a posição do nosso mercado de café é satisfatória, se bem que os exportadores não tenham querido pagar além das últimas cotações (Queiroz, 1965, p.82).

Em Piracicaba, o número de lavradores de café aumenta e, em 1887, 80 fazendeiros pagavam impostos desse produto (Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 375, set.1887).

Como as vilas dessa época, Piracicaba não foge às origens agrárias, mantendo o aspecto de comunidade rural. Nas sessões da Câmara, os assuntos discutidos são a distribuição de terras, a construção de pontes e estradas, a ocupação de terrenos sem autorização e o problema da falta de recursos dos fazendeiros. Em 1886, os assuntos discutidos eram as conseqüências das secas no município e o encarecimento dos gêneros alimentícios. O ano seguinte marcou a pior estação de enchentes do rio Piracicaba; a população foi atacada por febres e bexiga e é determinado rigor na fiscalização sanitária. Discutidas as possíveis soluções pelos representantes do povo junto à Câmara local, aqueles eventos tornaram-se motivos de lendas e crendices. Iglesias Fernandes transcreve a "Vingança do rio" em *Lendas e Crendices de Piracicaba*:

*"O rio como tem alma e é rancoroso  
quando fica nu e mansinho na seca,  
quando vem as chuvas, enche e engole  
um provocador de desforra"  
(Jornal de Piracicaba, 4/8/1954, p.2).*

Os membros da Câmara Municipal, escolhidos na maioria entre os proprietários de terras, discutiam também, o ofício de 20 órfãos, sob os cuidados do Juiz de Órfão de Piracicaba, para ilhaá-los à função de trabalhos agrícolas na Companhia de Navegação Fluvial Paulista e no Engenho Central de Piracicaba e



Para as eleições de senadores, em 1878, constam os nomes do conselheiro Antonio da Costa Pinto e Silva, de Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, do brigadeiro Luís Antonio de Sousa, de José da Costa Carvalho e do brigadeiro Moura Lacerda, todos fazendeiros de Piracicaba. “De Constituição partiu o primeiro brado republicano. Entre os liberais: Manoel de Moraes Barros, Jaime Pinto de Almeida, Miguel Araújo, Benício Dutra e Pedro Liberto.” (*Piracicaba Antiga X*, Biblioteca Municipal de Piracicaba, s.d., p.28).

Piracicaba não teve o aspecto aristocrático da zona do Vale do Paraíba nem dos engenhos do Nordeste brasileiro, mas o “gene rústico” relatado por J.J. von Tschudi justifica-se pela continuidade dos costumes tradicionais (1953, p.193). Dona Maria Paes de Barros, filha do comendador Luís de Sousa Barros, descreve a vida simples nas fazendas de cana e café; não obstante constituir-se uma das maiores fortunas da Província, é a representante de uma sociedade fortemente vinculada às tradições do passado (Torres, 1967).

O *Almanaque de Piracicaba*, de 1900, narra anedotas, contos e relatos que revelam a simplicidade e o estilo das residências amplas, mas modestas. Na *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, Ernani da Silva Bruno (1954) descreve a sensação que a construção de uma casa de tijolos produziu e a expectativa de que as paredes não cairiam sem os esteios e os pilares.

As fazendas de café na segunda metade do século XIX apresentam a “morada de casa” ou “casa de morada”, feita de taipa ou tijolos, coberta de telhas, além do terreiro, das máquinas de beneficiar café e as fábricas de açúcar e aguardente. Numa lista completa de “trastes”, contida em *Um Fazendeiro Paulista do Século XIX*, consta a descrição de uma casa de fazenda da época (1870):

“... há uma sala de visitas em que figura um piano, além de espelhos e quadros, sofá e cadeiras. Um alpendre, uma sobrevaranda (muito comum na época, onde se tomavam as refeições diárias), vários quartos, um quarto do oratório, uma despensa bem sortida, com caixotes de vinho e barricas de açúcar, além de quartos para criados; e mais: prataria, louças, cristais, lampiões, tudo enfim que compõe uma casa de morada confortável.” (Queiroz, 1965, p.90).

No programa da fazenda de café é imprescindível a tulha, se possível com parede de tijolos por fora, para conservar um espaço de 10 centímetros entre as duas paredes. Deve ser bem fechada, para não entrar vento e poder isolar o café do ambiente exterior. As tulhas deviam comportar 700 a 1500 sacos de café em coco. O terreirão, de chão socado ou de tijolo, deve ser preparado para o processo de secagem do café. Assim, também as máquinas na parte interior das tulhas, a bica do lavador e o pilão (Marconi, 1976, p.22).



Os programas da fazenda de café apresentam uma solução mista. Adaptam-se as construções secundárias do engenho para tulhas e terreiro; o terreno é aplainado para permitir a secagem do café.

O cafezal reuniu as classes sociais e os tipos étnicos e raciais; o fazendeiro transformou suas residências, na cidade e no campo, em centro de vida social, conservando sua morada rural para temporadas e formando o binário urbano-rural (Reis Filho, 1976, p.144).



## Fazenda Pau d'Alho

...morada-sede em estilo severo e roceiro...

A Fazenda Pau d'Alho (exemplar nº4), antiga Pico Alto, localizada no eixo Piracicaba-Conchas, abarcava as demais propriedades da região, inclusive a Boa Esperança (exemplar nº5), totalizando 2.500 alqueires de terra.

Seu programa é resultante do plano das grandes propriedades rurais do século XIX, incluindo casa-sede, zona de colonos, restos de senzala, zona de plantação, construções secundárias: oficina, paiol, terreiro, tulha, cocheira e estrebaria.

A propriedade foi integrada por Manoel de Moraes Barros por aquisições, conforme consta de registros do Cartório do Iº Ofício de Piracicaba:

Livro 18, folha 29v.	valor > 300 contos de réis	2/7/1868
Livro 138, folha 21	valor > 12 contos de réis	22/3/1876
Livro 90, folha 39	valor > 185 contos de réis	11/9/1889
Livro 134, folha 15 v.	valor > 15 contos de réis	9/7/1896

A propriedade é uma solução mestiça de programa de cana para café. Nos Ofícios Diversos de abril de 1861, da Câmara Municipal de Nova Constituição, constam notícias sobre esta propriedade. É o relato de escolta atrás de um foragido no caminho de Botucatu, próximo ao sítio Pau d'Alho:

*“...pastos do Pau d'Alho, plantação de cana, uma casa com janelas quadradas e um engenho bangüê, funcionando ativamente...”*  
(Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 373, abril de 1861)

Nota-se a preocupação da aguada próxima dos estabelecimentos de trabalho, a qual seria originalmente para o cultivo da cana e fabrico do açúcar; posteriormente, os espaços foram remodelados para a nova produção. Foram construídos a tulha e o terreiro aplainado e atijolado.

Na *Relação das Primeiras Lavouras de Café*, entre os classificados para o pagamento de imposto municipal (1888), consta o nome do Dr. Manoel de Moraes Barros, com produção de 1.000 arrobas de café no ano de 1888 e 7.000 arrobas de café em maio de 1889. É interessante notar que o documento de Manoel de Moraes Barros, enviado à Câmara Municipal de Piracicaba, reclama contra sua classificação como “**capitalista**” e sujeito ao pagamento dos respectivos impostos. Conta ele que seu capital desapareceu com o dote da filha, que contraiu dívidas com o Dr. Abílio Viana e seus correspondentes em Santos e com o Banco Mercantil de Santos. Solicita, então, ser eliminado da relação dos “capitalistas pagadores de grandes impostos” (Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba, *Livro de Atas* nº14. 1888).

À entrada da Fazenda Pau d'Alho, em aclave localizam-se os “restos” da senzala; uma estrada com fileira de palmeiras reais leva à casa-sede. A morada, instalada em espaço diferenciado da zona agrícola, está implantada em assento de meia encosta e a face posterior (zona de serviço) apoiada diretamente sobre a parte elevada do terreno. Não se tem nenhum conhecimento dos construtores-mestres da morada. Em estilo severo e roceiro, não possui o apuro plástico das sedes rurais do Vale do Paraíba; apresenta, no entanto, o mesmo tipo de planta em U, como naquelas moradas. Sobre o embasamento de pedras e tijolos sobem as paredes, constituídas, parte de taipa de mão, parte de tijolões (tijolos antigos de 30cm x 15 cm). Não se percebe o uso da parte térrea para depósito; uma escada de tijolões dá acesso ao terraço, sustentado por pilares, também de tijolões, revestidos de argamassa.

O espaço interno está assim organizado: sala social e dois quartos na parte fronteira; outros dois quartos e varanda (sala de refeições e lazer da família) estão na parte central; a zona de serviço está agenciada numa das extremidades da casa. Fica nítida a separação do espaço, com função social, em relação à zona familiar. A varanda se comunica, ainda, com a zona de serviço e a parte externa da morada. A casa-sede

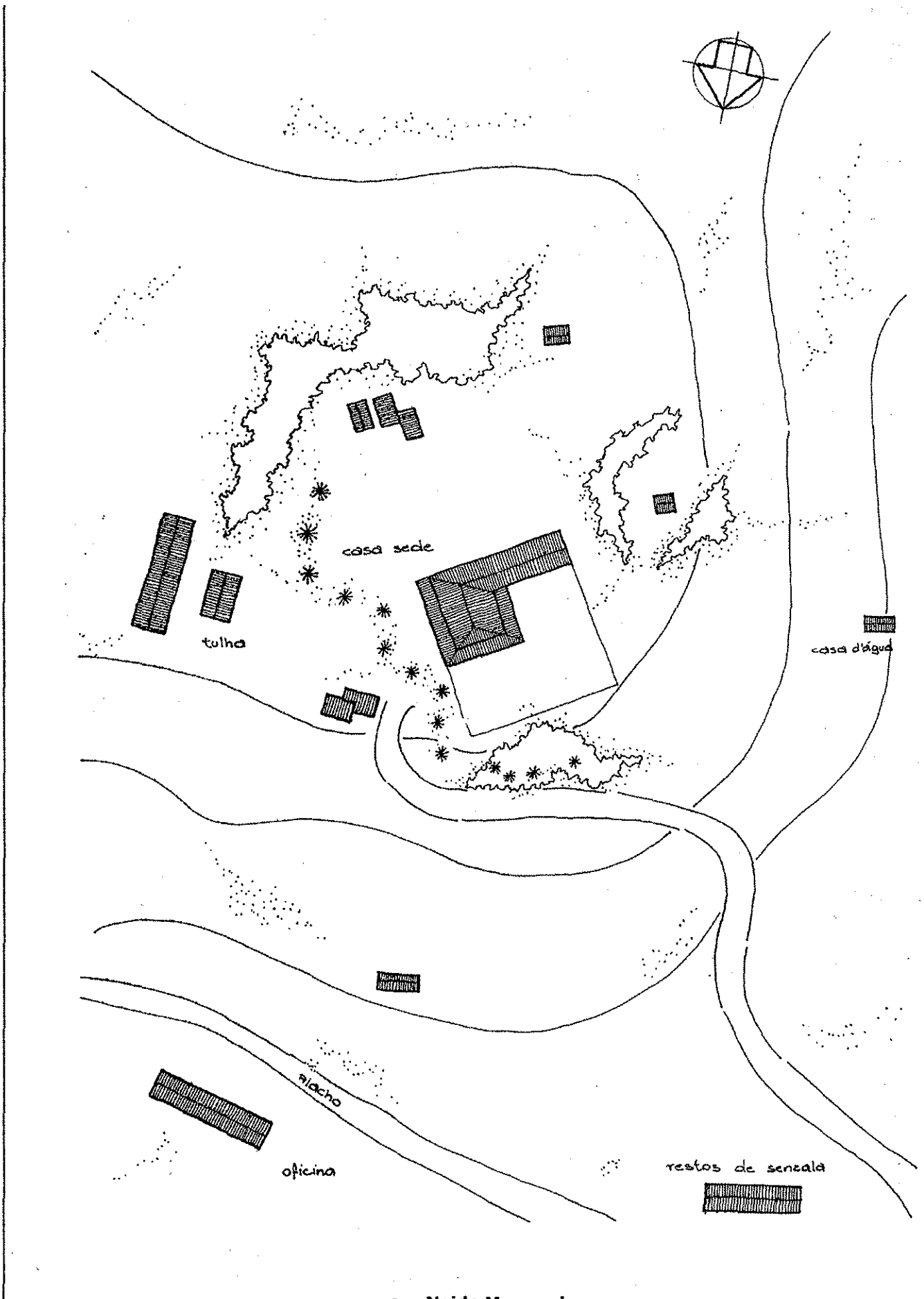


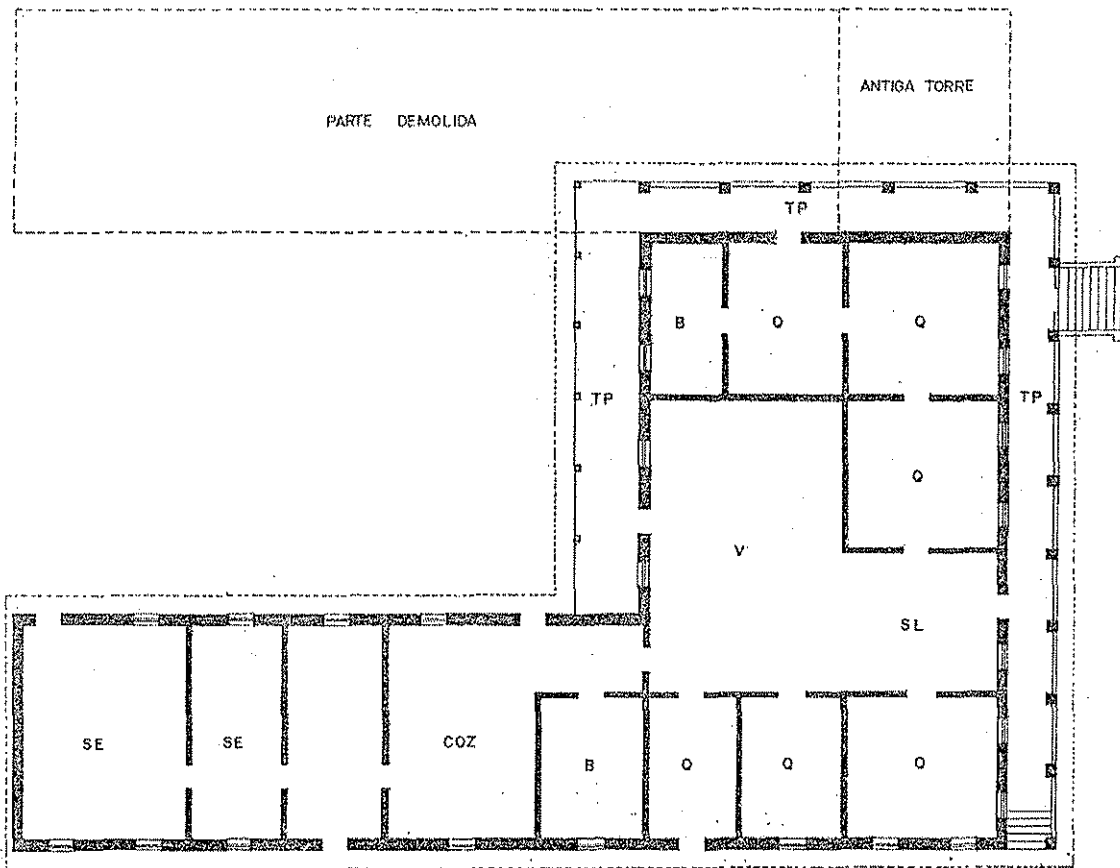
sofreu reforma, quando então foi demolida a ala direita da forma em U, que continha uma torre com mirante, segundo depoimento, por volta da década de 1980, de uma integrante da família Moraes Barros.

Sendo uma morada do café da segunda metade do século XIX (o café alcançou o centro e médio oeste paulista a partir de 1860), ainda é um casarão que o “escravo negro fazia funcionar”, no dizer de Lúcio Costa (Lemos, 1976, p.114). A extinção do trabalho escravo ocasionou a introdução de novos cômodos no espaço interno das moradas, ou seja, o banheiro e a cozinha, que em reformas posteriores ofereceram relativo conforto; assim também a introdução de novos materiais, como o piso para substituir o chão batido da época.

O telhado de telha de canal apresenta multiplicidade de águas e, em alguns cômodos, recebe forro de madeira. Os vazios e os cheios, na superfície frontal, estão na mesma medida e não apresentam elementos decorativos. Os montantes são de madeira, com os escuros que mais tarde receberam vidros. A superfície frontal apresenta um terraço postíço, com cobertura própria, que provoca uma visão em multiplicidade. Nota-se o tectonismo nas superfícies e no volume. Os vazios permitem iluminação eficiente e o abastecimento hídrico está resolvido pelo encanamento de nascente d’água para a zona de serviço e banheiro. Constata-se que o sistema e material de construção estão em inteira dependência do meio e da mão-de-obra locais.

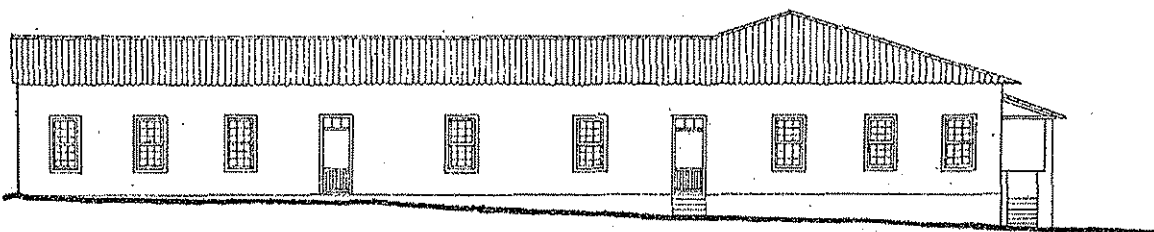
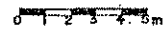
As pranchas que se seguem apresentam a implantação da Fazenda Pau d’Alho, as plantas da casa-sede e da senzala e fotos do entorno, da morada e das construções secundárias.



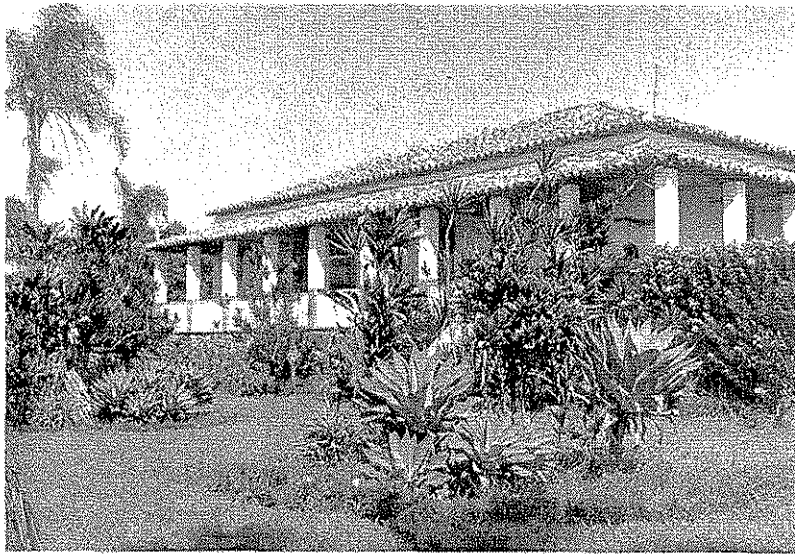


PLANTA

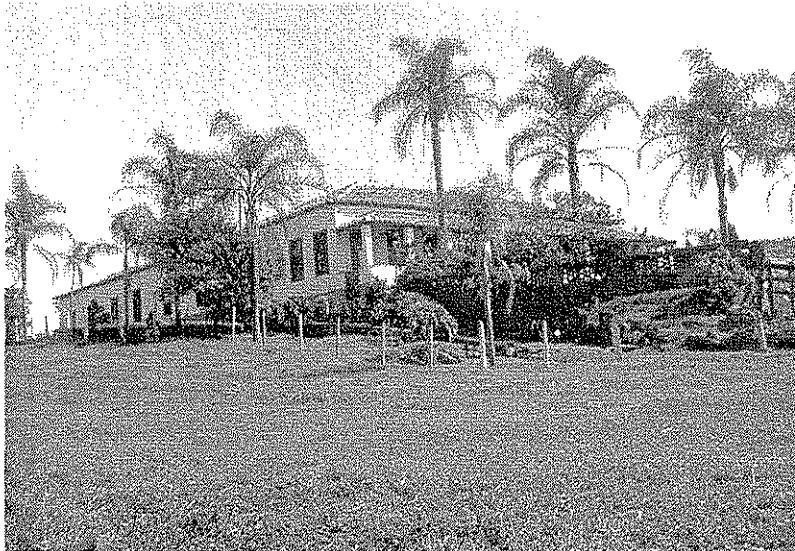
FAZENDA PAU D'ALHO



FACHADA LATERAL



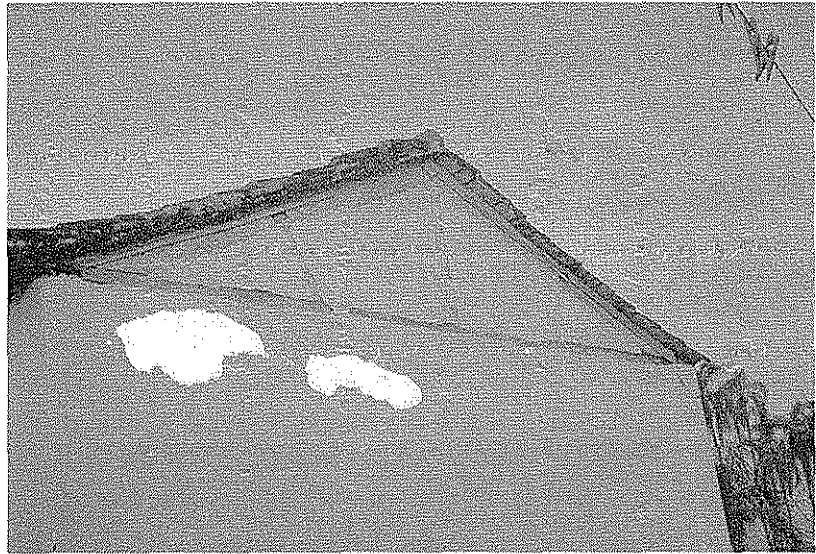
Casa-sede



Fachada lateral



Casa-sede



Detalhe parede  
Fachada posterior

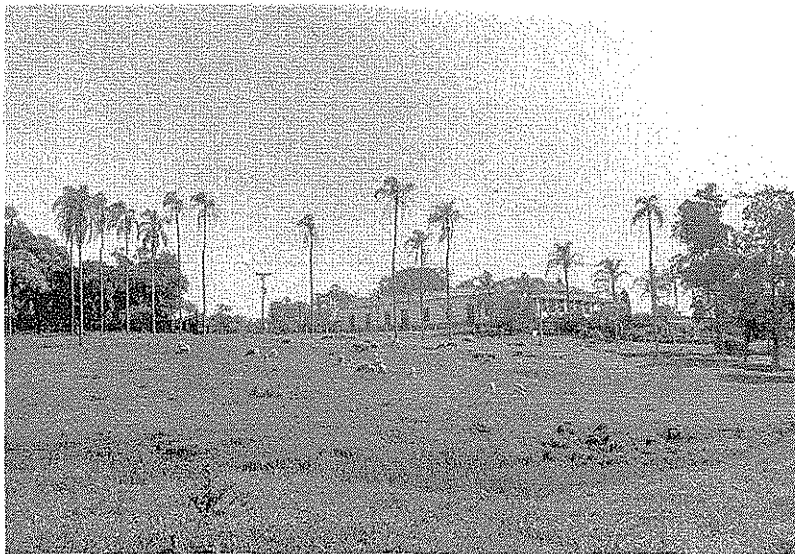


Janela com escuro



Fachada posterior





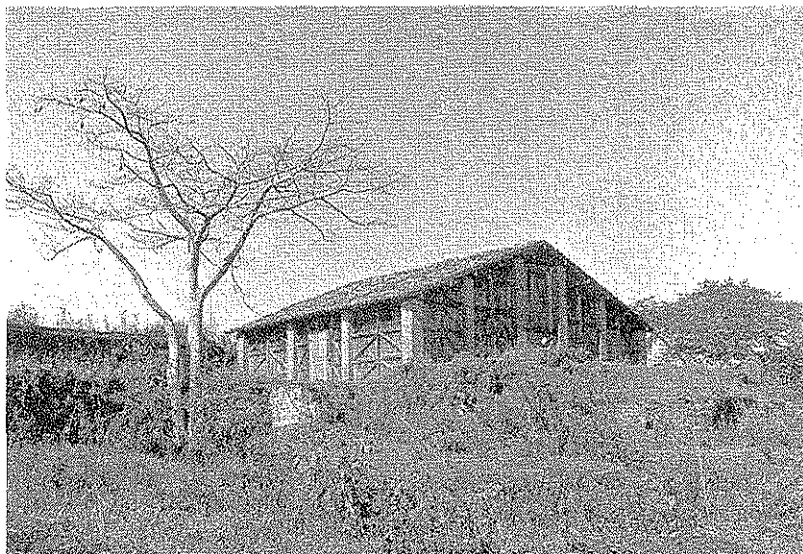
Casa-sede



Antiga senzala



Antiga senzala



Tulha



Casa das máquinas



Casa do poço



Colônia



Detalhe  
parede da senzala



## Fazenda D. Pedro II

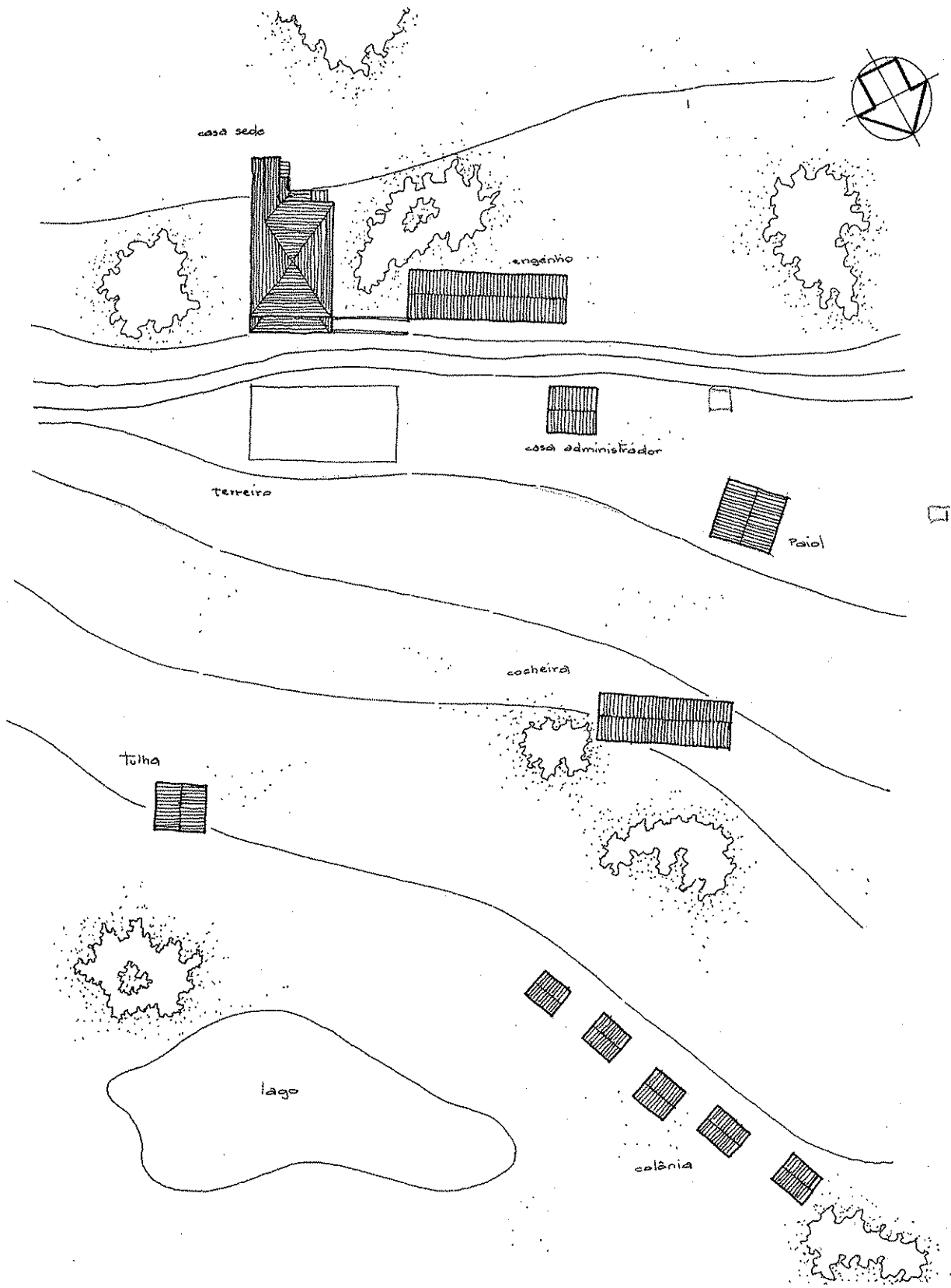
*...antiga Vai-Vem...*

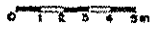
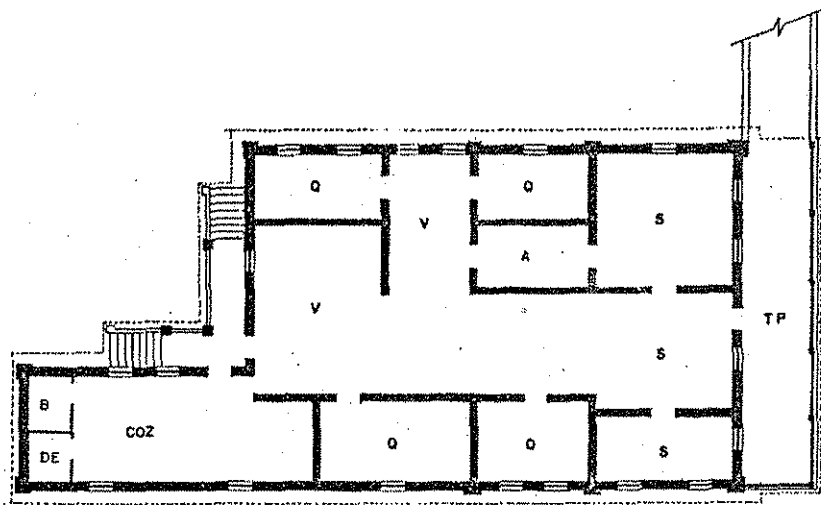
O programa definido de uma propriedade cafeeira do fim do século XIX, em Piracicaba, é notado na Fazenda D. Pedro II, antiga Vai-Vem, exemplar nº 2. A propriedade conta com 175 alqueires que, no século XIX, pertenciam à Fazenda Milhã (exemplar 1). Os atuais proprietários são os bisnetos do fundador da Fazenda, Bento Ferraz de Arruda.

O terreiro atijolado e arrimado com mureta, também de tijolos, a grande tulha, a colônia e o sobrado foram definidos, conforme análise, como componentes da grande fazenda de café; contém ainda uma construção com restos de engenho de melaço, mostrando o binário café-cana, muito comum na região.

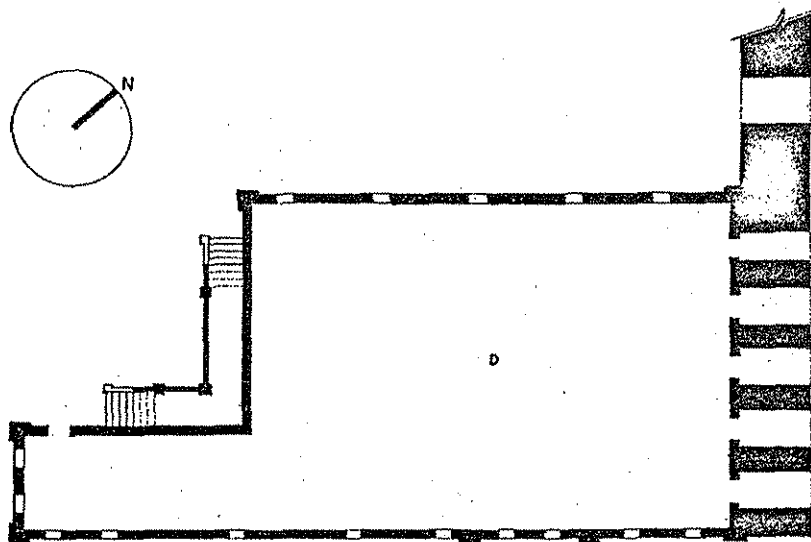
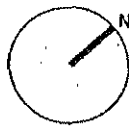
O espaço interno apresenta salas sociais, na parte fronteira, como tendo móveis e quadros da época, dentre estes, um retrato a óleo do Imperador D. Pedro II. Abrem-se para um corredor e este leva aos quartos, à varanda, ao banheiro e à zona de serviço, na parte posterior. Na parte baixa da casa ficavam a barbearia, a farmácia, o açougue e a venda.

O sobrado de tijolão, com cobertura de telha de tipo francês, apresenta soluções plásticas em linhas retas e curva, definidas como neo-clássicas em chão de terra (Reis Filho, 1976, p.133-154), denominação esta para soluções no sistema simples e rústico de construção das fazendas de café do centro-oeste paulista, no fim do século XIX. Está nítida a presença da mão-de-obra italiana na construção deste exemplar arquitetônico da nova produção cafeeira. O casarão possui 900 metros quadrados de construção e cinco metros de pé direito.

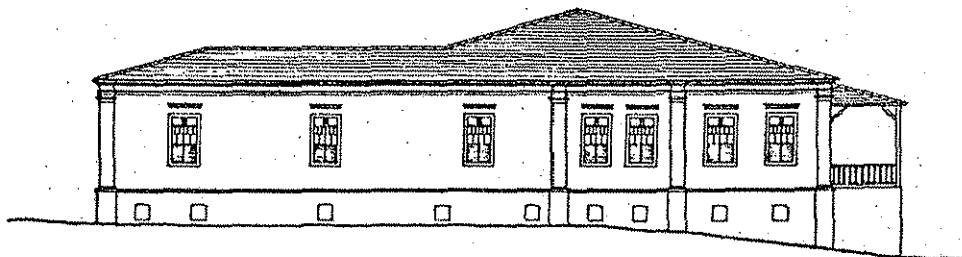




PLANTA



FAZENDA D. PEDRO



FACHADA LATERAL

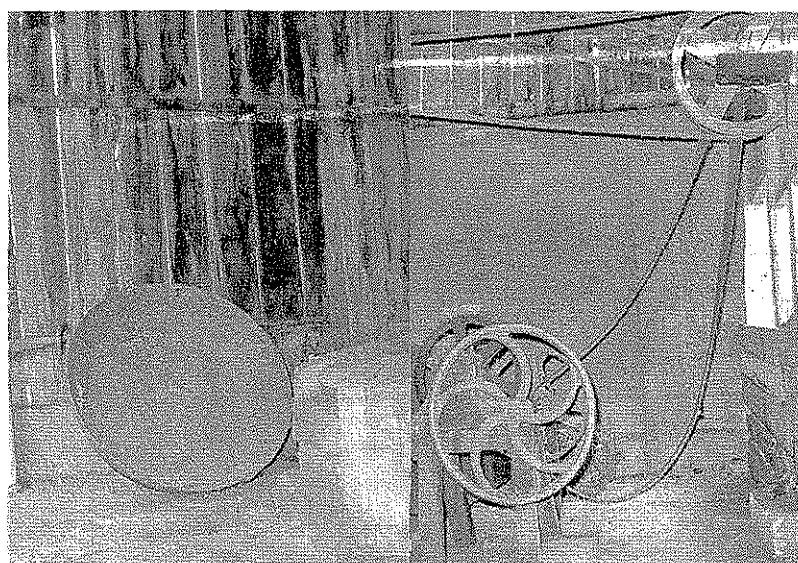




Fachada lateral



Casa-sede com terreiro



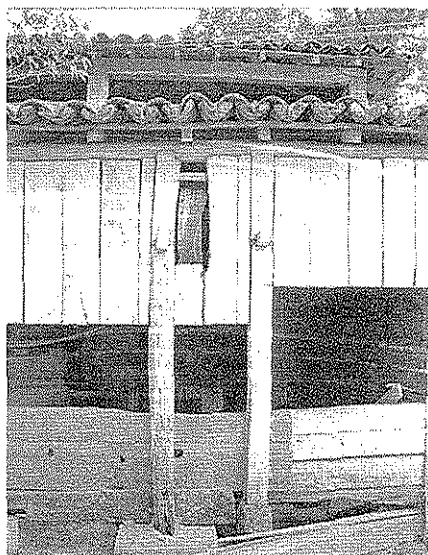
Restos do engenho



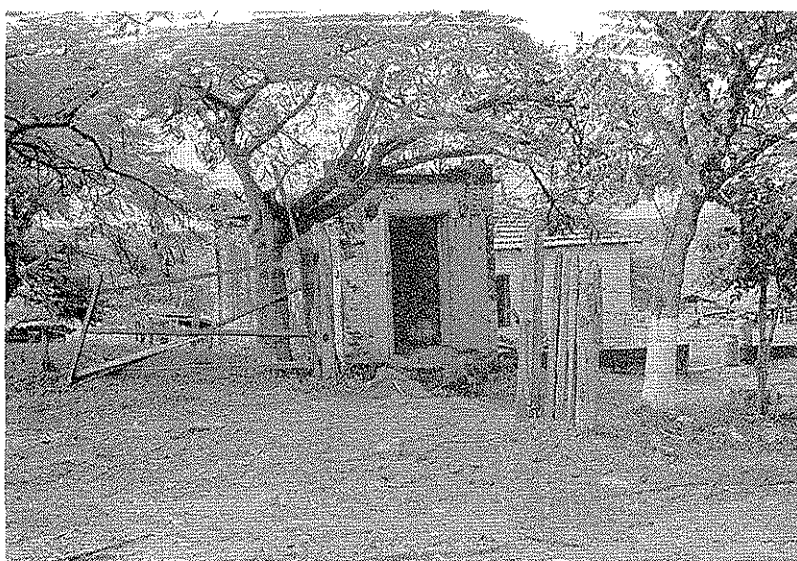
Restos do engenho



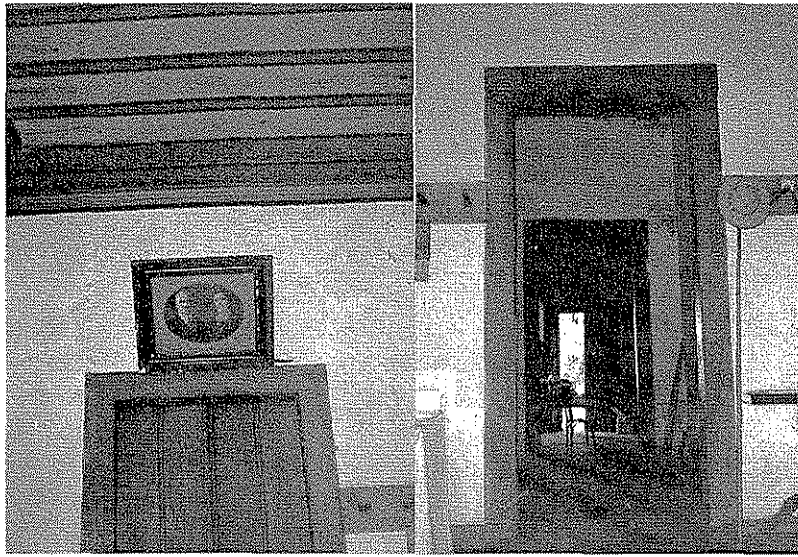
Sequeiro



Caplea







Sala  
Foto do casal Sabino  
primeiros proprietários



Casa-sede varanda



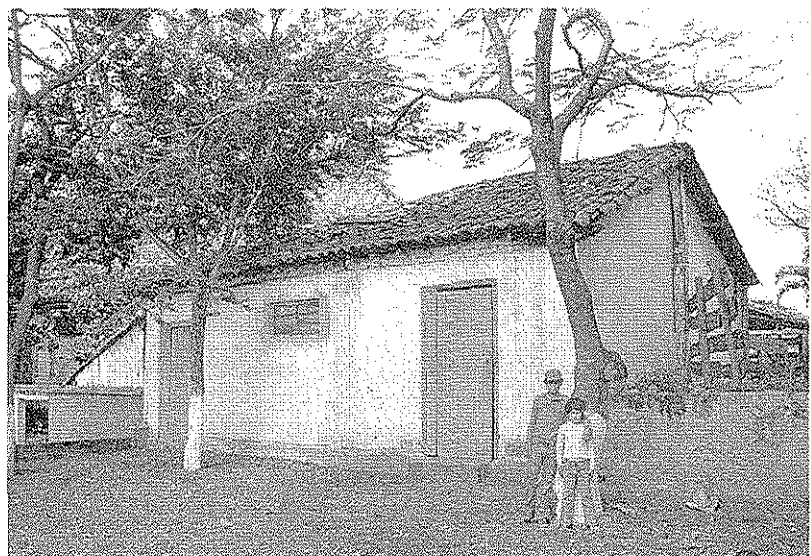
Sala



Espigueiro



Restos de engelho



Casa de colono



Casa-sede  
fachada posterior



Sala



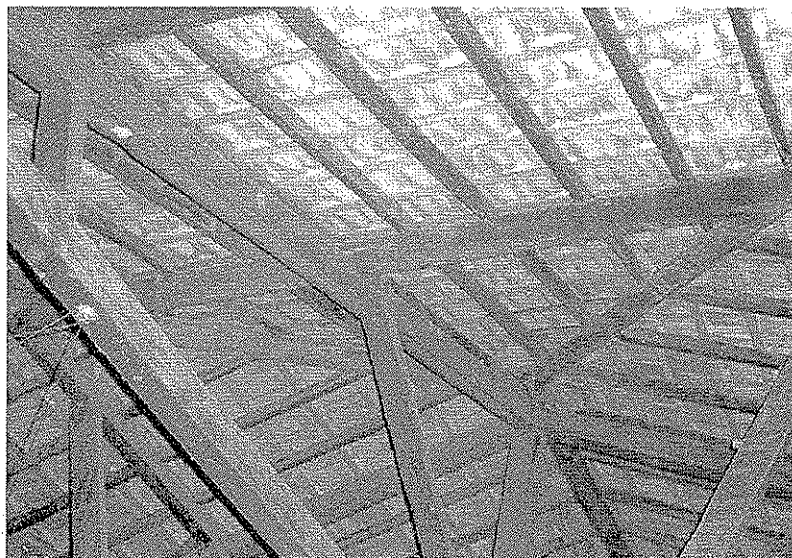
Corredor



Depósito de sacas de café



Madeiramento e telhas

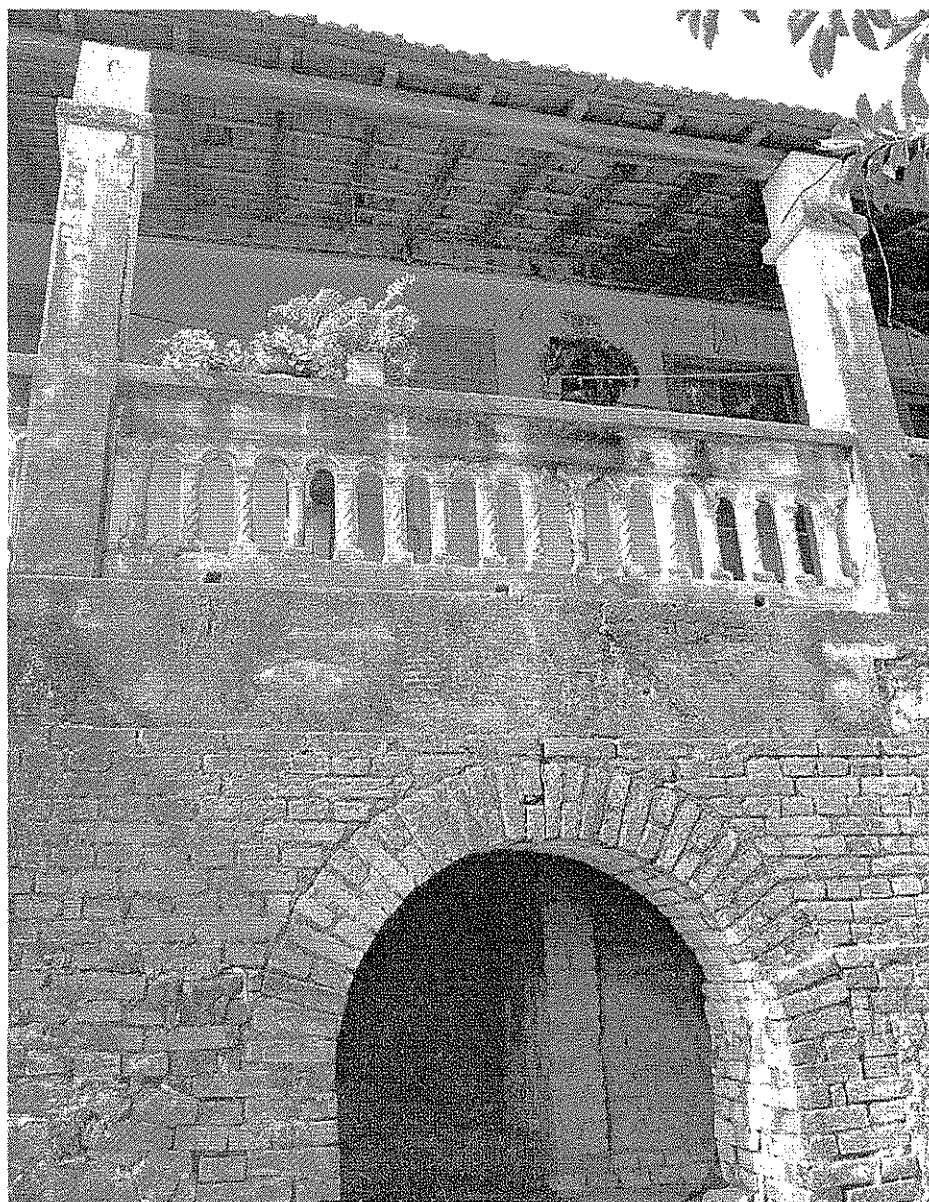


O imigrante italiano adaptou-se de forma integral e eficiente ao trabalho do campo. Mostrou ser também mão-de-obra mais experiente e mestre-de-obra especializado.

“O universo cultural do imigrante italiano compõe-se de valores de ordem econômica, aqueles mesmos valores que esboçam o perfil do *'homo economicus'*. (Pereira, 1974, p.154)

O italiano distanciou-se dos padrões que regem o comportamento econômico das populações caboclas e negras da área em estudo. O italiano, quando dispunha de um capital suficiente, adquiria negócio no Rio de Janeiro ou em São Paulo, ou investia em uma plantação de cana de açúcar ou de café.





Fazenda Zuim  
Casa-sede



## Fazenda Zuim

*...típico exemplar da fazenda de café de colonos italianos...*

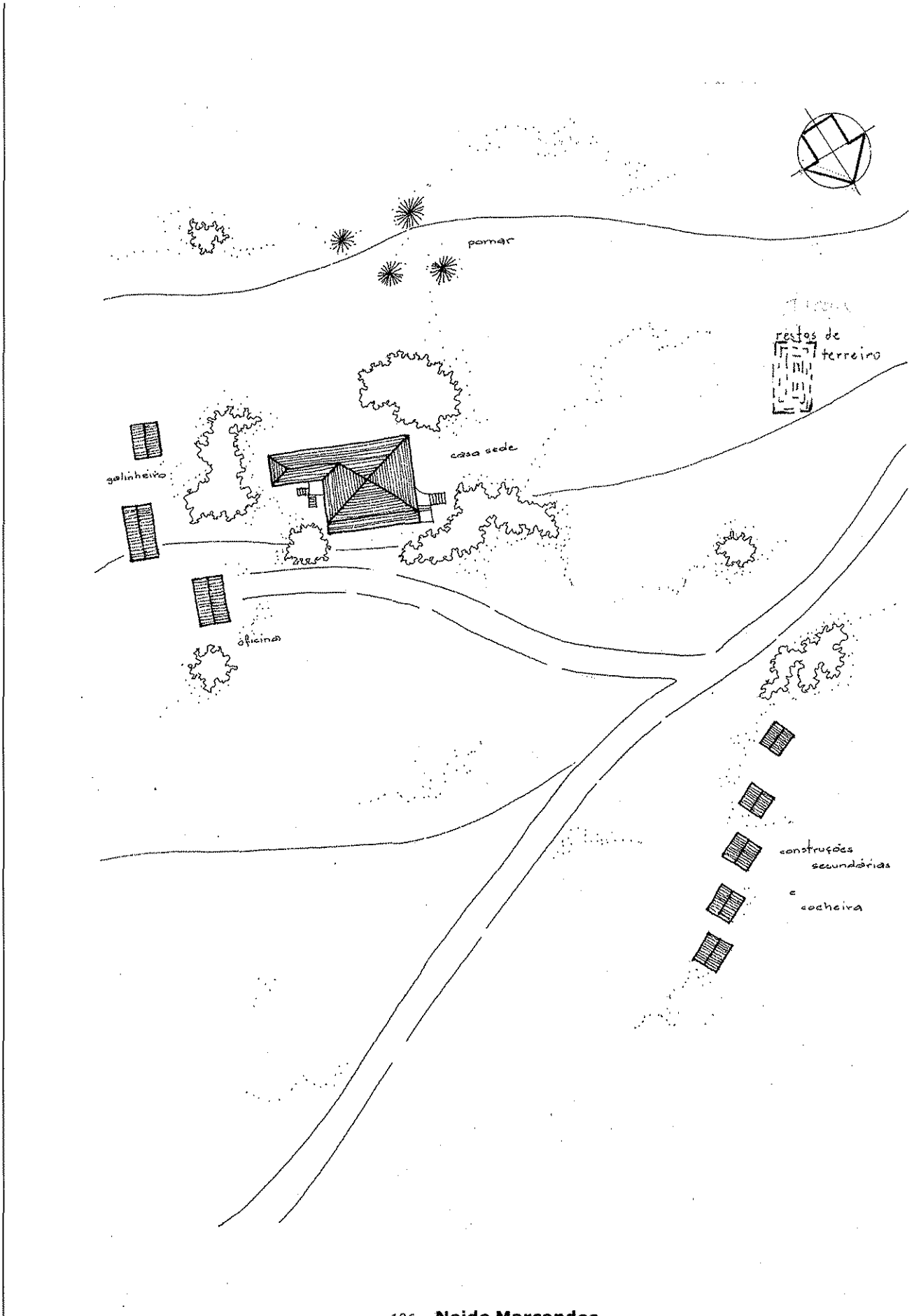
A imigração italiana alcançou, em Piracicaba, no ano de 1887, cerca de 1.600 imigrantes (Arquivo do Estado de São Paulo, Caixa 375, 1887). Ela está presente na Fazenda Zuim (exemplar nº3). Seus 166 alqueires pertenceram, na primeira metade do século XIX, às terras da Fazenda Milhã. No fim deste mesmo século já pertencia a Natálio Zuim, segundo depoimento de Maria Natálio Zuim, sua mulher e também filha de colonos italianos, com 85 anos nos anos '80 do século XX, proprietária e colaboradora na formação da propriedade.

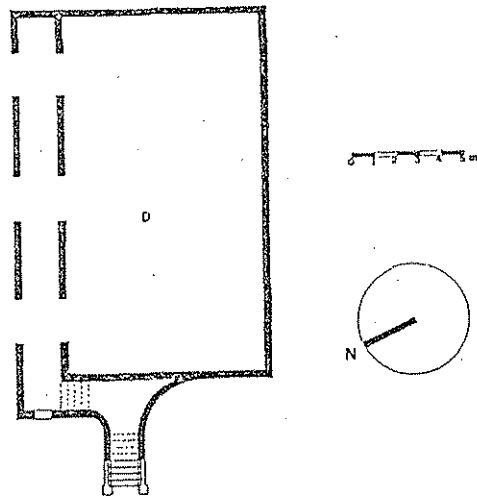
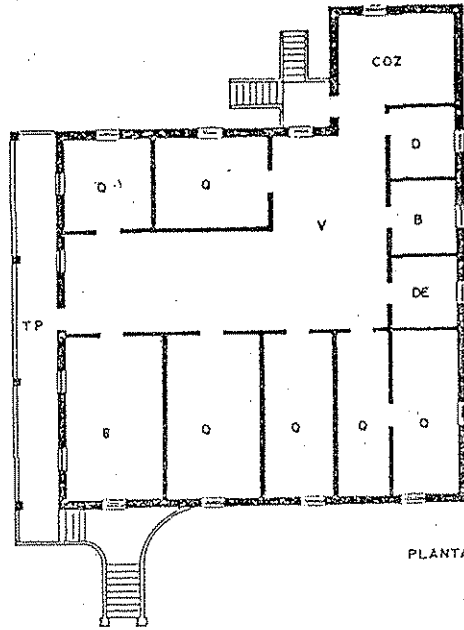
Quando o italiano adquiria propriedade rural, esmerava-se na construção e decoração de sua casa-sede. Investe em casas assobradadas, que refletem certas concepções de moradia de determinadas regiões da Itália; o padrão orientador é adaptado devido a falta de técnica de mão-de-obra local e material.

De tijolão, assobradada, com telhas de tipo francês e decorada internamente com pinturas com motivos florais, a morada da Fazenda Zuim apresenta-se como típico exemplar de fazenda de café de colonos italianos. A superfície frontal contém soluções plásticas neoclássicas, como a colunata da platibanda do terraço e da escada, formas em arcos na entrada do depósito da parte térrea. As paredes laterais externas contam com cornijas sobre as aberturas, formando o beiral e com desenhos em rosáceas entre as janelas.

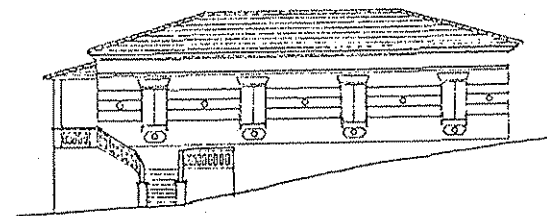
Em todo o ambiente rural italiano, desde a época medieval, os signos estão presentes como proteção territorial. Figuras apotropaicas, rosáceas em pedra ou estuque fazem parte dessa arquitetura rural, arquitetura chamada "sem arquitetos" na maioria das regiões italianas.

A tulha, o antigo terreiro, a oficina e demais construções secundárias completam o programa da fazenda cafeeira, considerada estilo tardio do fim do século XIX.





FAZENDA ZUIM  
Piracicaba - SP.



FACHADA LATERAL





Casa-sede



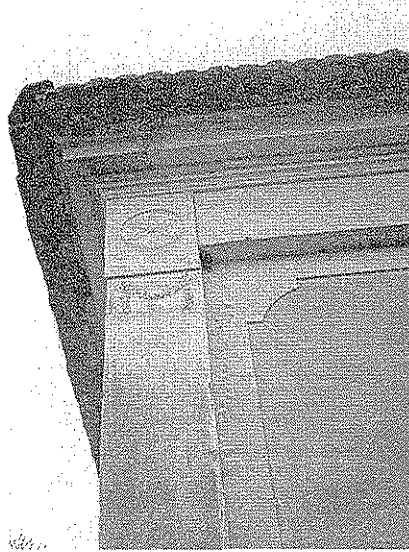
Detalhe fachada



Aberturas do depósito



Detalhe  
fachada lateral

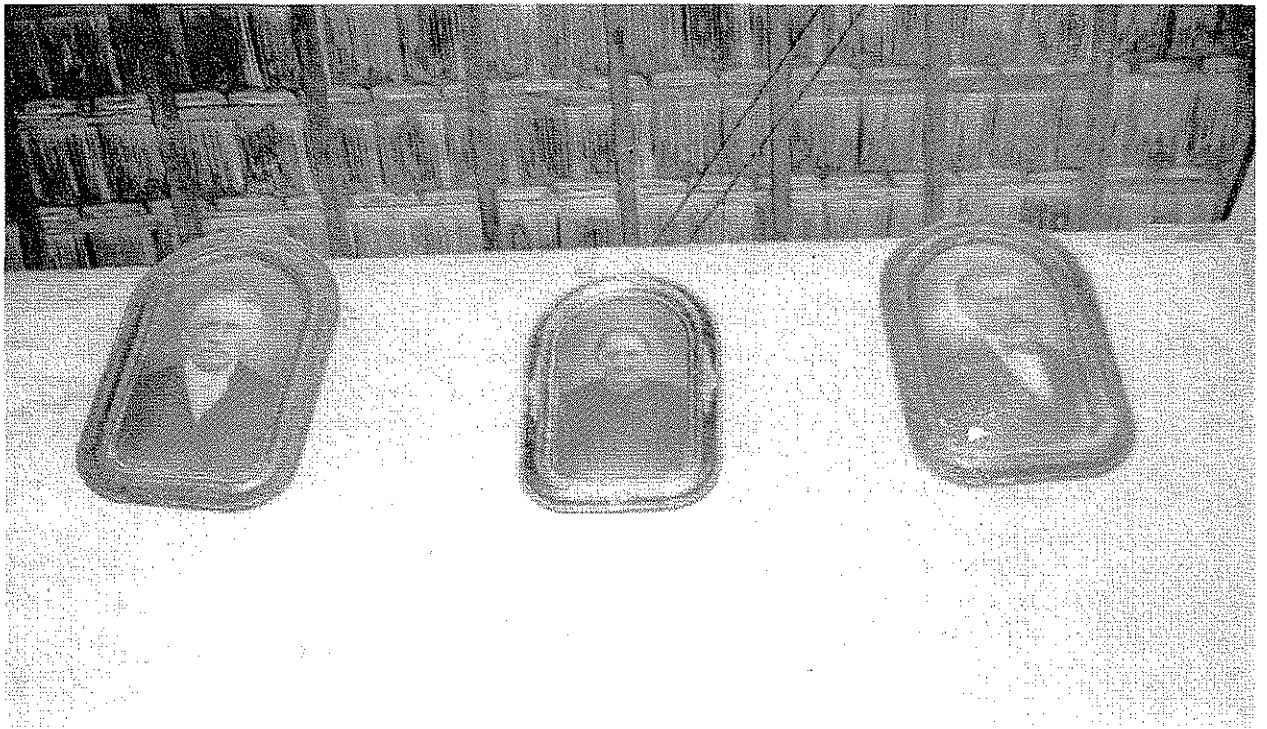


Janela com escuro



Fachada posterior





Fotos família Zuim



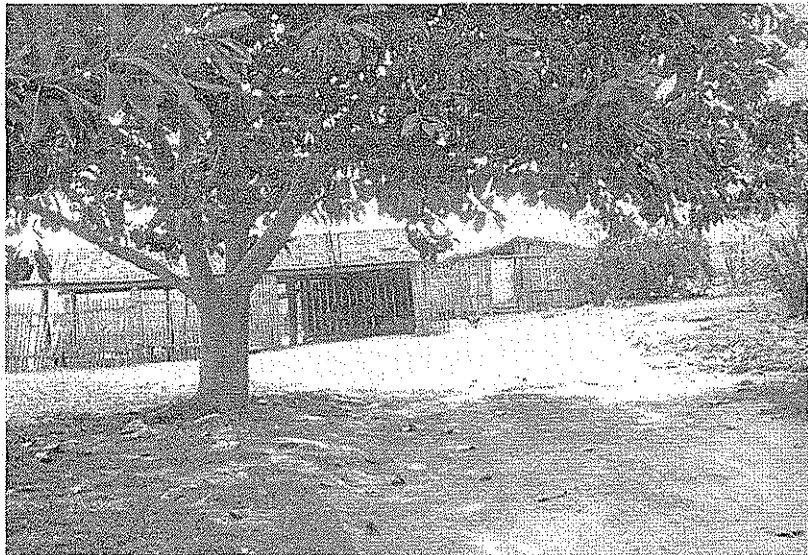
Janela com escuro  
decoreção na parede



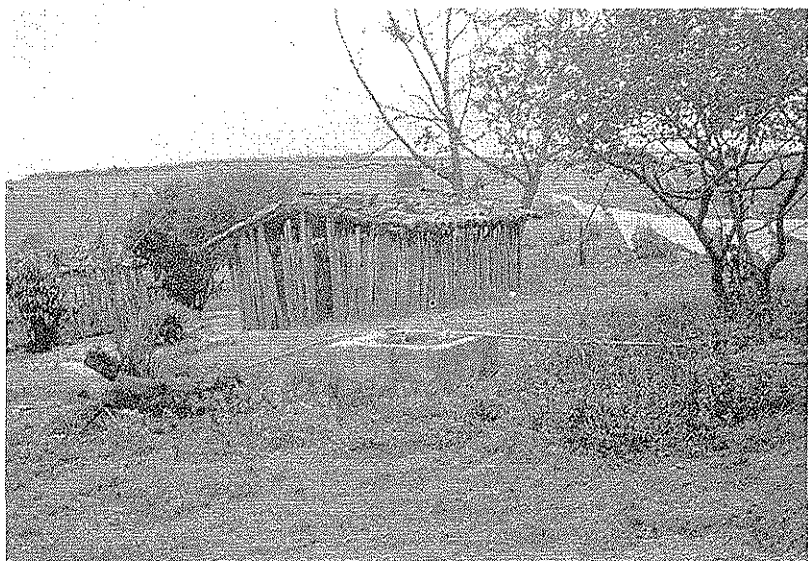
Vista geral



Construção secundária



Sequeiro







Fazenda Serra Negra  
casa-sede



## Fazenda Serra Negra

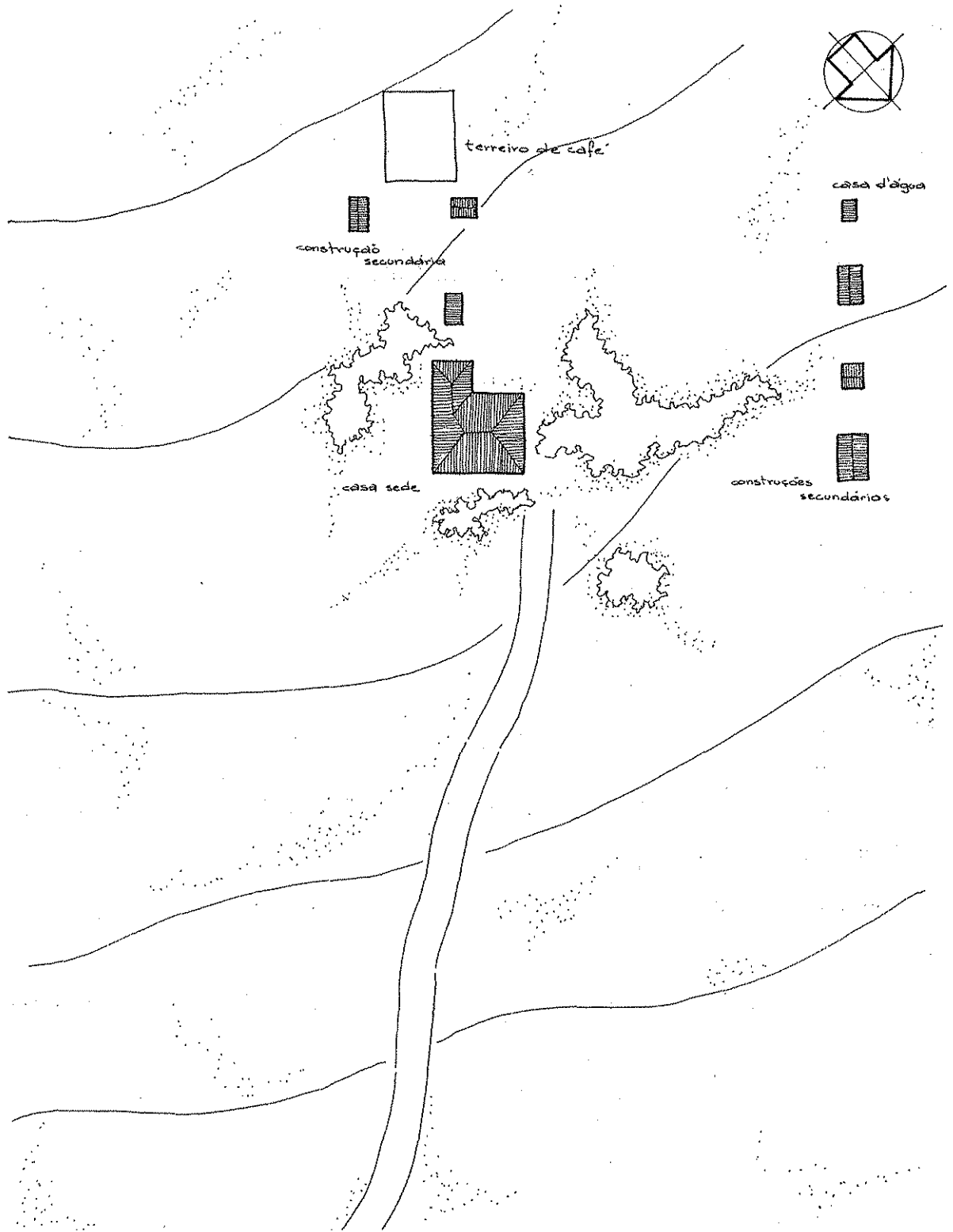
...os degraus “em convite”...

A fazenda Serra Negra (exemplar nº 7) está localizada em Ibituruna. Seu primitivo proprietário foi Francisco José da Conceição, Barão de Serra Negra.

O início da implantação do programa rural data de 1880. Com seis terreiros, a propriedade cafeeira passa, no fim do século XIX, a José Sabino. A fazenda possui, hoje, 400 alqueires. A morada principal apresenta o mesmo padrão construtivo do exemplar nº 3, fazenda Zuim. Difere na solução da escada da frente que dá acesso ao terraço, pois contém os chamados degraus “em convite”, degraus estes que precedem a escada propriamente dita e que, mais largos do que ela, exercem a função de convidar ao acesso, detalhe do estilo Maneirista.

A família Sabino, descendente de colonos italianos, também consta como antiga proprietária da fazenda São Pedro.

As pranchas, a seguir, demonstram o programa da fazenda e permitem visualizar a planta baixa e as fotos.





Vista geral



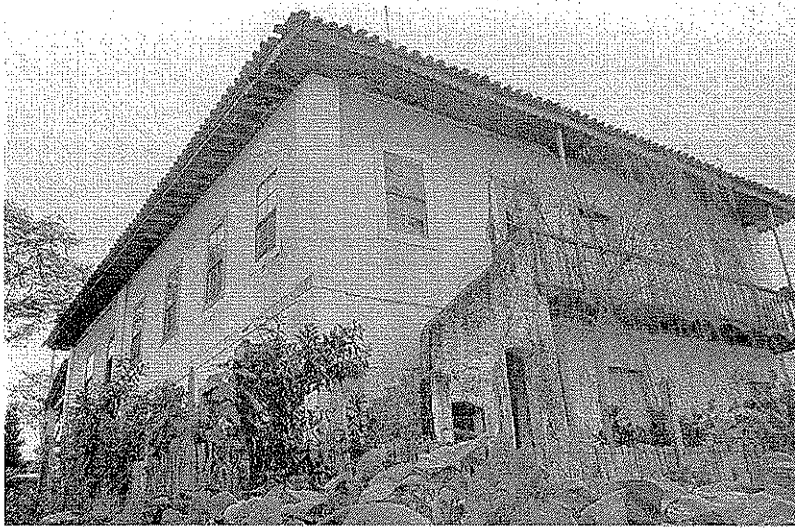
casa-sede



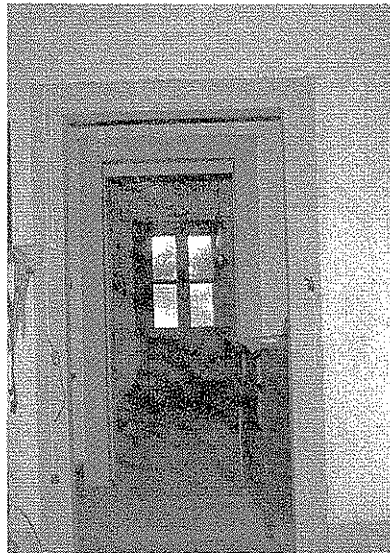
Fachada lateral







Casa-sede



Varanda e corredor



Sala



## Fazenda Pakes

*...uso do tijolão fabricado na própria fazenda...*

Integrando o grupo de propriedades rurais adquiridas por antigos colonos italianos, está a Fazenda Pakes (exemplar nº8), localizada no eixo Piracicaba-Tietê.

A fazenda apresenta plantação de cana e desenvolvimento da pecuária. Assim, como os exemplares nº3 e nº7, demonstra todo um programa rural de fazenda de café, do fim do século XIX.

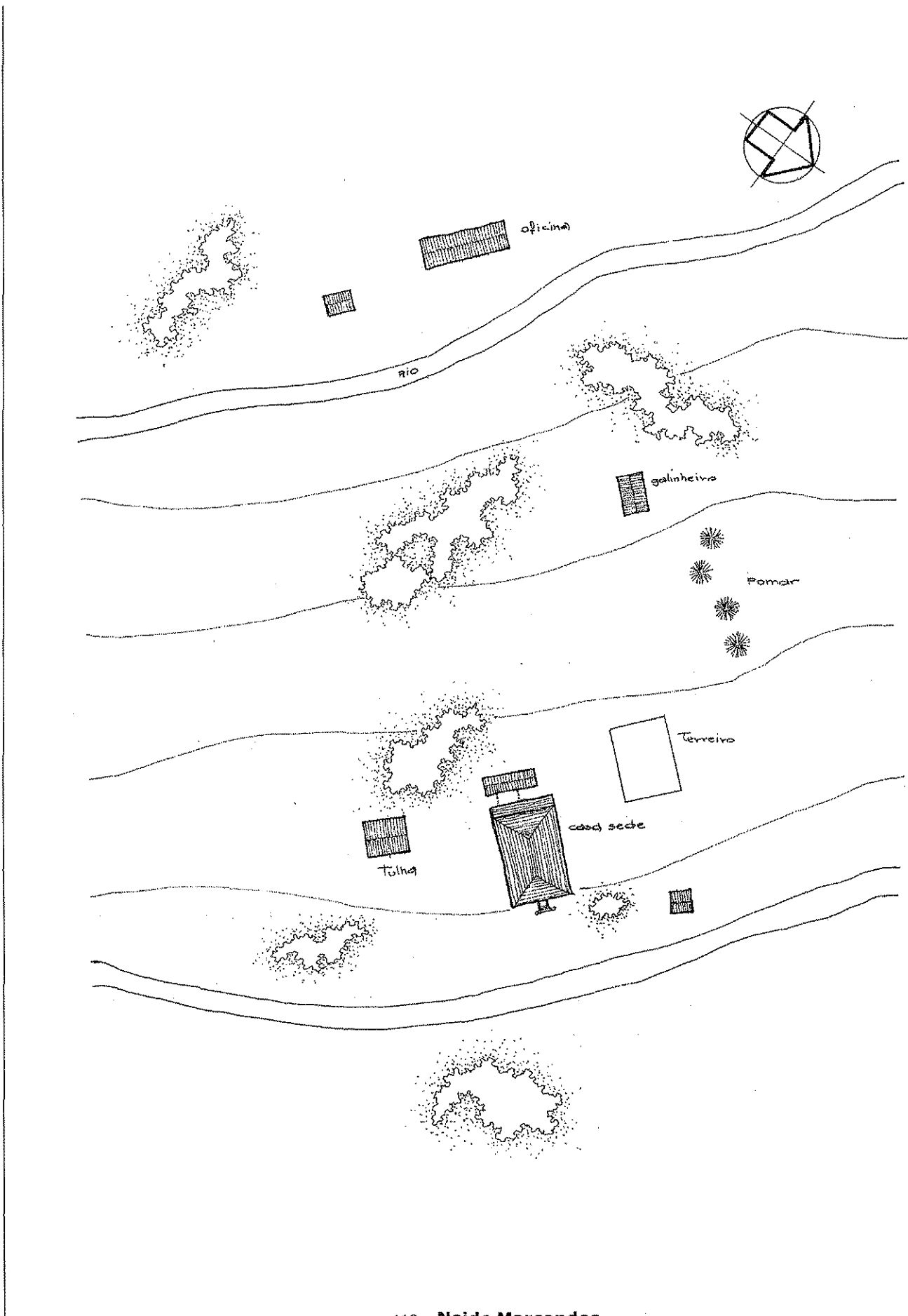
A escada externa, que dá acesso à sala, possui seus degraus *em convite*. São degraus que precedem a escada propriamente dita; são mais largos do que ela, exercendo a função de *convidar* para o acesso. A parede externa está detalhada com florão e rosáceas em massa.

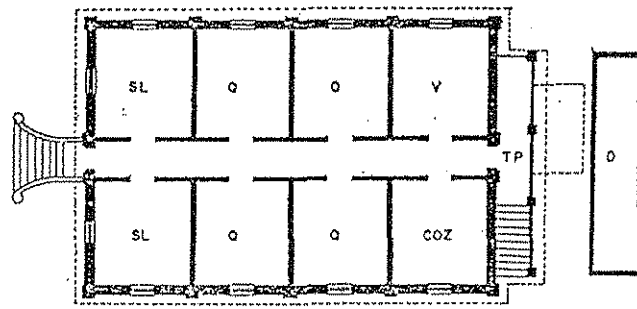
Junto às fachadas laterais, cimalkas estão sobre as janelas.

A parte de baixo da casa contém aberturas em arcos, com o uso do tijolão fabricado na própria fazenda.

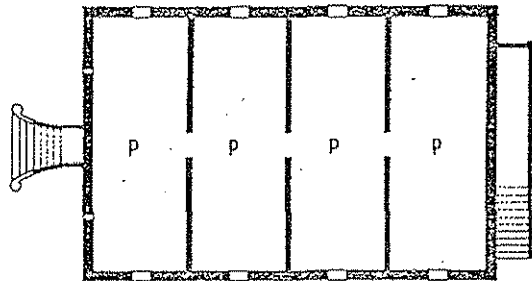
No interior da casa, na parte reservada à cozinha, um fogão-lareira, junto ao chão, compõe a função de serviço da morada (Marcondes, 1995, p.196).

O desenho da implantação da Fazenda Pakes demonstra a casa-sede, a tulha, o terreiro, a região do pomar, as construções de trabalho e aguadas que servem à propriedade.

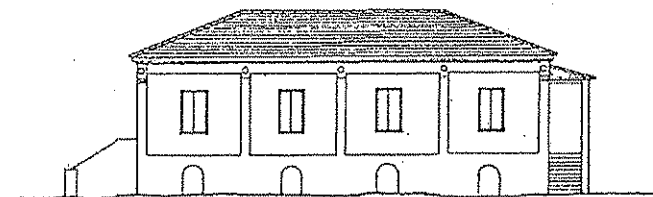
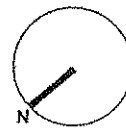
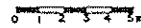




PLANTA



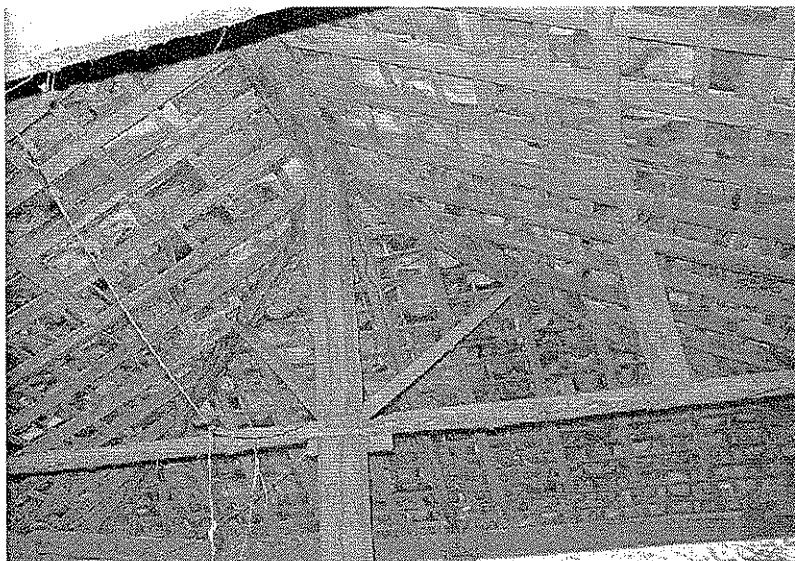
FAZENDA PAKES



FACHADA LATERAL



Casa-sede



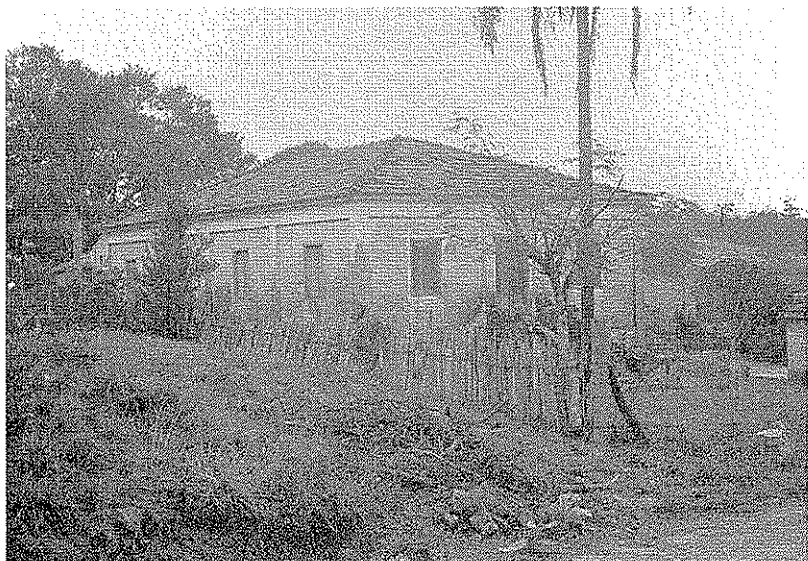
Madeiramento interno



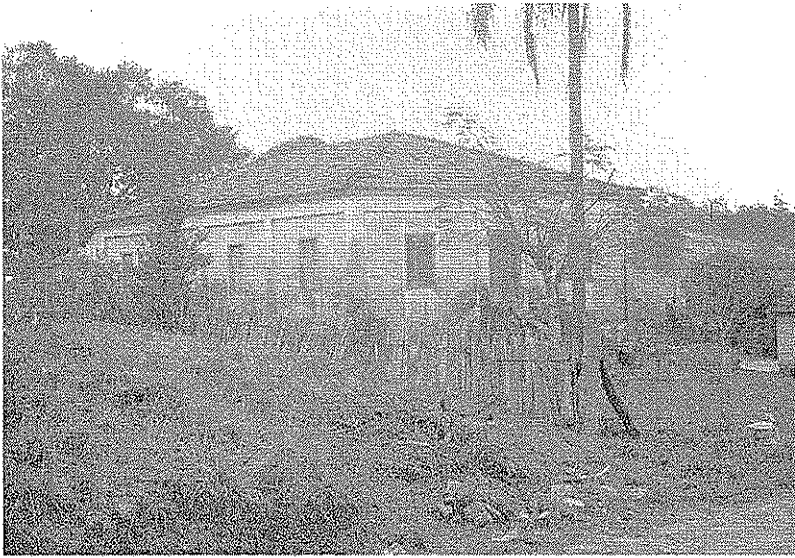
Vista geral



Fachada lateral



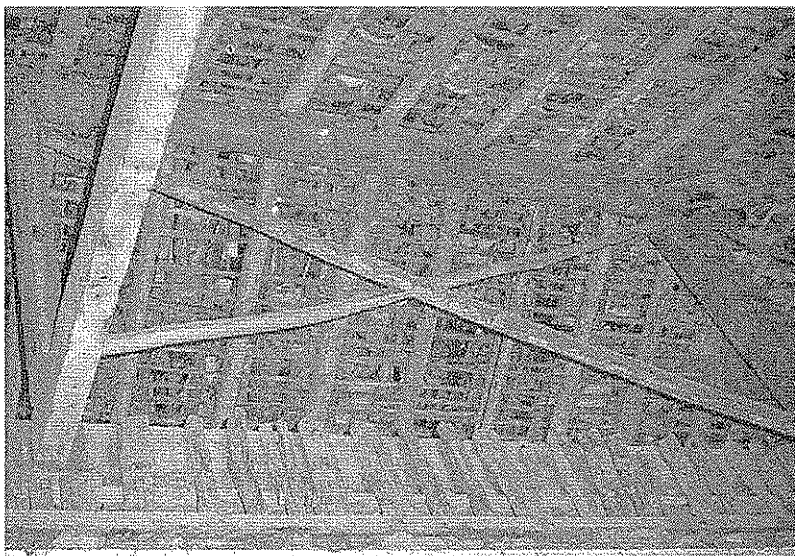




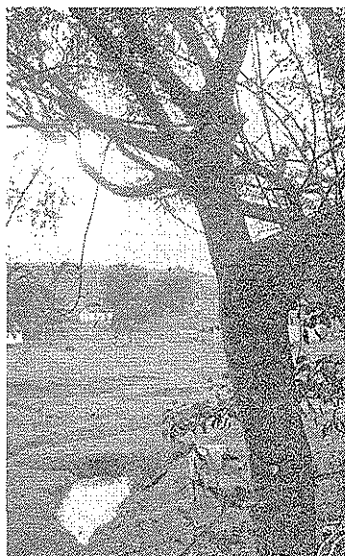
Casa-sede



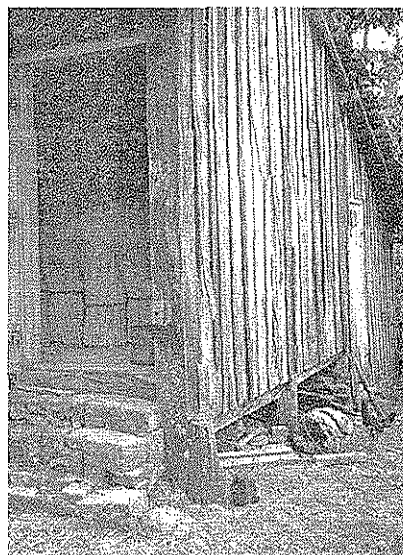
Fachada principal com  
degraus em convite



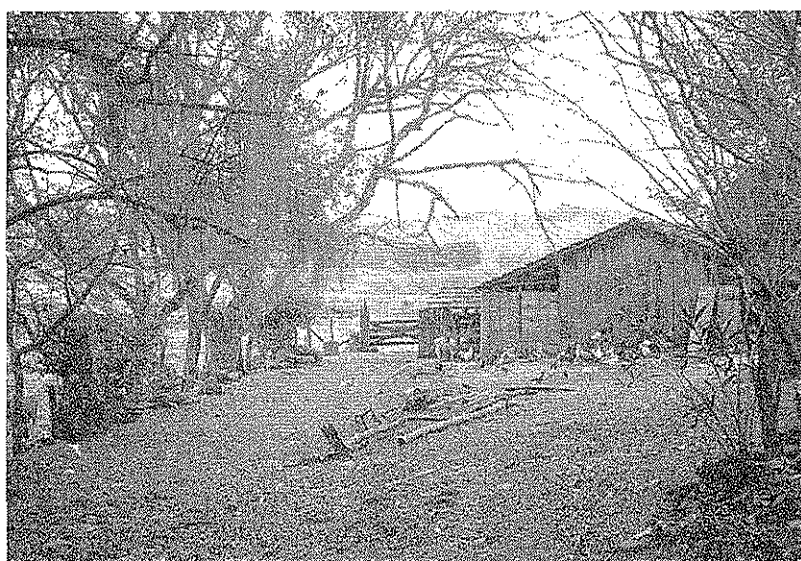
Madeiramento interno



Vista geral e varanda posterior

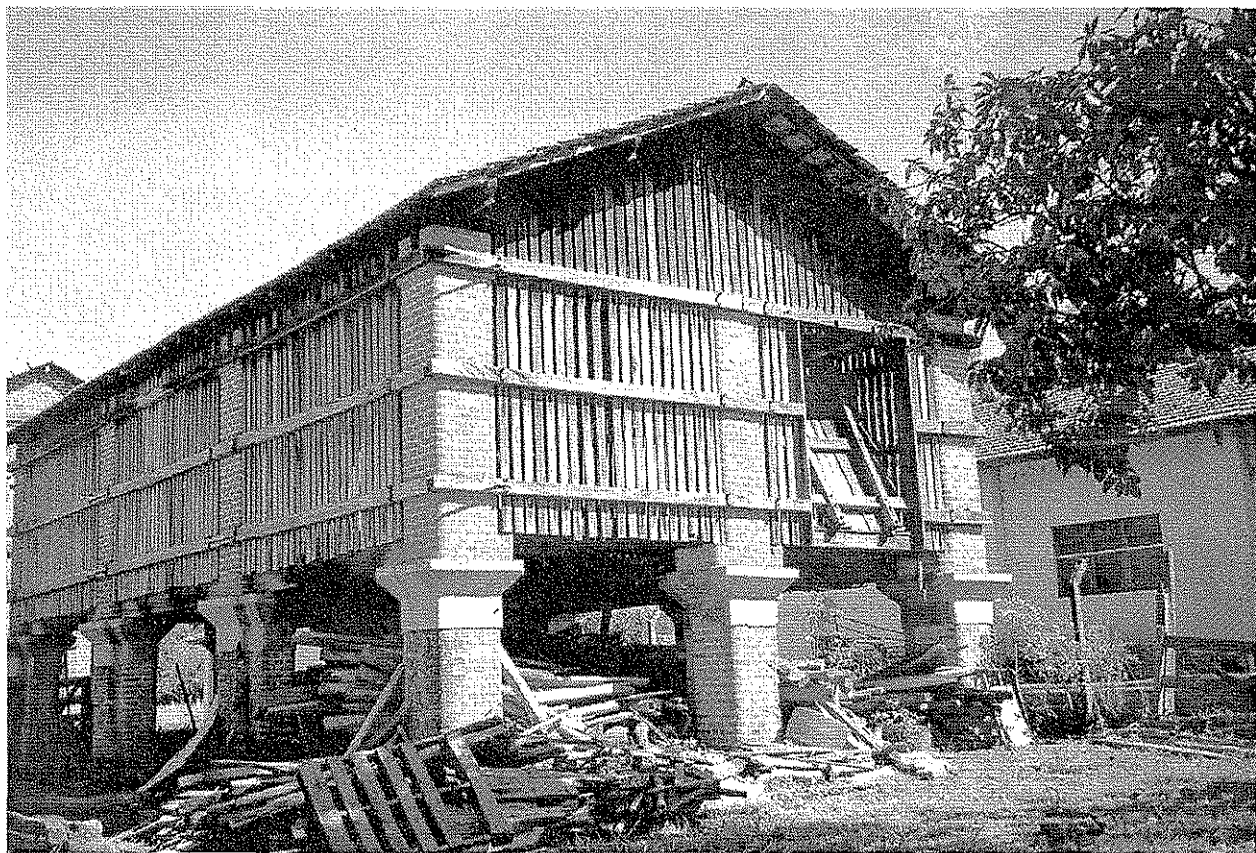


Sequeiro



Construção secundárias





*Horreo*  
Fazenda São José



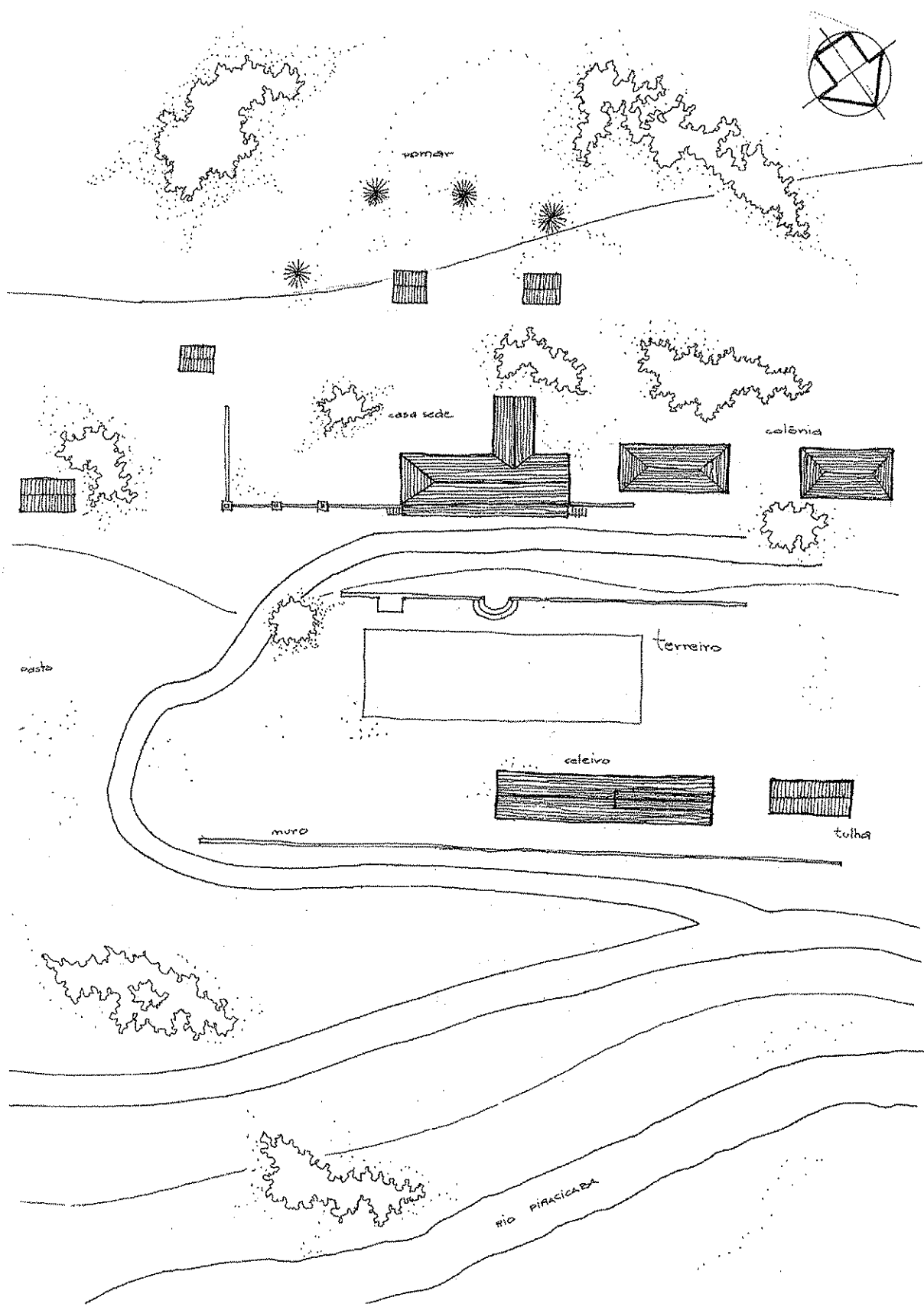
## Fazenda São José

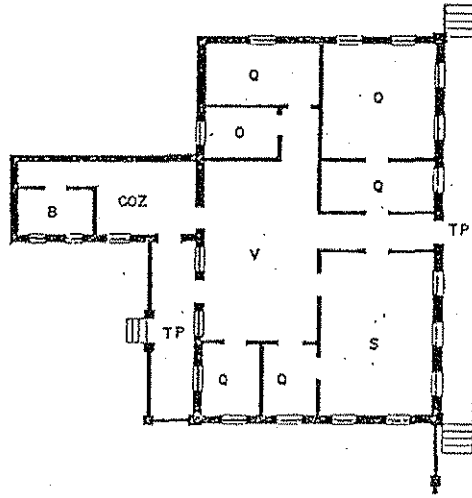
...e ali está presente o *horreo*, de feição galega..

No eixo Piracicaba-Limeira, encontra-se a Fazenda São José (exemplar nº12), propriedade esta pertencente à Usina Costa Pinto, adquirida da antiga colônia dos Aleone. Com seus 553 alqueires, ainda está nítido o programa de propriedade cafeeira do fim do século XIX. Seus terreiros, sua tulha e outras construções secundárias fazem parte do programa, como o chamado *horreo* de feição galega, um sequeiro para cereais, espaço suspenso em pilotis de tijolos e parte superior revestida com madeiras da região. O telhado de duas águas está coberto por telha capa-canal.

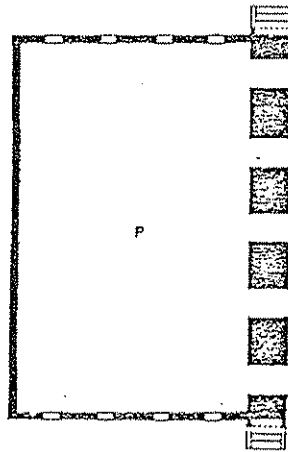
A casa-sede, de tijolão, cornija neoclássica e balaustrada de ferro no terraço, demonstra a mudança dos materiais e sistema tradicional de construção rural. Os materiais e a mão-de-obra independem da região e as características construtivas urbanas ficam evidentes na morada. Também a casa térrea, com porão baixo e o uso de calhas, indica a casa rural com influência urbana de começo do século XX.

As pranchas, a seguir visualizadas, demonstram a implantação, o programa e as imagens fotográficas da propriedade.



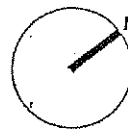


PLANTA

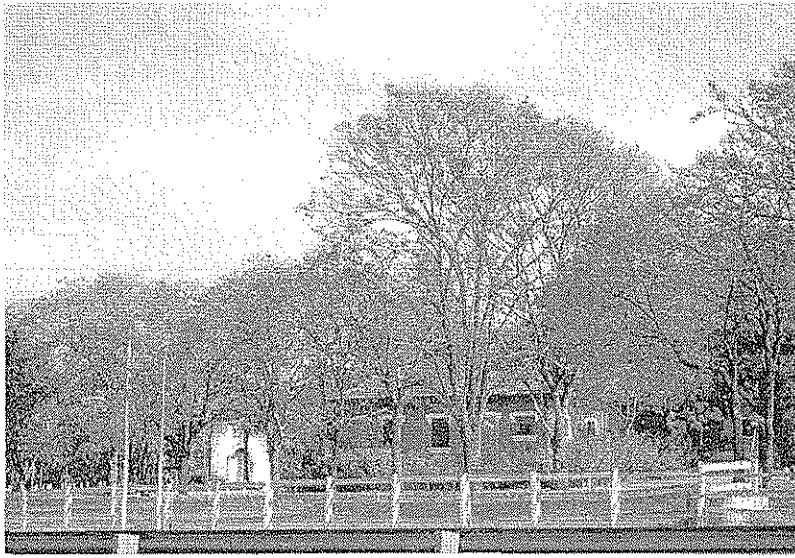


FAZENDA SÃO JOSÉ

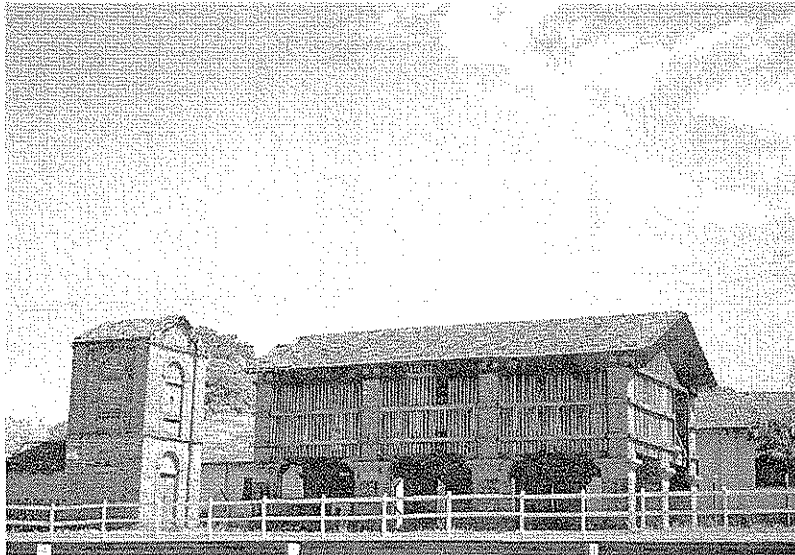
0 1 2 3 4 5m



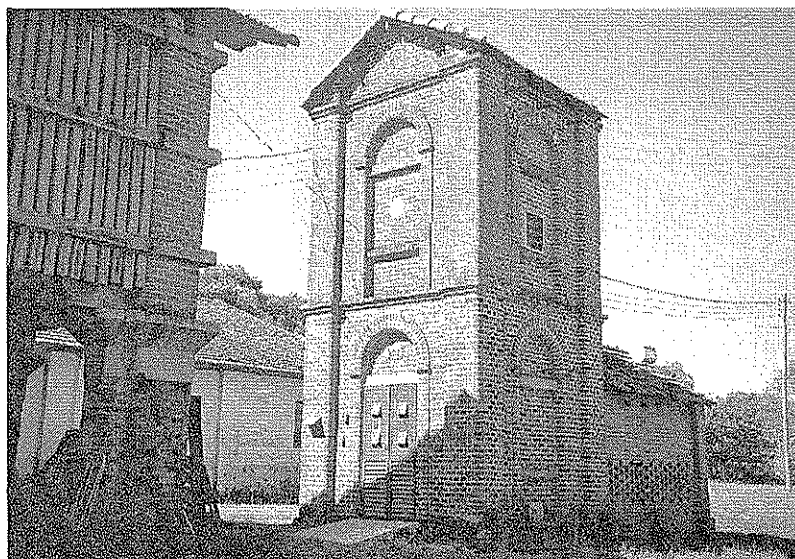
FACHADA LATERAL



Entrada principal



*Horreo*



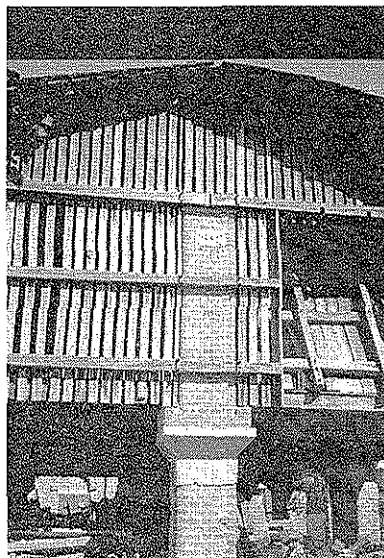
Casa de máquinas

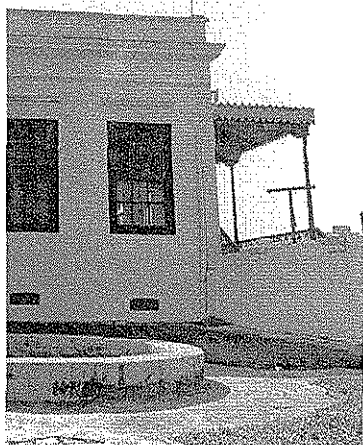


Casa-sede  
degraus em convite



Detalhe do madeiramento *horreo*

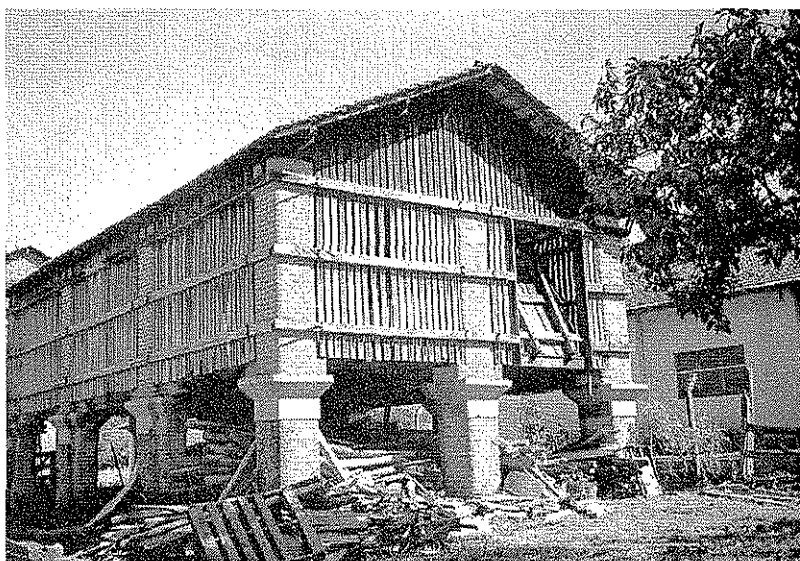




Fachada lateral



Casa-sede com terreno de café



*Horreo*

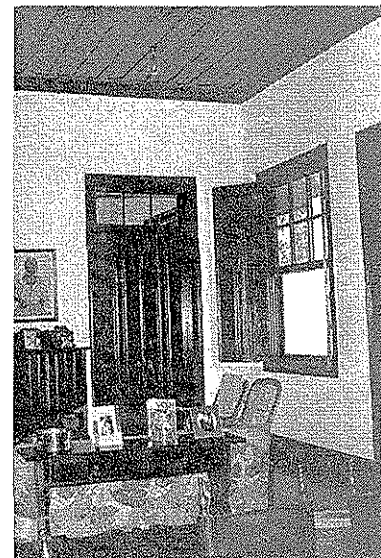




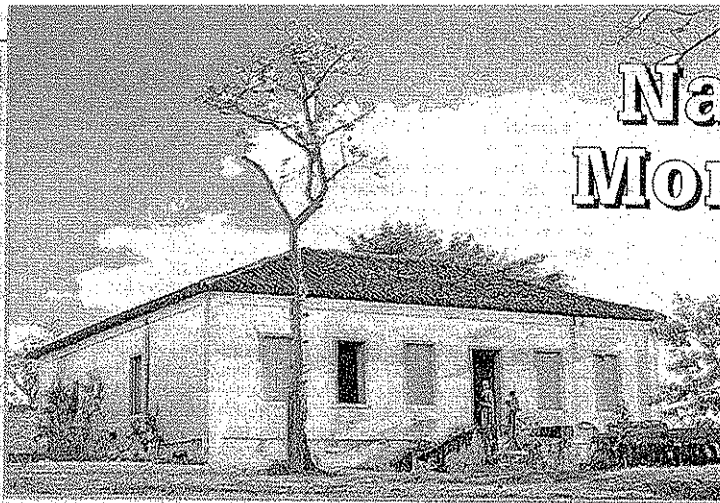
Fachada lateral



Varanda e sala







Sede secundária da Fazenda Boa Esperança, em ruínas desde a década de 60

## Nas terras de Moraes Barros

A quinta reportagem da série **Fazendas Históricas** enfoca a Boa Esperança, terra que pertenceu ao senador Manoel de Moraes Barros, irmão de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil do Brasil. Atualmente são 419 alqueires, localizados ao longo da rodovia Piracicaba-Anhembi. Um dos descendentes dos Moraes Barros, Armando de Moraes Barros Neto, 19 anos, não quer nem pensar na hipótese da fazenda mudar de mãos.

PÁGINA 15

Fazenda Boa Esperança  
*Gazeta de Piracicaba*, agosto 2004, ano I, nº 51



## Fazenda Boa Esperança

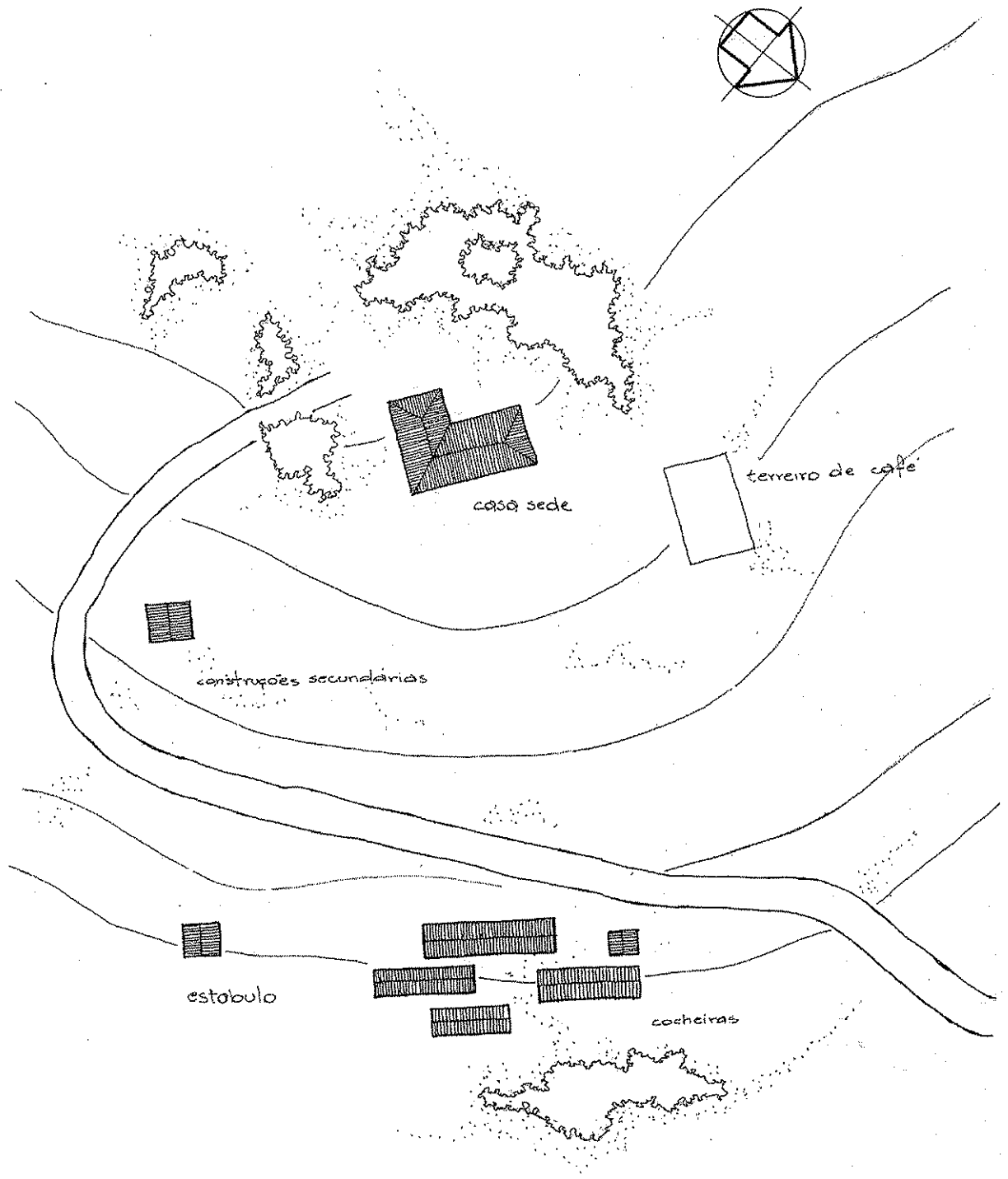
*“...terras do Senador...”*

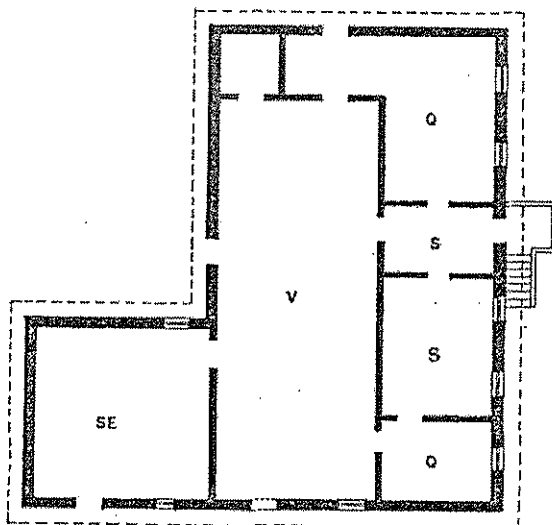
As terras da Fazenda Boa Esperança faziam parte das Fazendas Ibicatu e Pico Alto, esta hoje Pau D'Alho, conforme referências da Correspondência Oficial da Câmara de Piracicaba. A Fazenda Ibicatu tornou-se atualmente na Estação Ecológica Ibicatu, com 76,4 hectares, de propriedade do Estado de São Paulo. A Fazenda Boa Esperança conta atualmente com 419 alqueires, pertencentes aos descendentes de Manoel de Moraes Barros. Quando pertencente a Paulo de Moraes Barros Filho, a Fazenda possuía 1.923 alqueires. Armando de Moraes Barros e Paulo de Moraes Barros Neto são os herdeiros vivos do Senador Manoel de Moraes Barros.

A casa-sede secundária, térrea, com porão baixo, apresenta-se restaurada.

A propriedade oferece um programa típico de café, com restos de terreiros e construções secundárias.

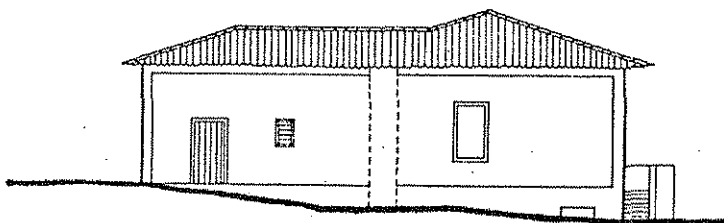
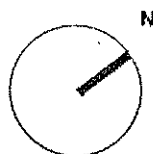
As pranchas que se seguem, mostram a implantação da Fazenda e fotos da casa-sede secundária, quando ainda não restaurada.





PLANTA

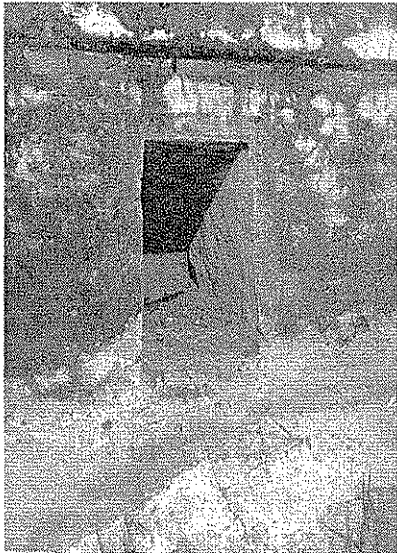
FAZENDA BOA ESPERANÇA



FACHADA LATERAL



Fachada lateral



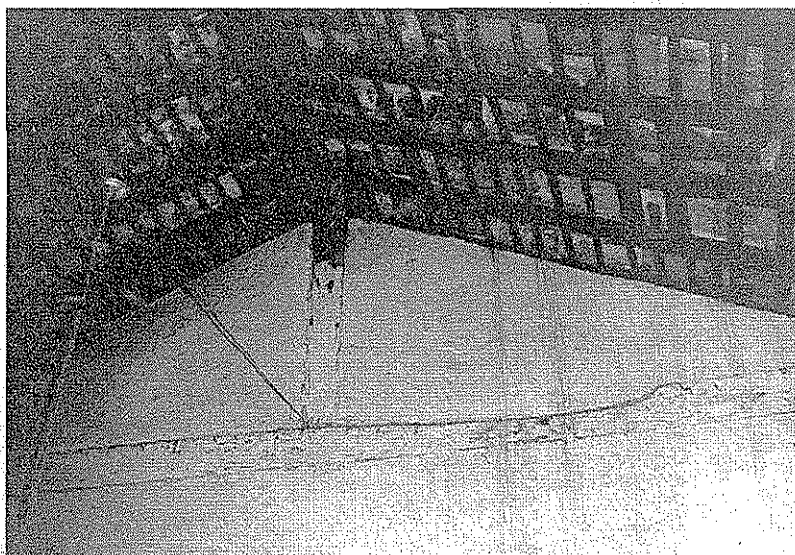
Casa-sede  
abertura do porão



Casa-sede em reforma



Restos do terreiro



Parede interna



Fachada lateral  
janela com cornija



Chácara Nazareth



## Chácara Nazareth

*...o apuro plástico no programa  
e na morada da casa...*

Sede da Fazenda Nazareth, hoje Chácara com 90 alqueires, pertenceu a João Pacheco e Chaves; localiza-se no perímetro urbano da cidade de Piracicaba, junto ao rio de mesmo nome, integrada no bairro Chácara Nazareth. Foi comprada por João Baptista da Rocha Conceição que, desde setembro de 1873, vinha adquirindo grandes extensões de terra, conforme escrituras de compra e venda que constam do arquivo da Chácara. A Chácara Nazareth fez parte da grande propriedade do Coronel Theobaldo da Fonseca e Souza.

A *Carta de Sentença Formal de Partilha*, de Jane Conceição Pacheco e Chaves, casada com Jorge Pacheco e Chaves, constante dos autos de inventário dos falecidos João Baptista da Rocha Conceição e sua mulher Maria Nazareth (daí o nome da fazenda) da Costa Conceição, inclui entre os imóveis a propriedade “com 643 alqueires e tantos”, dividida em seis glebas de terra. O total estava avaliado em 563:909\$000, com “jardim e gradil na frente, casa de cômodos para a família, garagem e cômodos para criados e cafezais a sudoeste”.

A Fazenda/Chácara Nazareth é uma propriedade da época áurea do café em Piracicaba, com construções secundárias, antigo terreirão, jardim de programa italiano e grande sede, cujo plano é da autoria do mesmo arquiteto das Fazendas Ibicatu, em Limeira, e Anhumas, em Campinas, segundo afirmação de João Pacheco e Chaves, em entrevista concedida a esta Autora, em 1980.

A casa-sede, construção de taipa-de-mão, com acréscimo de tijolão, já estava parcialmente construída quando da posse de João Baptista da Rocha Conceição, em 1880. O terraço, com colunas neoclássicas de



madeira, foi ampliado na parte lateral esquerda. A entrada pela parte central da morada, vestíbulo e escada de madeira, também são acréscimos daquela época.

As venezianas da Chácara Nazareth, as primeiras colocadas na região, são de duas folhas com réguas largas; compõem as portas que dão acesso do terraço aos cômodos da parte assobradada, obedecendo ao documento da Comissão de Polícia e Higiene de Piracicaba, de 1898, que declarava que as venezianas e persianas podiam abrir para fora, conforme convenção da utilidade higienística.

As superfícies externas apresentam calhas, pois consta do Código de Posturas da Câmara Municipal de Piracicaba, de 2 de maio de 1894, que os prédios construídos e os reformados terão para a canalização das águas pluviais, bicas em tubo passando por dentro das paredes e terminando junto dos passeios.

O requinte do padrão construtivo, o luxo na decoração dos espaços internos e externos e as soluções plásticas diferenciam a Fazenda, chamada Chácara Nazareth, das demais propriedades de café da região.

O espaço interno da morada formava planta primitiva em forma de U e depois, com o acréscimo na parte posterior, resultou um pátio interno. Contém duas alas de quartos, salões principais na parte fronteira, com pinturas decorativas nas paredes e nos tetos, num desejo consciente, também demonstrado pelos móveis, louça e prataria, de igualar aos modelos dos palácios europeus. Uma piscina, destinada ao uso do antigo proprietário, fazia parte do espaço interno da morada.

O cafezal reuniu as classes sociais, os tipos humanos e étnicos; o fazendeiro transformou sua residência rural em centro de intensa vida social. Valorizou o espaço interno com requintado mobiliário e, em contato freqüente com os proprietários vizinhos, recriou um esquema de vida urbana, com reuniões e festas.

Mais do que os ambientes urbanos, os rurais apresentam a negação da paisagem local. Pinturas das paredes e das portas imitam o pinho de riga, na maioria das sedes das fazendas. Os salões e vestíbulos demonstram formas de valorização, antes reservadas às igrejas.

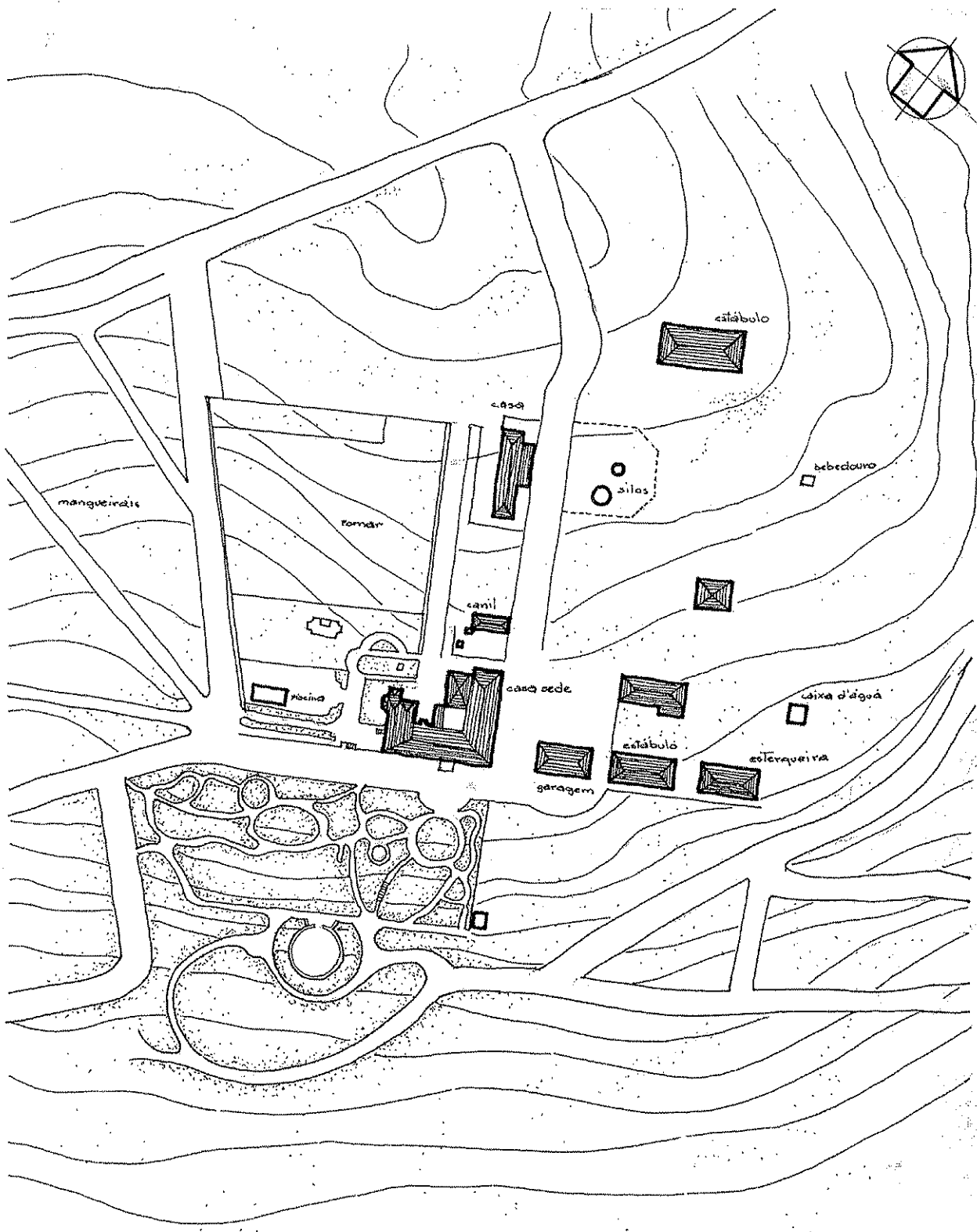
Em lista de objetos diversos da fazenda Nazareth, constam alguns de cristal, de prata e de porcelana, assim como várias "cartas de dívida" de pessoas da região com os proprietários da fazenda.

Os fazendeiros desempenhavam funções político-administrativas nas vilas e cidades próximas; também conservavam o modo de vida urbano-rural, com viagens freqüentes à Europa. Consta do arquivo particular da Fazenda Nazareth, uma nota de compra com o timbre "*Blanche Lebouvier*" (*Robes et Confection*), Paris, 3 Rue Bourdeau, ilh l'Opéra, relativa a 1891-1892, em nome de Mme. Conceição: "1891 novembre 18, une toilette de soie noire à dessin rouge garmè marabout...550".

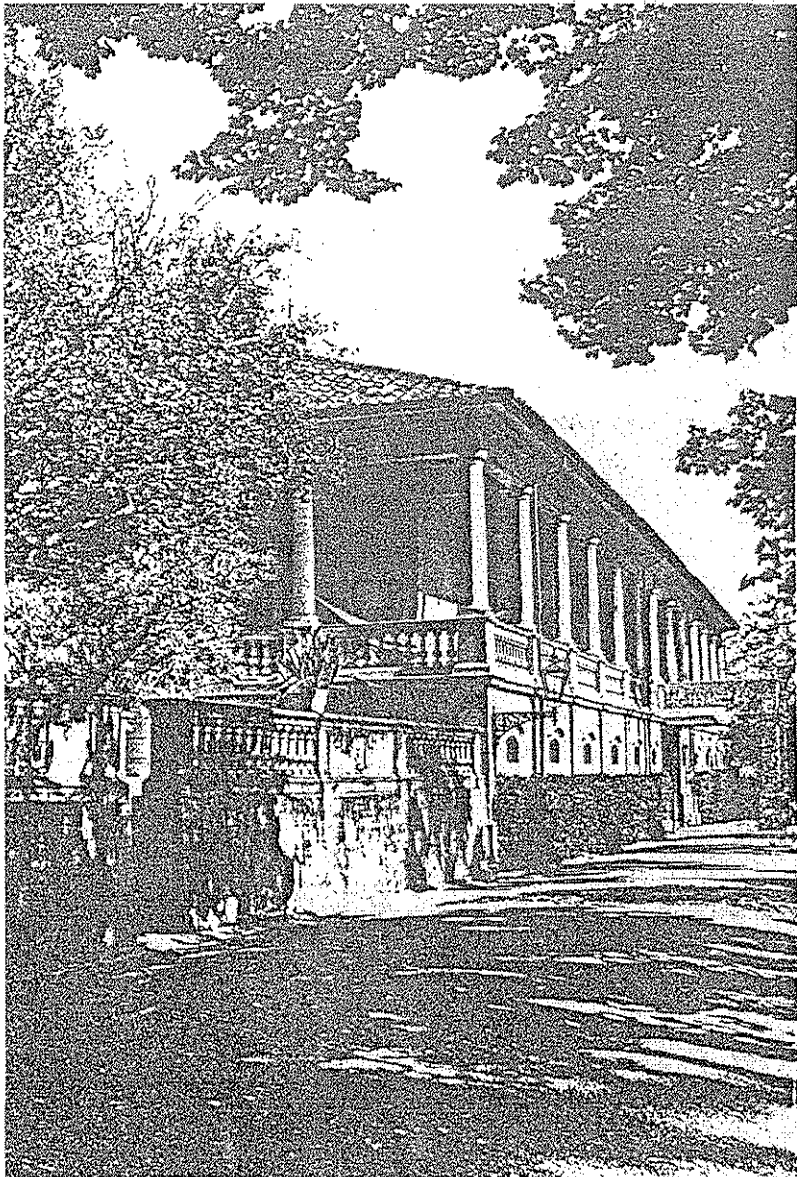


A identificação com o gosto europeu expressa-se, também, pela rejeição das condições da sociedade brasileira da época. Em relação ao meio natural, constata-se a negação da paisagem local, das plantas tropicais e do cultivo do produto (cana, café) próximo da sede. No plano artístico, nota-se a necessidade de intenso contato com a Europa, como na arquitetura e decoração, com as adaptações neoclássicas e a perfeição dos copismos europeus e no planejamento do jardim italiano.

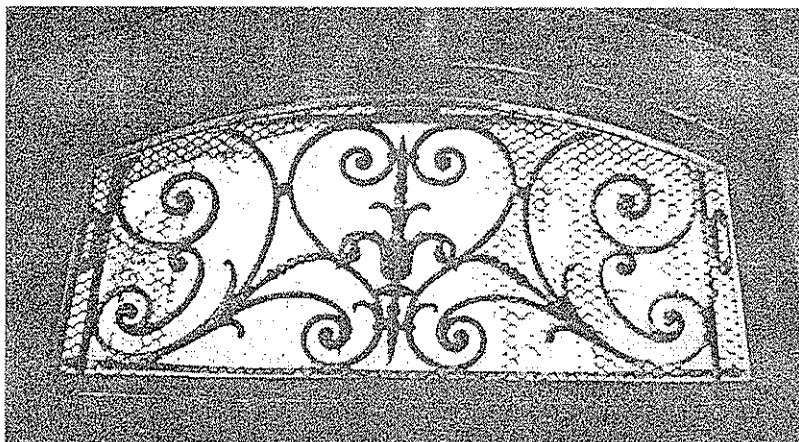
A disposição da propriedade agrícola Nazareth, principalmente suas construções, revelam uma fazenda atípica da região. O requinte do padrão construtivo, o luxo da decoração interna e as soluções plásticas externas diferenciam a fazenda das demais propriedades da região de Piracicaba. A fazenda contém o mesmo apuro na execução do programa de algumas das mais requintadas do Vale do Paraíba, cujas moradas poderiam ser comparadas com os sobrados ricos do Rio de Janeiro; seus interiores apresentavam semelhança com os dos palácios franceses. Chácara Nazareth é uma propriedade áurea do café, com construções de trabalho, casa de máquinas, antigo terreiro e jardim de programa italiano. O terraço é circundado com colunas neoclássicas em madeira, com balaustrada em alvenaria. A identificação com o gosto europeu expressa-se pela rejeição das formas arquitetônicas regionais da época.







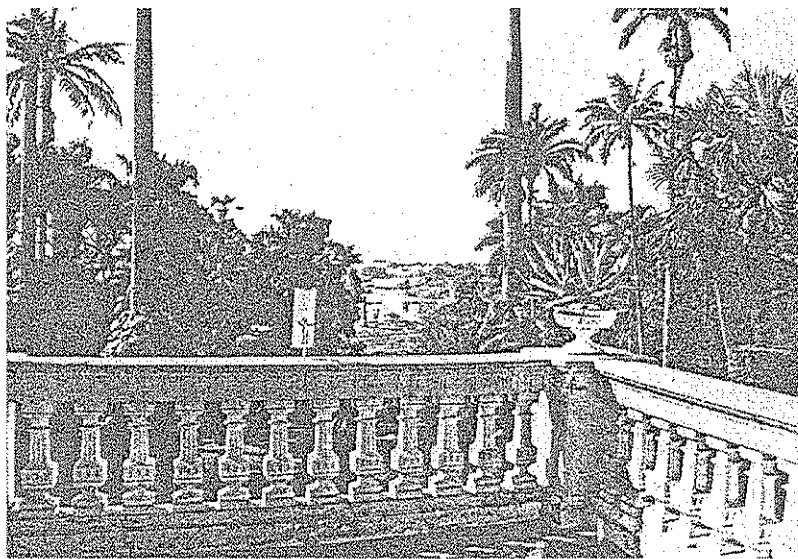
Casa-sede



Casa-sede



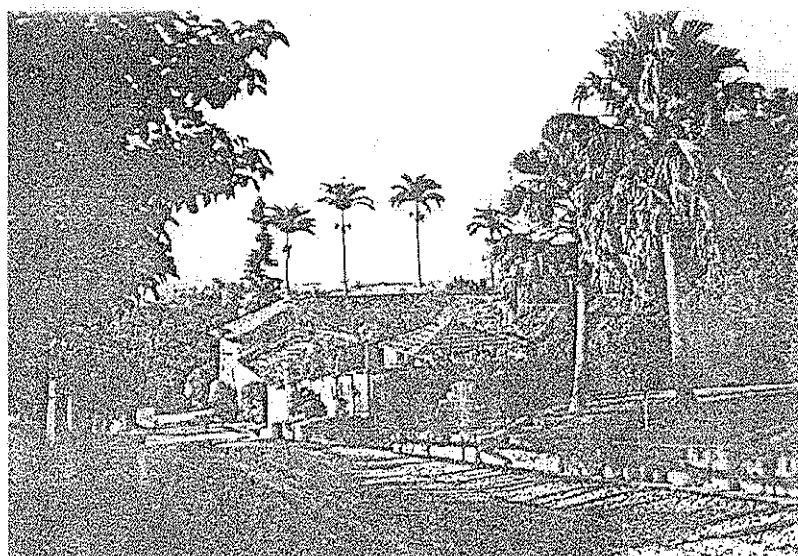
Depósito térreo



Casa-sede  
terraço

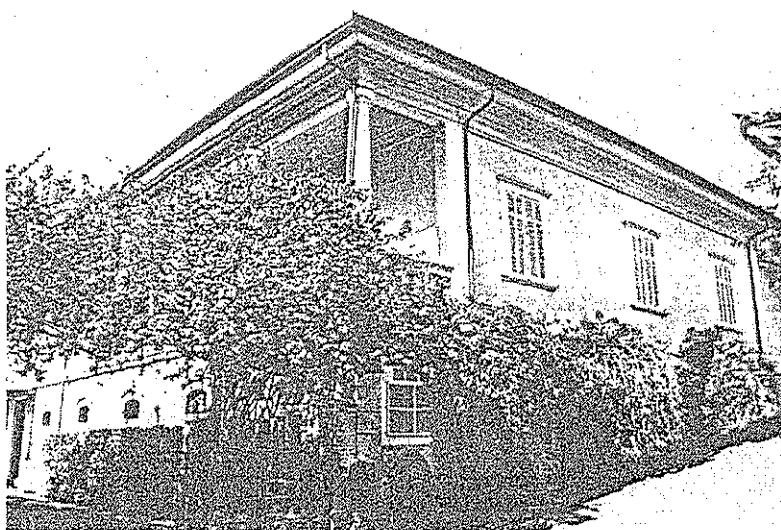


Fachada lateral

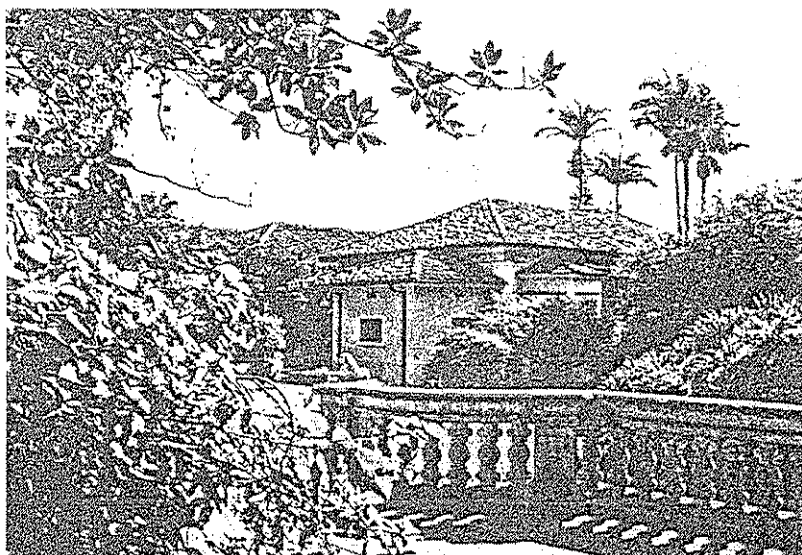


Vista Geral





Fachada lateral direita



Fachada posterior



Terraço

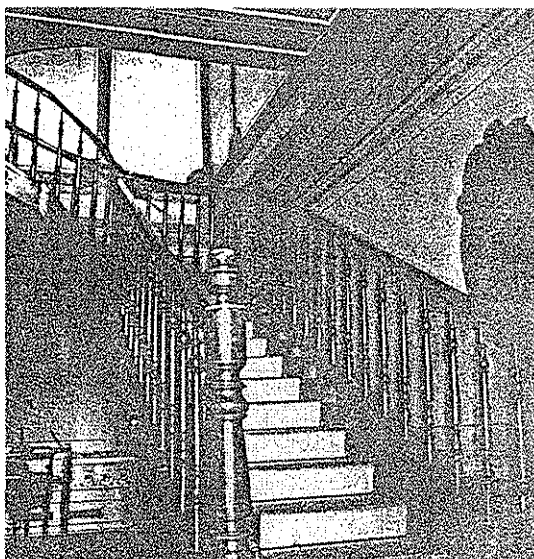




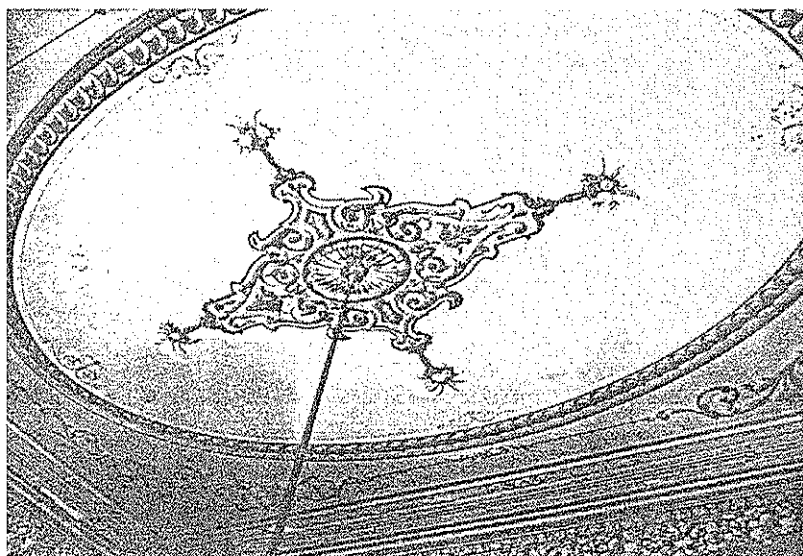
Detalhe fachada



Sala decorada



Vestíbulo



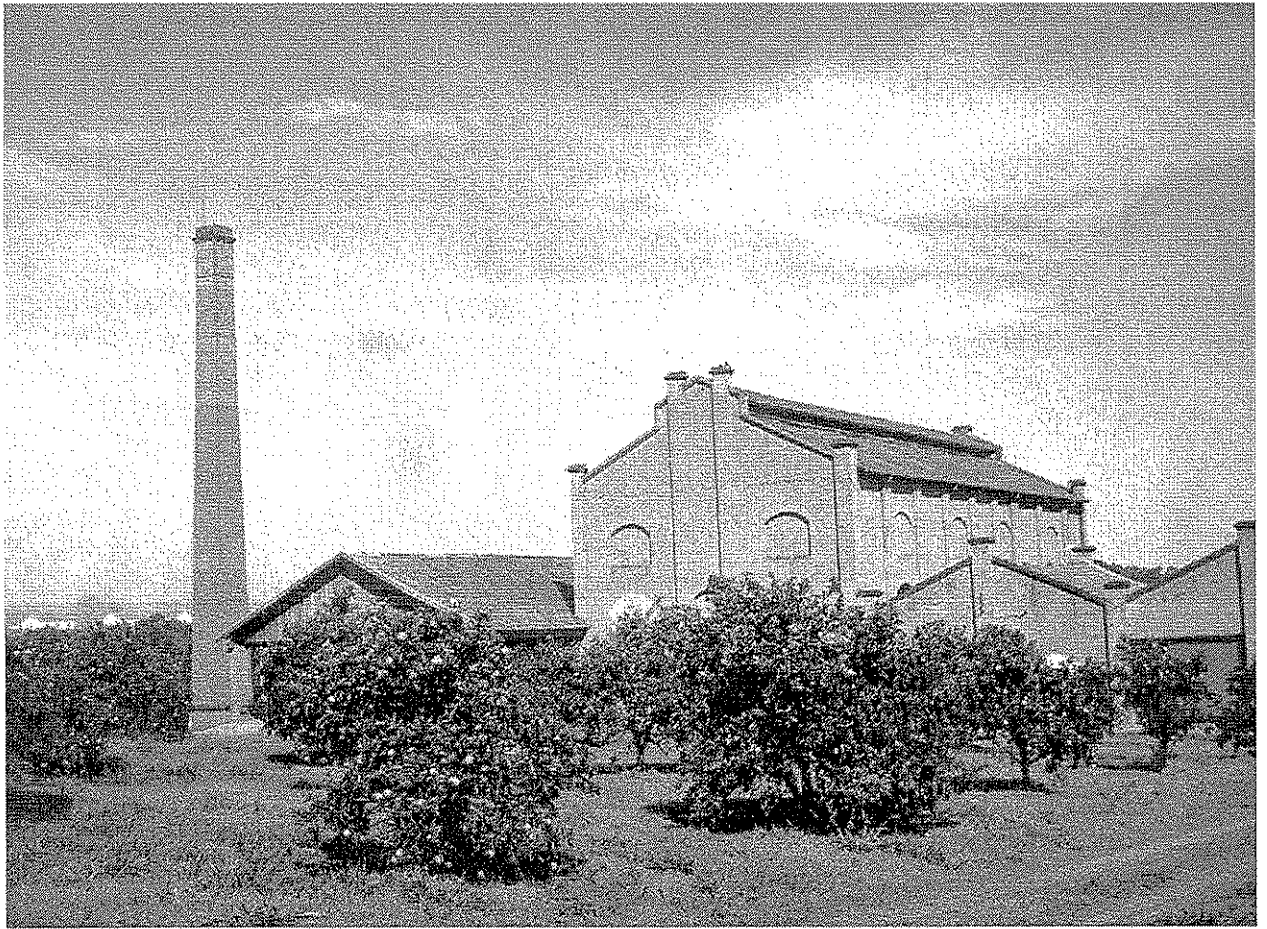
Sala com teto decorado



Sala de música



Cocheira



Antigo Engenho  
Fazenda Indaiá



## ENGENHOS E USINAS

*...o clima é esplêndido e a vida é agradável...*

*“Os engenhos bangüês constituem um tipo de fábrica representativo de um estágio econômico anterior ao da usina. Um só terno de moendas, acionado por máquinas a vapor, evaporação a fogo nu, a baixa recuperação do açúcar contido na cana, a elevada porcentagem de desperdícios industriais, o produto mais impuro, de pior aspecto e de conservação mais difícil, o elevado custo de fabricação pelo largo emprego da mão-de-obra e o baixo volume de produção por unidade industrial são os principais características técnicos desse tipo de fábrica.”(Melo, 1954).*

Os engenhos com melhores equipamentos que os bangüês, mas não incluídos entre os chamados “centrais”, faziam parte do programa de algumas propriedades particulares que decidiram industrializar seu produto agrícola. Entre elas:



Fazenda Indaiá



## Fazenda Indaiá

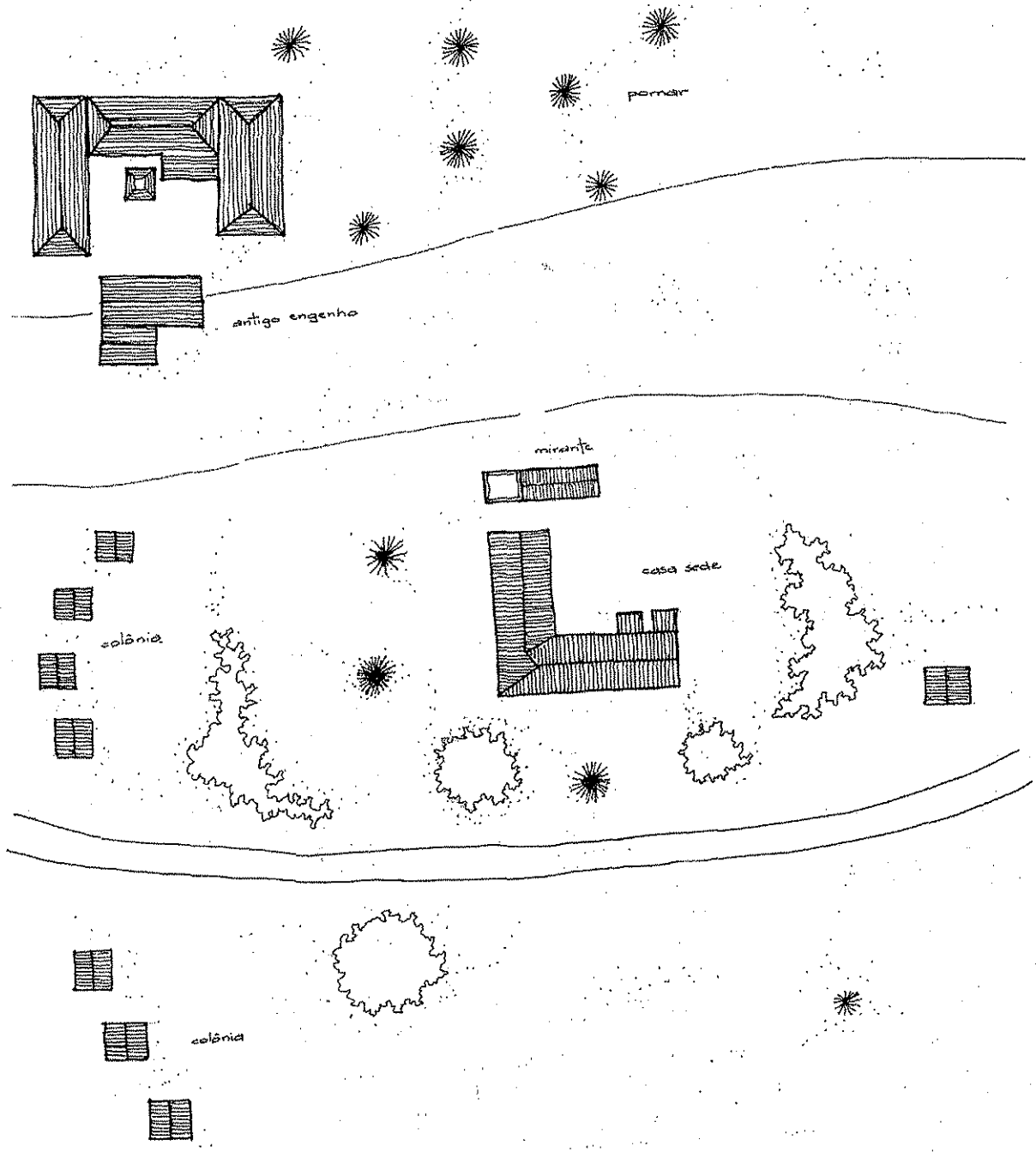
*...mirante e aguardente...*

A Fazenda Indaiá, antiga Três Municípios, localizada no eixo Piracicaba-Rio Claro. Suas terras faziam parte da antiga Fazenda Capuava, mais tarde Usina Capuava.

O programa da Indaiá consta de casa-sede, colônia, mirante e antigo engenho de açúcar e aguardente. A propriedade totaliza 320 alqueires.

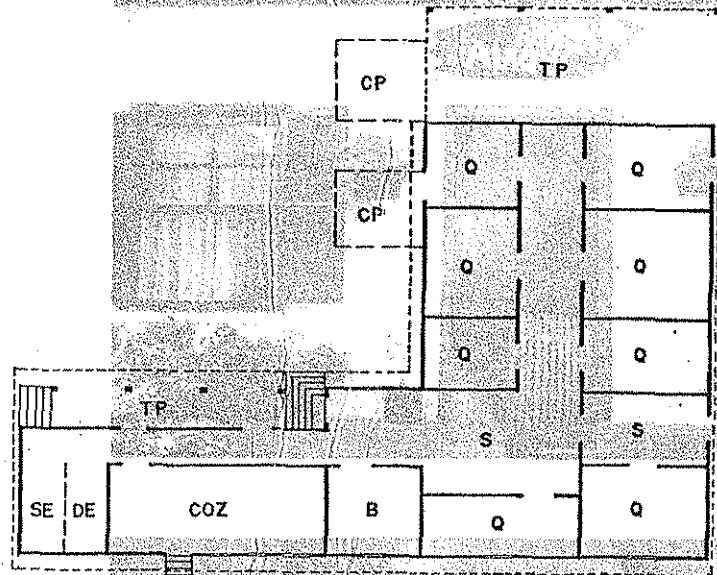
A casa-sede, térrea, construída em peroba, com esteios de faiuva, é o único modelo na região que apresenta a madeira como material, o que supõe uma mão-de-obra não pertencente ao sistema tradicional local. Obedece aos modelos das casas européias, com uma estrutura de madeira contra o vento, unida por painéis de ferro, notados na parte interna e externa.

A seguir, a implantação da propriedade assim como as fotos e plantas da casa-sede, fotos da casa e do antigo engenho.



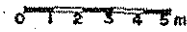


espaço interno

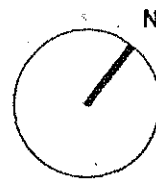


PLANTA

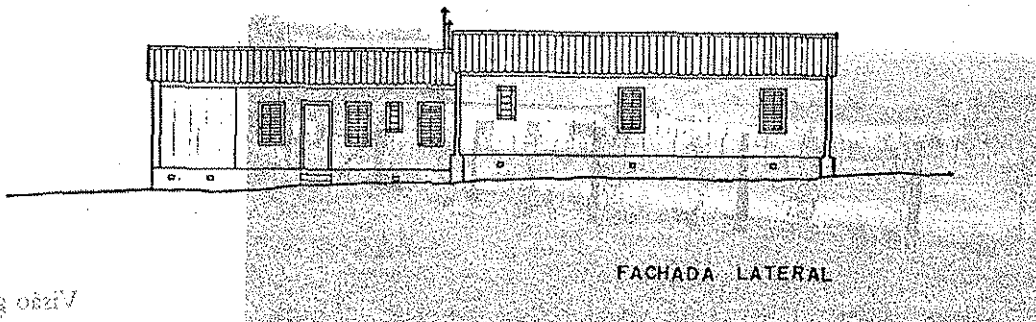
FAZENDA INDAIÁ



detalhe da parede



lugar antigo

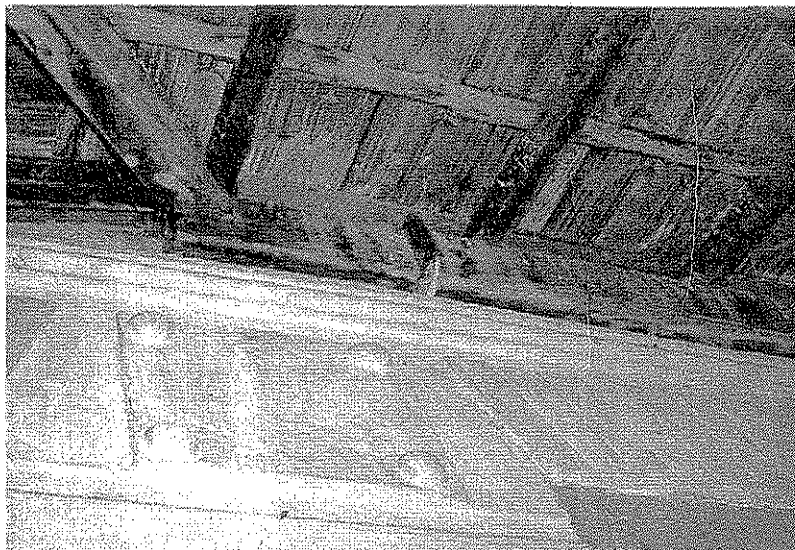


FACHADA LATERAL

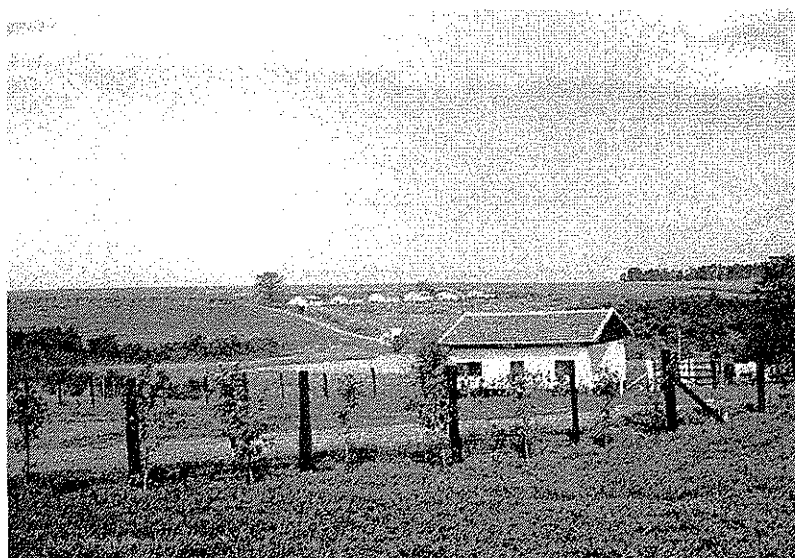




Casa-sede fachada



Espaço interno  
detalhe da parede



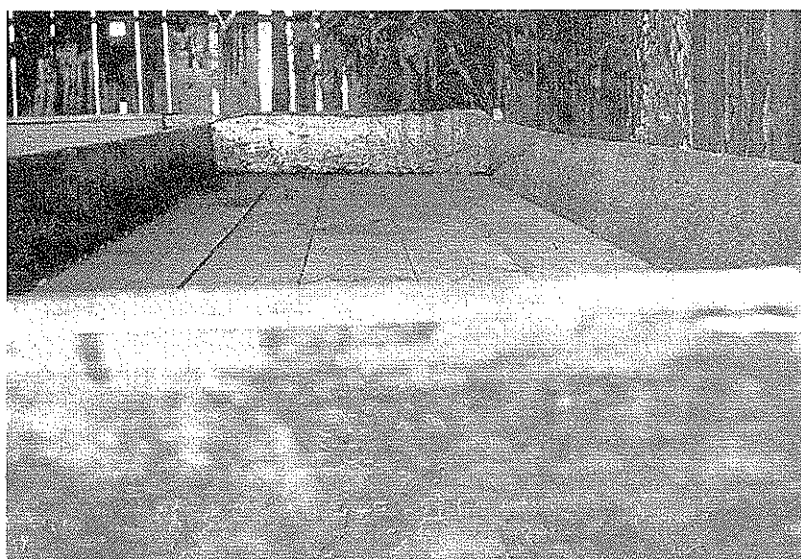
Visão geral



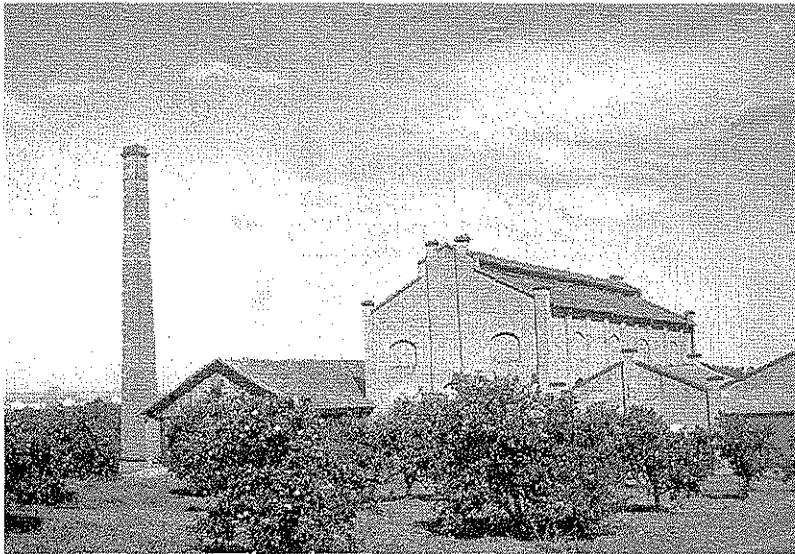
Casa-sede



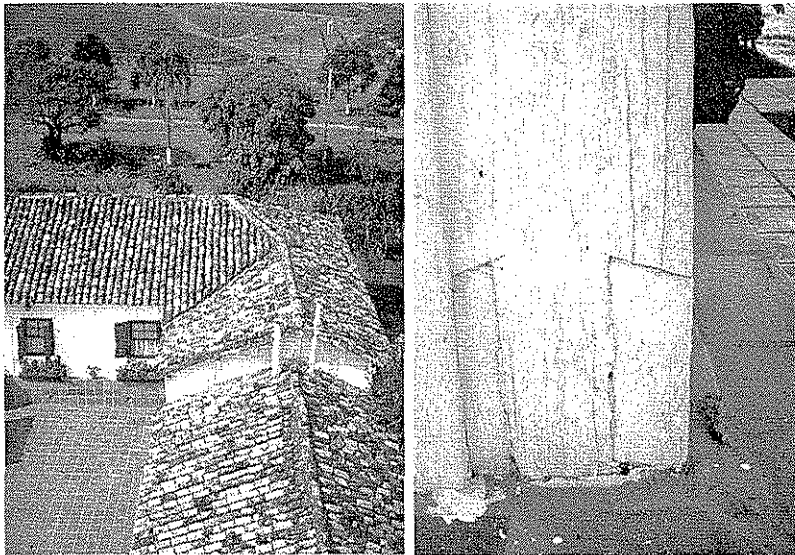
Vista geral  
antigo engenho



Cocho  
para o caldo de cana



Antigo engenho



Casa-sede e operação nabo



Casa-sede e mirante



## Fazenda São Pedro

*...um trolei, o recibo de 86 escravos e o mobiliário da sede com um piano...*

A maior parte dos pequenos lavradores preferia fazer aguardente em vez de açúcar. Isso rendia muito menos, mas requeria o mínimo de instalações, acarretando pouca despesa. “O resultado é um consumo escandaloso de aguardente”, como destaca Sawyer no seu estudo (1908). Entre as deficiências das engenhocas, o tipo precário das moendas causa a perda quase total do caldo; “é lamentável que quase no século XX pode-se seguir este sistema de fabricação” (Sawyer, 1908).

Ao lado da casa-sede da Fazenda São Pedro, restos da construção de um significativo engenho de aguardente completam o programa desta propriedade, percebendo-se a passagem para o produto cana e sua própria industrialização.

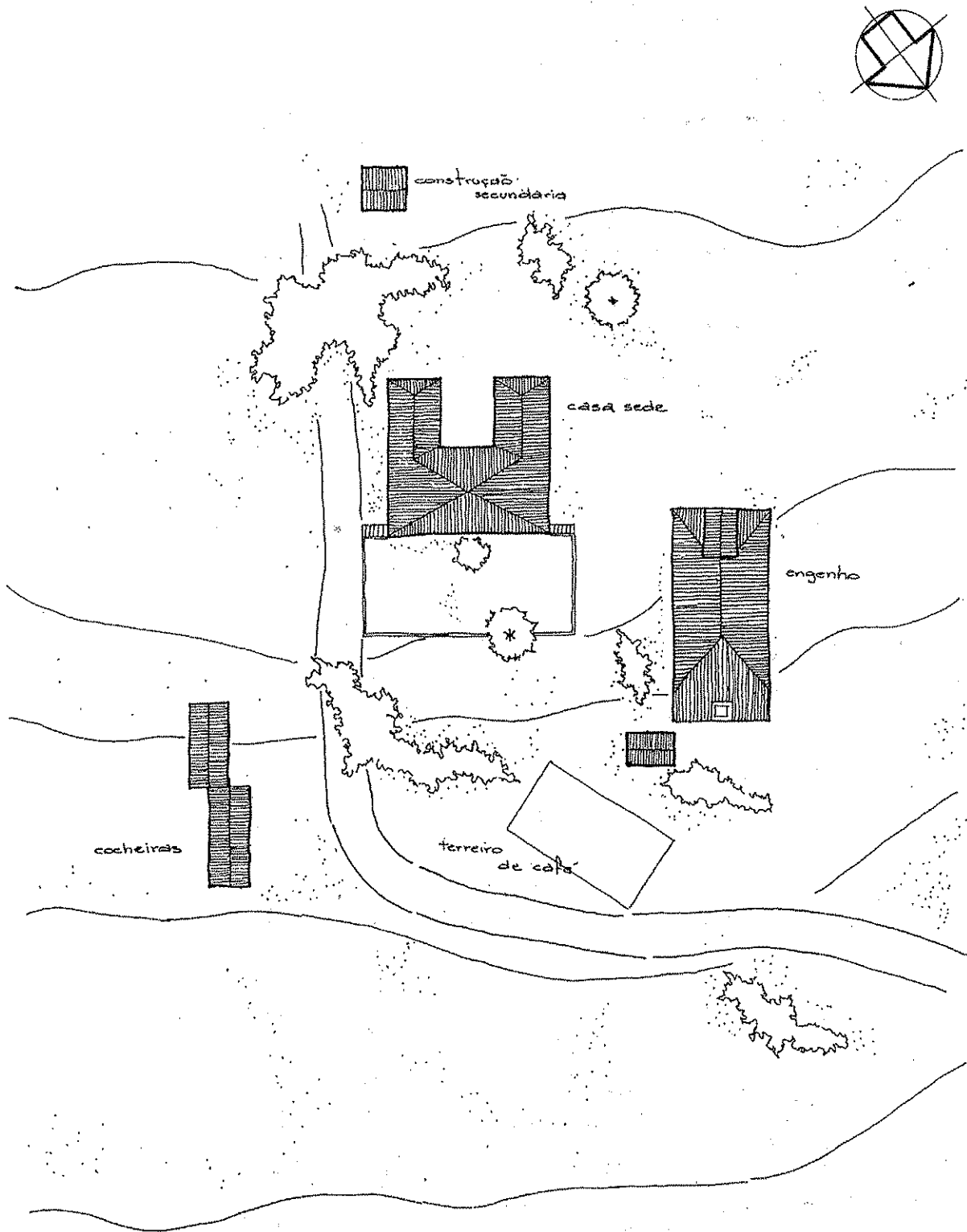
A Fazenda São Pedro (exemplar nº 6), com 80 alqueires, é propriedade, segundo dados coletados em 1980, de Flávio Spotto; está localizada no eixo Piracicaba-Conchas. Seu programa é resultante do plano das propriedades rurais do final do século XIX, incluindo casa-sede, zona de colonos, zona de plantação, construções secundárias: paiol, oficina, tulha, cocheira, estrebaria e restos do antigo terreiro de café.

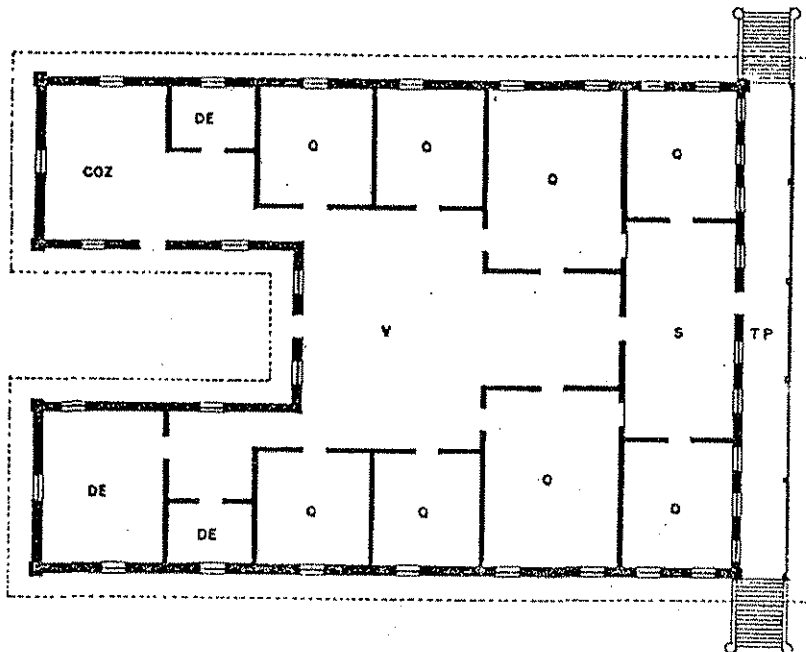
A propriedade possui antiga escritura de doação, de Maria Rosa a José Sabino, conforme consta no Cartório do 1º Ofício de Piracicaba. Sua primitiva proprietária foi Maria Almeida, segundo depoimento pessoal colhido de Aurélio Spotto; a documentação foi encontrada no Fórum do Cartório Distribuidor de Piracicaba.

Na lista de lavradores de café, de 1883, já constava o nome de Maria Almeida, com produção de 3.000 arrobas. Nos Autos Cíveis do inventário de Francisco de Oliveira Leme, a parte que coube a Maria Almeida consta de “um sítio deste município, no bairro de Serra Negra com todas as benfeitorias, com 300 alqueires, casa de morada, senzalas, engenho, 3.500 arrobas de café por beneficiar, 100 alqueires de arroz, 100 alqueires de feijão e 60 carradas de milho”. Também constam “1 trolei, o recibo de 86 escravos e o mobiliário da sede com 1 piano” (Inventários, Cartório de Registro Civil do 1º Sub-Distrito de Piracicaba).

A casa-sede está construída em assento de meia-encosta, com a fachada principal assobradada e a parte térrea frontal reservada para despejo. Sobre embasamento de pedra e tijolo sobem as paredes estruturais de tijolos; as paredes de vedação são em taipa de mão. Com planta em forma de U, seu espaço interno apresenta-se dentro do padrão construtivo das residências de café da região.

A solução mista da passagem do café para a cana é notada na programação externa da propriedade.

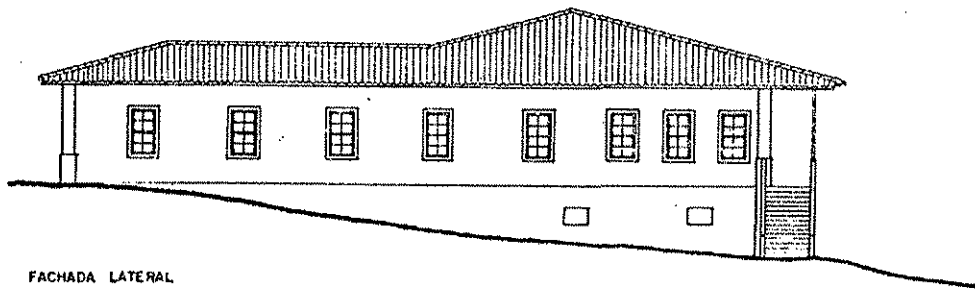
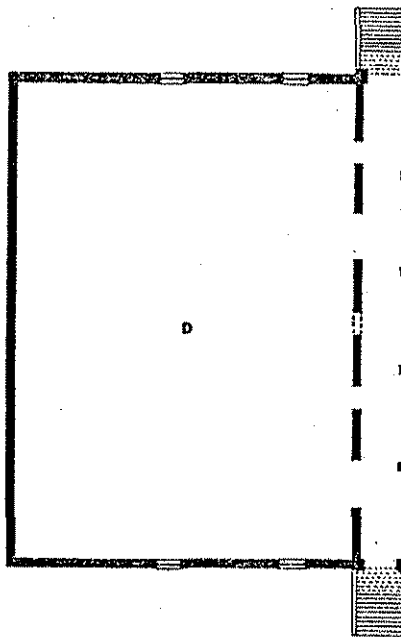




PLANTA



FAZENDA SÃO PEDRO



FACHADA LATERAL



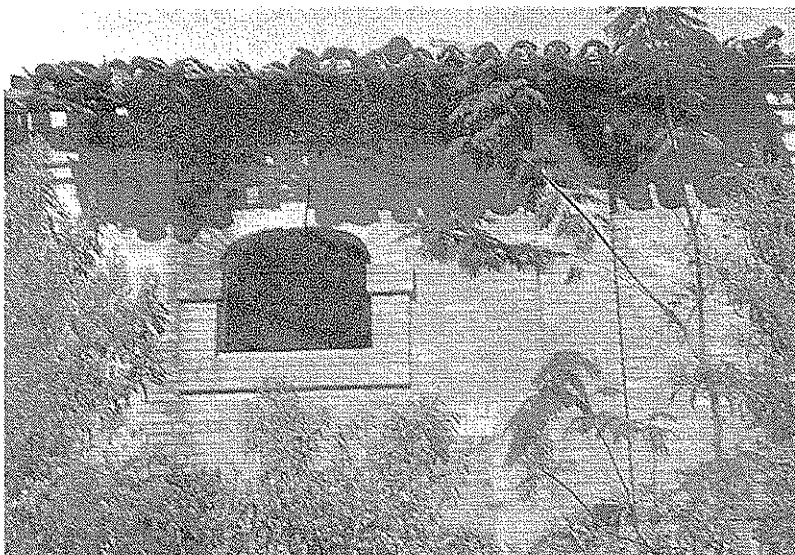


Casa-sede  
terraço



Escadaria e antigo engenho

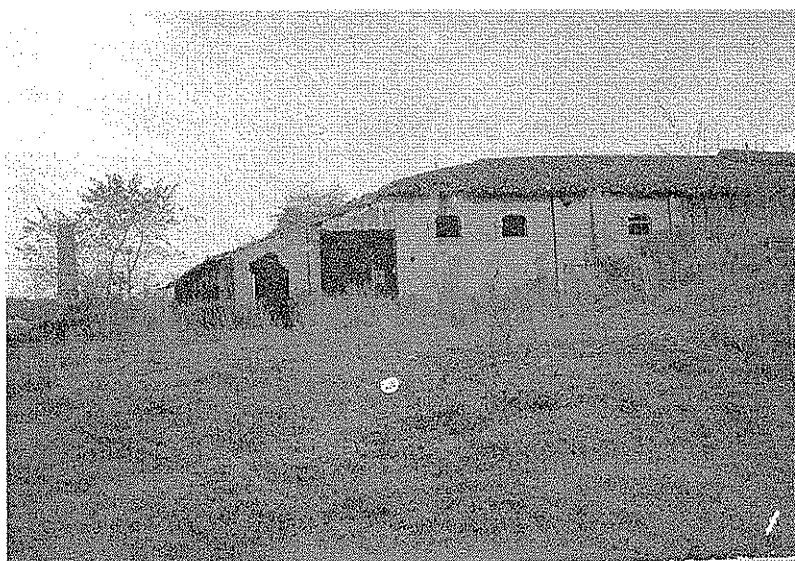




Antigo engenho  
abertura



Vista geral  
casa-sede e engenho



Antigo engenho



## Fazenda Capuava

*...sótão e porão no estilo de chalé...*

A Fazenda Capuava, com seus 580 alqueires, demonstra ainda um antigo programa de fazenda de café; terreiros, tulha, paiol, silo, colônia, casa-sede e grande lago estão integrados na propriedade localizada no eixo Piracicaba-Rio Claro.

A primitiva proprietária, Maria Martins de Melo, consta na Relação das Fazendas de Café, dos Ofícios Diversos da Câmara Municipal de Nova Constituição, com a produção de 2.000 arrobas de café, em 1861.

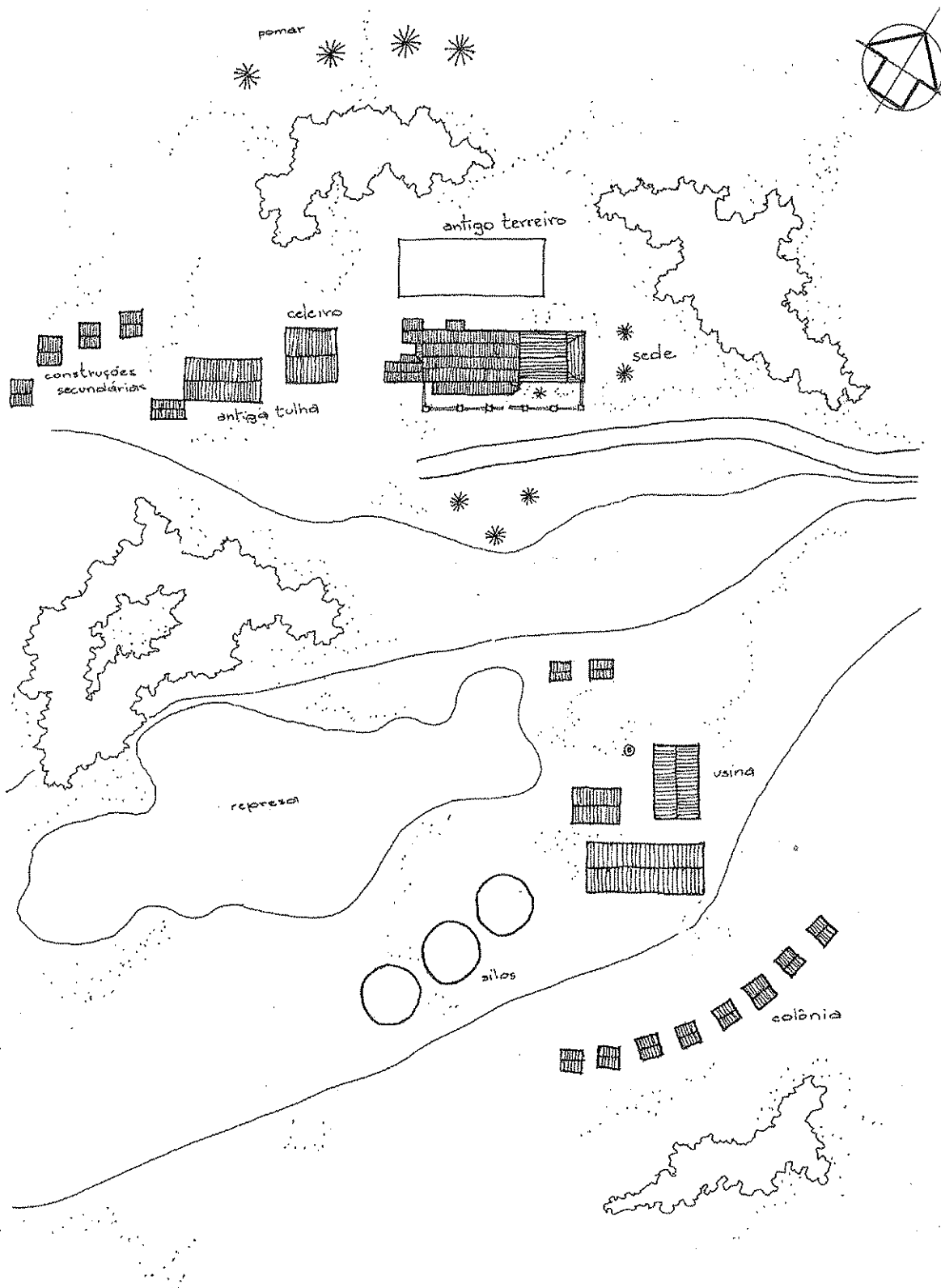
A casa-sede, do fim do século XIX, com padrão construtivo diferente das demais da região, apresenta três etapas de construção. A primeira, parte fronteira com sótão e porão no estilo de chalé, reflete a origem dinamarquesa do proprietário da época, Cristiano Matthiessen.

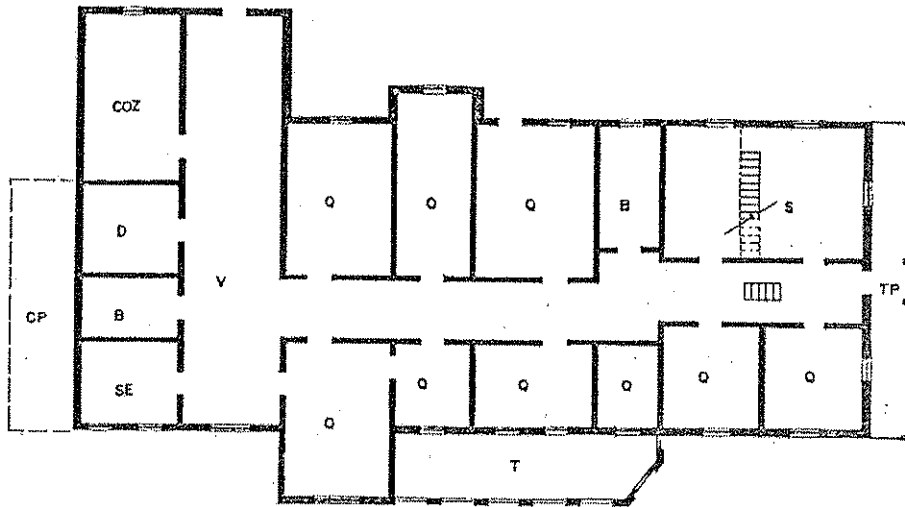
*“Por chalé passou-se a entender, no Brasil, um esquema de residência com acabamento romântico, sugerindo habitação montanhosa da Europa, com diferentes variações: madeira, paredes de tijolos aparentes, equipamentos de ferro, com colunas, grades e até mesmo revestimento com elementos decorativos de inspiração greco-romana.”*  
(Reis Filho, 1976, p.159)

A propriedade rural foi cafeeira até janeiro de 1917, conforme o livro *Conta Corrente*, do arquivo da fazenda; nele consta o contrato de limpeza de 3.466 pés de café, a 20 mil réis. Nesta mesma época é

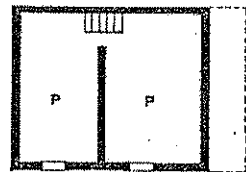
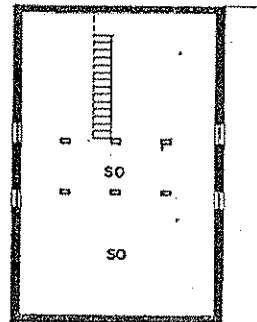
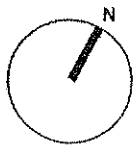
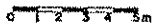
organizada a Usina Capuava. A orientação técnica dada por Cristiano Matthiessen foi um empreendimento industrial dos mais avançados; em 1921, a cultura da cana de açúcar já conhecia a mecanização agrícola, fato pioneiro para a época. Em 1924 surge, ao lado da usina de açúcar, a de gás carbônico, a partir da fermentação do caldo de cana, de feição pioneira no Brasil. Com o abandono, a partir de 1945, da fabricação do açúcar, a Usina Capuava passou a produzir aguardente e gás carbônico.

A seguir, estarão os desenhos da implantação da então Fazenda Capuava, da fachada lateral da casa-sede, a planta e fotos das casas do edifício da Usina.

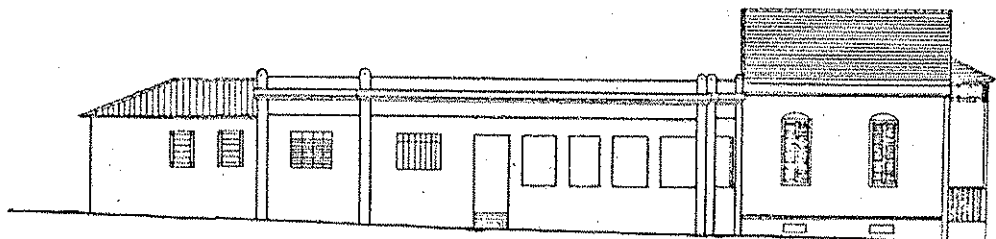




PLANTA



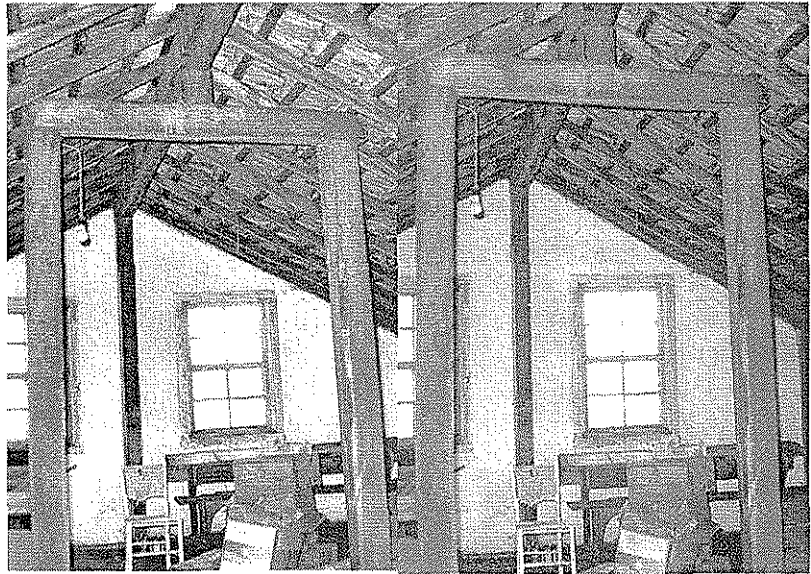
FAZENDA CAPUAVA



FACHADA LATERAL



Casa-sede  
sótão

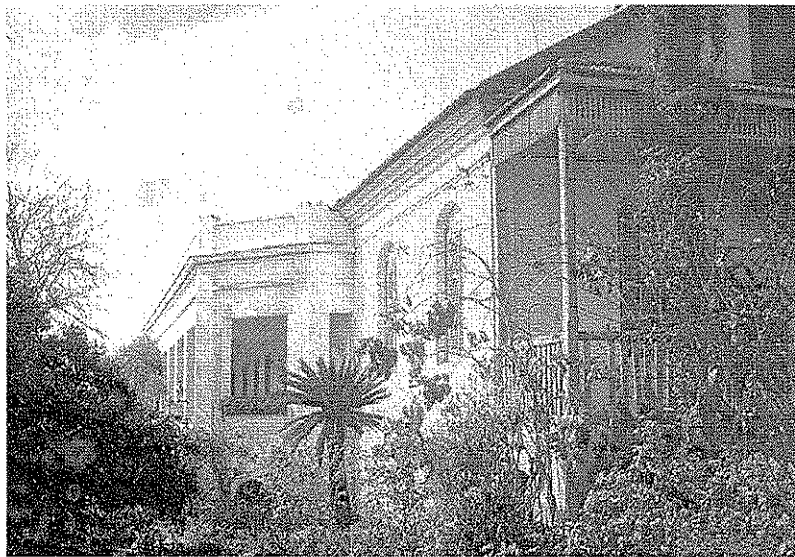


Cosntruções secundárias  
e *horreo*

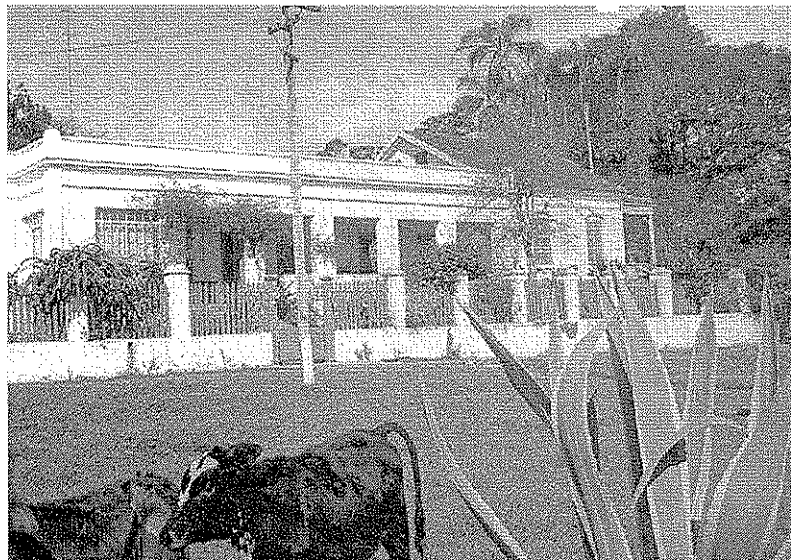


Casa-sede





Casa-sede  
fachada lateral esquerda



Casa-sede  
fachada lateral



Casa-sede e antigo  
terreiro de café

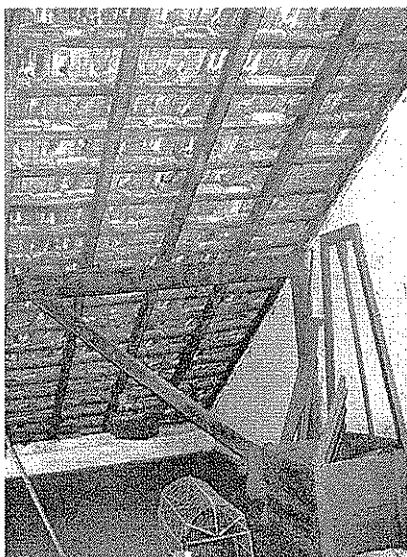




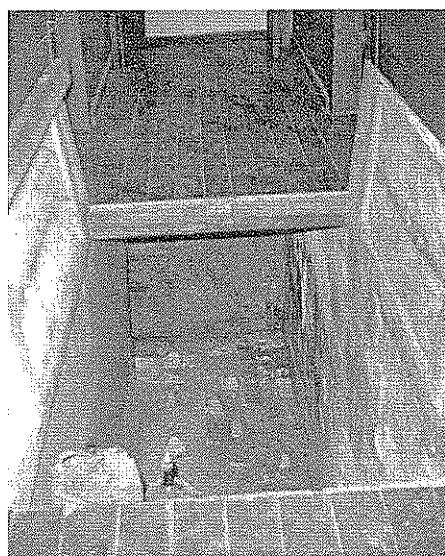
Casa-sede  
fachada lateral direita



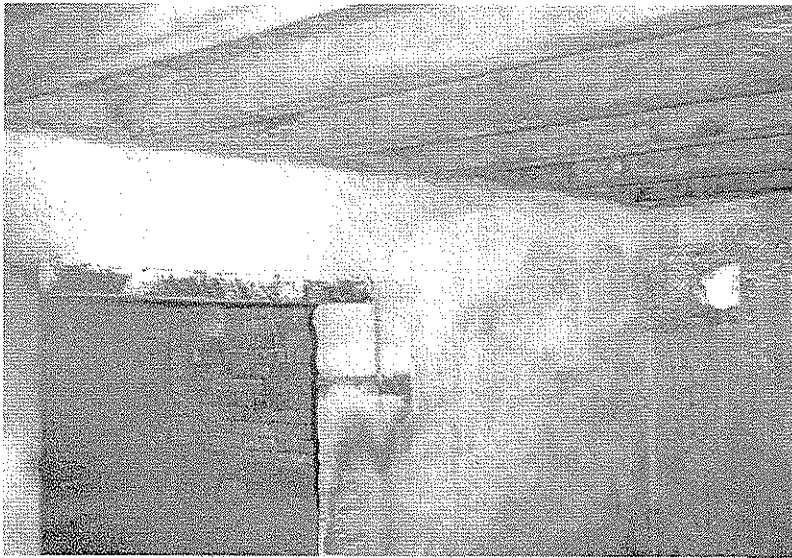
Espaço interno  
sótão



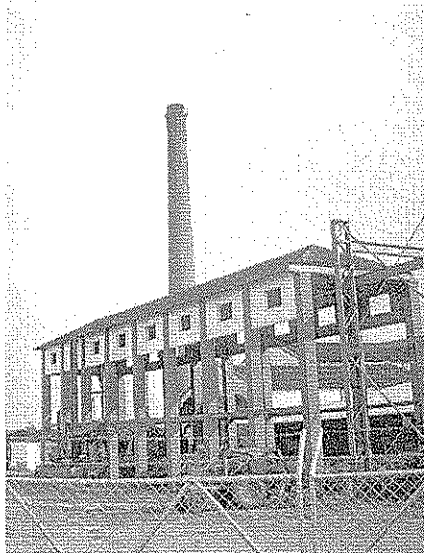
Espaço interno  
corredor com abertura para o porão







Casa-sede  
porão



Usina



Vista geral



## Engenhos Centrais

*Os engenhos centrais foram grandes unidades de produção, para a moagem da cana, com equipamentos modernos e em localização planejada para receber o produto de um conjunto de propriedades...*

Durante o segundo quartel do século XIX, em 1877, com a fundação do Engenho Central de Quissamã, na província do Rio de Janeiro, começa a fase intensiva de industrialização do açúcar no Brasil.

Para estimular a fundação dos engenhos centrais, o governo imperial promulga uma série de leis, entre elas a de 6 de novembro de 1875, que reserva 30 mil contos de réis para a indústria e concede garantias de juros ao ano sobre o capital investido (Queda, 1972, p.46).

A característica principal da constituição dos engenhos centrais é a separação entre a fase agrícola e a fase manufatureira. Exigindo grande capital, que os senhores de engenhos eram incapazes de mobilizar, a forma escolhida pelo governo foi a do investimento estrangeiro com garantia de juros mínimos. Os engenhos centrais tinham função apenas industrial, sem lavouras próprias, e adquiriam a cana dos fornecedores associados ou residentes na região. A parte da produção de açúcar ficava com grupos de capitalistas europeus e o fornecimento da cana, com os senhores de engenho. Ligados à criação dos engenhos centrais surgem os grupos de ingleses e franceses.

Em 1878 inaugura-se o Engenho Central de Porto Feliz e, a 18 de novembro de 1881, chegam a Piracicaba os primeiros volumes de máquinas para o Engenho Central, fundado nesse ano sob a direção de Estevão Luiz Sousa Resende, mais tarde Barão de Resende, em terreno de sua propriedade, à margem do rio Piracicaba, hoje perímetro urbano dessa cidade (Sawyer, 1908).

Em 19 de janeiro de 1881 é fundado o Engenho Central, com capital de 400 contos de réis. Tornaram-se sócios João Baptista da Rocha Conceição, Pedro Augusto da Costa Silveira, Torquato da Silva Leitão, Paulo Pinto de Almeida, Francisco Correa e Joaquim Eugênio Arruda Pinto (Jornal de Piracicaba, 1º de janeiro de 1954). Em 1883, o engenho obteve a safra de 8.000 toneladas de cana, funcionando com “aparelhos” de construção francesa, montados por André Paturiaux (Piracicaba Antiga VI). O Engenho de Piracicaba deve sua produção de 9.000 sacas de açúcar naquele ano à queda d’água com a utilização direta da força hidráulica. A moenda completa, Brissonneau, de 8 cilindros, as bombas de ar e as centrífugas recebiam movimento por meio de turbinas horizontais. O Engenho dispunha, ainda, de caldeiras para a evaporação da calda e o cozimento do xarope, fornos de queimar bagaço, uma chaminé quadrada de tijolos, 2 filtros, 2 vácuos e 1 secador. Faltavam os fornos automáticos, sem o trabalho do fogueira, há muito utilizado pelos ingleses e americanos (Cruz, 1920).

Considerado, na época, um dos melhores engenhos do Brasil, o de Piracicaba tinha o mais baixo preço do açúcar do Estado.

Nos Ofícios Diversos do mês de fevereiro de 1884 consta, entre as informações para o Presidente da Província de São Paulo, a seguinte afirmação: “não há no município a indústria pastoril e a cultura do cereal é para o consumo local e dos municípios vizinhos; a cultura do café em grande escala continua progredindo, mas a cana, após haver estagnado, tomou novo impulso (Arquivo do Estado de São Paulo, Ofícios Diversos do Município de Piracicaba, 1884).

Para a continuidade do desenvolvimento dos Engenhos Centrais, havia a necessidade de melhoramentos na parte agrícola e a introdução de variedades de cana mais produtivas. As plantações eram feitas quase sempre em agosto-setembro, com cana riscada, preta e misturada.

Nos meses de inverno, de junho a agosto, a baixa temperatura ocasionava geadas. Quando isto acontecia, as folhas das canas novas, nas terras baixas, ficavam geladas e era preciso cortá-las rente ao solo. A geada não penetra na terra e, conservadas as raízes das plantas, elas tornam a brotar com atraso da safra seguinte.

Várias modificações seriam necessárias para uma eficiente produção dos engenhos. Melhorar o processo de clarificação do açúcar, substituir as moendas verticais pelas horizontais, utilizar o bagaço como combustível no lugar da lenha, usar sacos de algodão ao invés de caixas de madeira e introduzir a máquina a vapor. Relata Frederic H. Sawyer que os senhores de engenho de São Paulo sofrem da mania estranha de comprar máquinas velhas, que deveriam “há muito tempo ter sido jogadas no monte de ferro velho” (Sawyer, 1908, p.11).

A grande distância que separava a atividade agrícola da industrial, no caso dos engenhos centrais, acarretava elevado custo do transporte da cana madura, que não poderia ser armazenada sem risco de perda total do teor da sacarose.



A cana para o Engenho Central de Piracicaba era fornecida pela Fazenda de Estevão de Rezende e por outros fornecedores. Para o transporte, o governo federal exigiu a construção de 15 quilômetros de linha férrea, entre as principais fazendas fornecedoras: São José, Primavera e Santa Rosa.

Na reunião do Paço da Câmara, de 12 de maio de 1888, resolveram os vereadores indicar uma pessoa “para fazer efetiva cobrança do imposto e multas que o Engenho Central deve a esta Municipalidade”, cujo débito total era da ordem de 4.026\$000 (Arquivo da Câmara Municipal de Piracicaba, 1888). Em 1897, o Engenho Central de Piracicaba passa para a administração de Cícero Bastos, com o nome de Companhia Niágara Paulista, fabricando 23.000 sacas de açúcar. “Sem dúvida, era a idéia predominante empregar a queda d’água como força motora e deu-se à empresa aquele nome” (*Piracicaba Antiga VI*, s/d).

Em 1899, passa para Companhia Açucareira de Piracicaba (*Sucrerie de Piracicaba*) e, em 1900, o Engenho Central foi comprado por um sindicato e, depois, transferido a uma sociedade anônima com um capital de 2.200 francos, a *Societé Sucrerie Brésilienne*, com sede social em Paris, *Boulevard Poissonière*, 25. O Engenho Central possuía 3.705 hectares de terra, 883 hectares de terras arrendadas e 120 hectares de terras de propriedade de fornecedores de cana.

A Societé Sucrerie Brésilienne, com capital total de sete milhões de franco, possuía, no Brasil, seis engenhos centrais, sendo quatro em São Paulo (Piracicaba, Villa-Raffard, Lorena e Porto Feliz).

Encerrava-se no ano de 1899 a fase dos engenhos centrais; iniciava-se, a partir deste momento, o período das usinas e, com ele, todo o processo de concentração fundiária. O Engenho Central de Piracicaba, cujo nome foi conservado, possuía, em 1900, 130 arados, 30 riscadores, 26 carpideiras e 6 destocadores. Em rendimento máximo, as canas riscadas ocupavam o primeiro lugar.

Foram adquiridas uma moenda completa *Five-Little*, de três cilindros, para a primeira pressão com máquina horizontal a vapor, dupla engrenagem, e para a segunda pressão, mais uma moenda completa *Mac Onie*, de três cilindros, comprada já anteriormente por Cícero Bastos e só montada em 1900, quatro caldeiras, uma chaminé redonda com altura de 20 metros, baterias, dois filtros, oito recipientes de massa corrida para cristalização em movimento, uma máquina a vapor atuando como compressor de ar, turbinas, um secador, dois dínamos para luz elétrica, destilaria de oficina mecânica e de carpintaria. Conforme o Relatório Sawyer, as máquinas de moagem deixam a desejar quanto ao rendimento do produto; indica, também, a necessidade de um guindaste móvel, de 10.000 quilos, e substituição do esmagador por um novo. “Os fornos de queimar o bagaço não estão mais à altura da prática de hoje” (Sawyer, 1908, p.13).

A cana, neste ínterim de fins do século XIX e inícios do XX, começa a ser plantada pelas próprias empresas que, lentamente, absorvem os antigos engenhos, passando a propriedade da terra para os usineiros.



Engenho central



## Engenho Central de Piracicaba

*“...o edificio deve ser sólido, soberbo, cômodo,  
funcional, regular e simétrico”*  
(Benevolo, 1976, p.62)

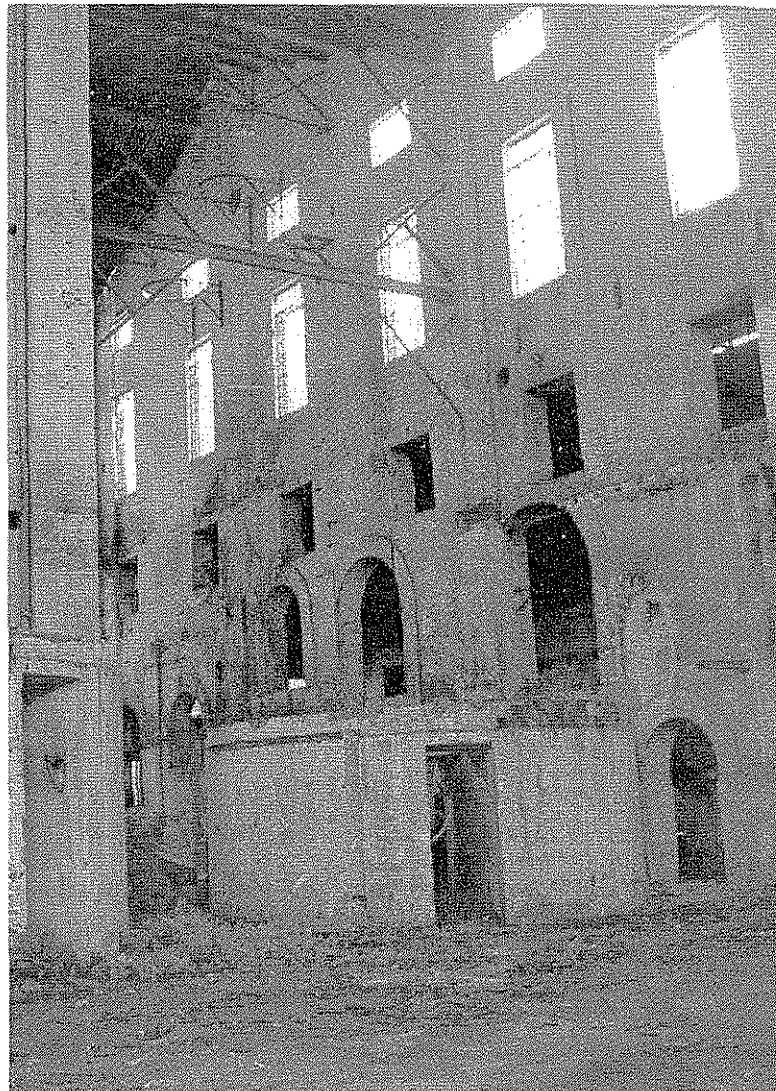
O Engenho Central de Piracicaba está incrustado na área urbana, em bairro denominado Vila Rezende. Parte das suas terras foi loteada e as casas e moradias perderam suas funções originais, transformando-se muitas em escritórios e para outras finalidades. Esta propriedade, que com suas construções específicas e equipamentos marcou o início da agroindústria do açúcar em Piracicaba, nos momentos atuais adquiriu novos perfis profissionais e culturais.

Os grandes edifícios, com características de construção inglesa, obedecem aos padrões do *functional tradition*. Foram os ingleses os primeiros a reestudar os valores arquitetônicos da construção utilitária do século XIX, seguidos pelos franceses. São formas que podem ser denominadas clássicas, dentro do padrão de construção para a indústria, em “edificio que deve ser sólido, soberbo, cômodo, funcional, regular e simétrico” (Benevolo, 1976, p.62).

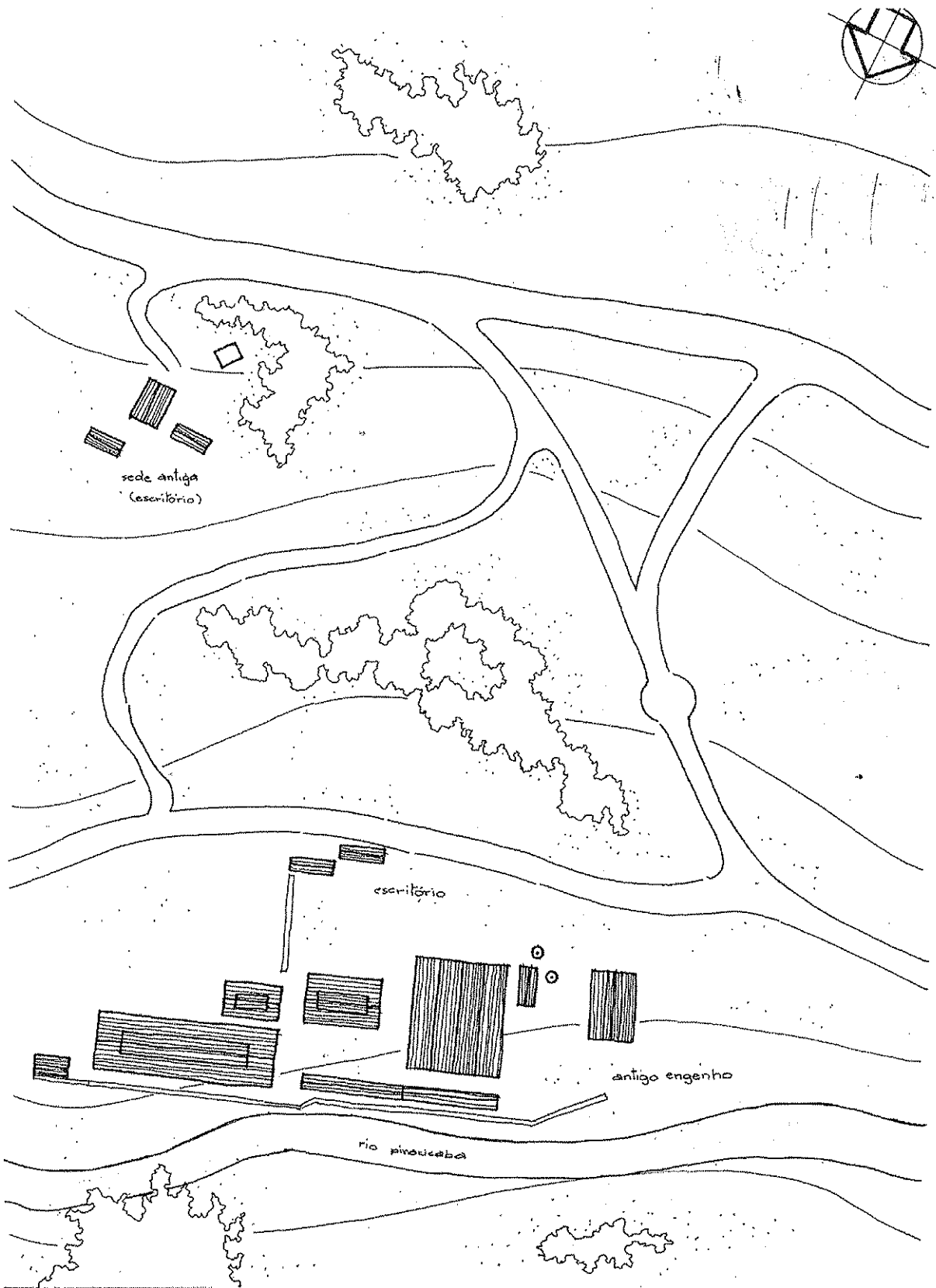
O emprego dos materiais tradicionais transformou-se por vários motivos. Os produtos de olaria e madeiramento são produzidos industrialmente com melhor qualidade. Emprega-se o ferro-gusa. Já em 1789, Goulet experimenta um sistema que dispõe de traves de ferro e pequenas abóbadas de tijolos ocós. A partir daí, a gusa é difundida largamente na construção de edifícios; colunas e vigas em gusa formam o esqueleto dos edifícios industriais e permitem cobrir grandes espaços com estruturas relativamente tênues e não inflamáveis.

Os edifícios industriais do Engenho Central de Piracicaba acabaram por se deteriorar. Seus espaços internos foram esvaziados e o Engenho Central, em 1989, foi desapropriado e incorporado ao patrimônio público. Parte do complexo foi vinculado ao projeto do Museu de Ciência e Tecnologia, “cujo tema geral *energia*, traduz o histórico potencial sucroalcooleiro da cidade e recoloca as questões da intervenção em sítios históricos e da preservação do patrimônio por meio de novos usos (Programa de Ocupação e Uso do Engenho Central, 2002).

O presente estudo quer privilegiar o desenho da implantação da propriedade assim como as fotos dos edifícios do Engenho Central, detalhes da sua construção e da parte interna.



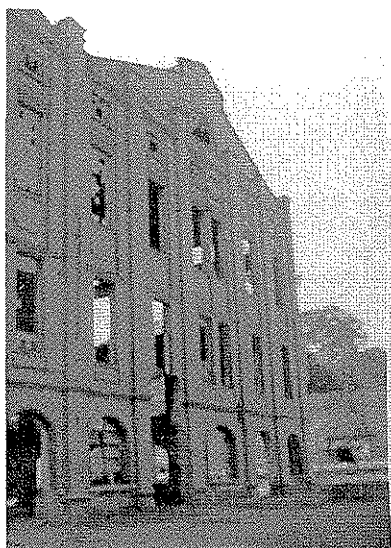
Engenho central  
espaço interno



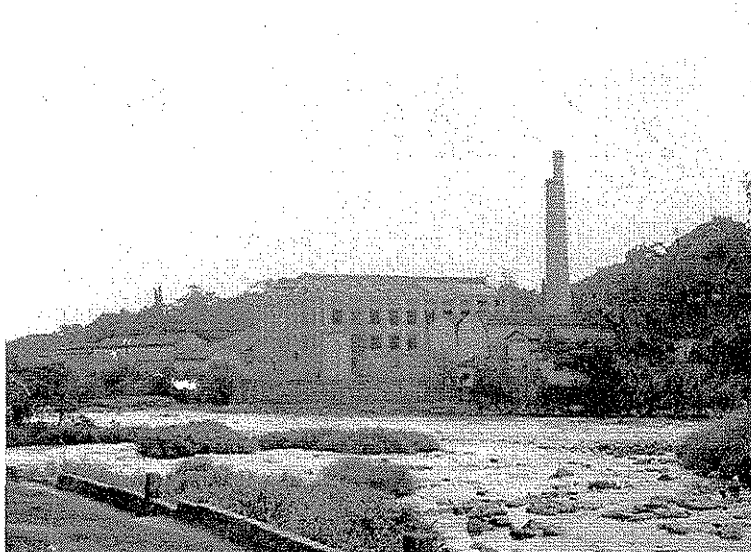




Entrada principal  
Engenho central



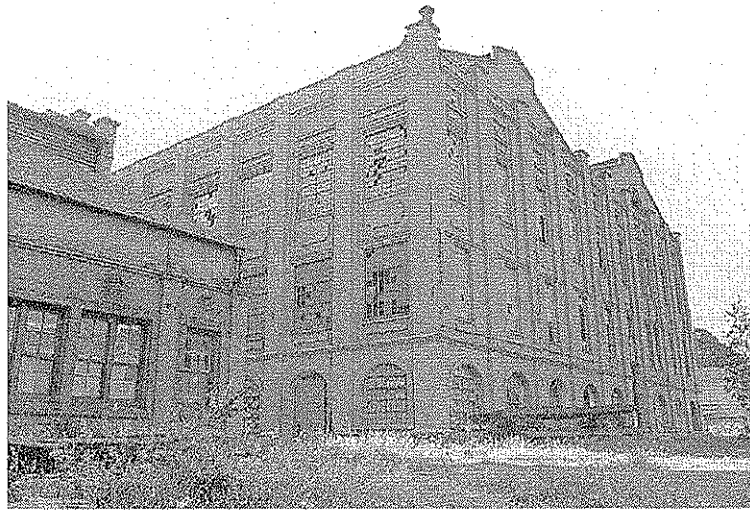
Antigo  
edificio industrial



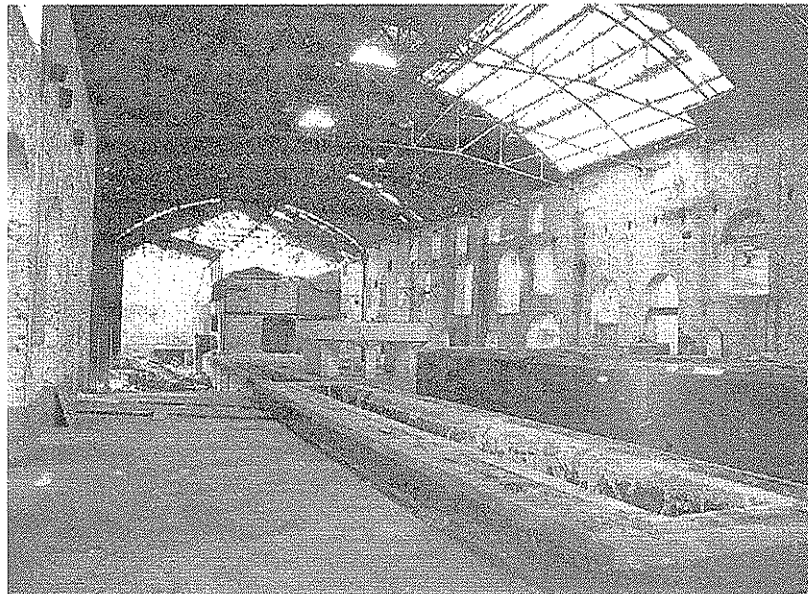
Vista geral  
com o rio Piracicaba



Antigo  
edifício industrial

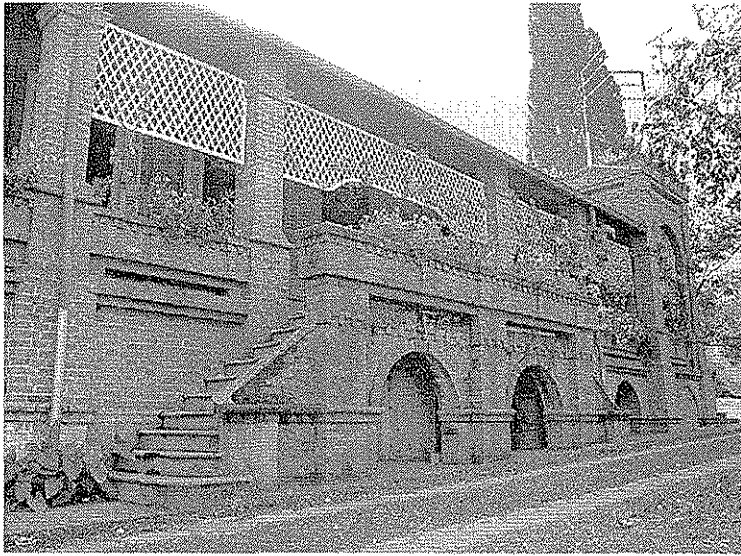


Espaço interno



Casa de administração  
detalhe do telhado

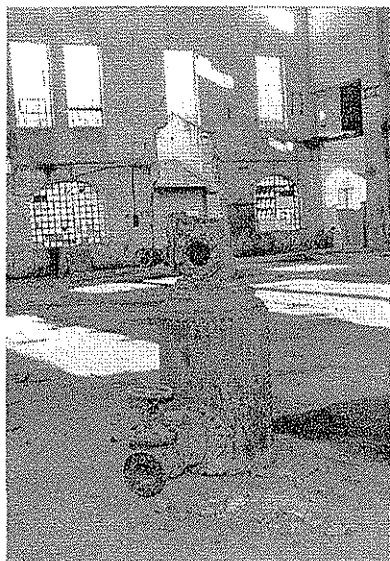




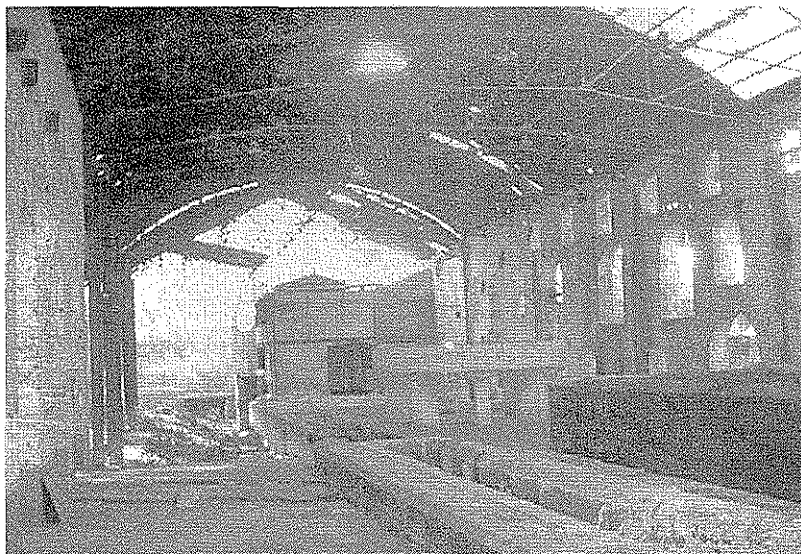
Casa de  
administração



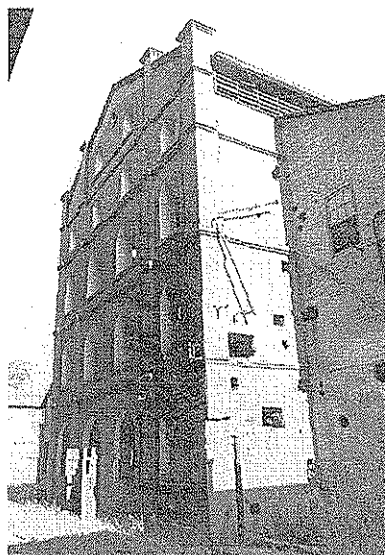
Edifício industrial  
detalhe abertura



Espaço interno



Espaço interno  
cochos e base para clarificador

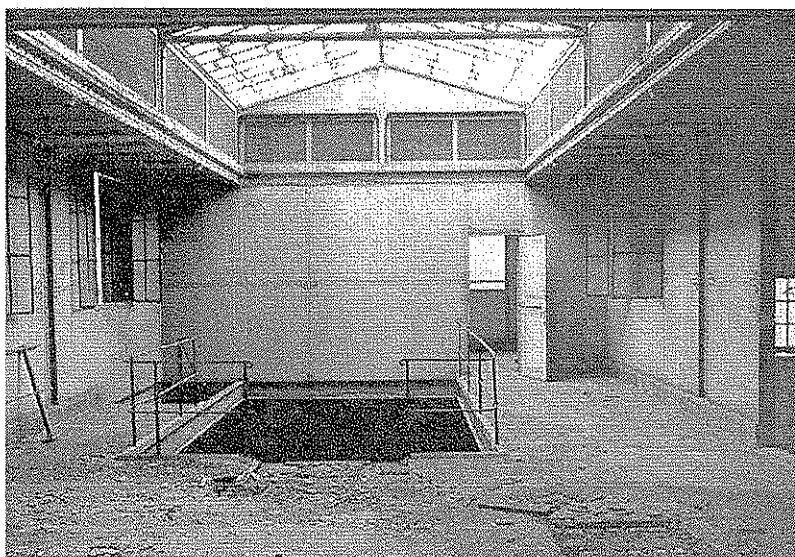


Detalhe fachada



Detalhe abertura





Espaço interno  
2º piso



Escada de ferro



## Engenho – Usina Monte Alegre

...à procura do Engenho...

*Era uma tarde nublada do ano de 2003, quando então, solitária, retornei ao sítio da então Usina Monte Alegre. Nada se via, bruma e nevoeiro rodeavam a propriedade. Mas, acaso ali estariam os antigos edifícios/ruínas? Adentrei a estrada, naquele momento, recordando-me de Kafka > O Castelo; como chegar às antigas construções que já não mais se avistavam do belvedere, com parapeitos de ferro trabalhado, como as tinha visitado e documentado em 1979? A sensação de procura parece ter sido a mesma da personagem K., assim como a angústia de encontrar aquela cena já degenerada e desfeita, que em outros tempos, de vida e esplendor, eu já registrara.*

Os engenhos-usinas de São Paulo foram divididos segundo sua operação e rendimento. Entre os chamados de dupla pressão seca e de maior rendimento estão o Engenho Central de Piracicaba, o da Vila Raffard, o de Lorena, o de Monte Alegre e o Indaiá.

O Engenho Monte Alegre foi desenvolvido pouco a pouco, improvisado com aparelhos das engenhocas e duas moendas. Foi comprado dos herdeiros da Fazenda do Marquês de Monte Alegre e de parte da sesmaria de Carlos Bartholomeu de Arruda (Cartório do 1º Ofício de Piracicaba. Registro de Imóveis); em 1887 já produzia de 8.000 a 10.000 arrobas de açúcar.

Já em 1819, a propriedade do Marquês de Monte Alegre, Luiz Antônio de Souza Barros, situada à margem esquerda do rio Piracicaba, e aproximadamente a seis quilômetros do centro da cidade, foi avaliada em 10:822\$160, contendo toda a “vasta terra, 24 escravos, casa de engenho, casa de purgar, senzalas, monjolo, olaria para telhas, alambique, três caldeiras de *whe*, duas rocas, dois novilhos, dois bois” (Piracicaba Antiga, vol.VI, s/d).

Uma sociedade, formada por Indalécio de Camargo Penteado e Joaquim Rodrigues do Amaral, em 1889, com um empréstimo bancário, remodela o antigo Engenho. Pertenciam então ao Engenho, num total de 2.228 hectares, 856 hectares de mato, 500 hectares plantados de cana, 622 hectares prontos para plantar.

Para o transporte de cana até o Engenho, existiam alguns quilômetros de estrada de ferro, com uma locomotiva e alguns vagões. A maior parte da cana chegava em grandes carros, puxados por seis mulas, carregando perto de 1.500 quilos do vegetal. Monte Alegre era um engenho pequeno em relação à grande extensão de suas plantações de cana e de seus compromissos com os fornecedores.

Em 1901, possuía duas moendas horizontais a vapor, três caldeiras geradoras de vapor, uma chaminé de tijolo, dois filtros para caldo e xarope, duas bombas de ar para os mesmos, resfriadeiras para massa cozida, seis turbinas *Five-Little*, uma moenda para açúcar, dois alambiques, oficina para reparações, estrada de ferro bitola 60cm., uma locomotiva e alguns vagões.

No decênio 1881-90, a exportação do açúcar é de 6,1% das exportações brasileiras, transformando-se, portanto, em produto restrito ao mercado interno. O relatório *A Situação da Cultura da Cana de Assucar* (Gorkum, 1913), a respeito de mão-de-obra dos engenhos, ressalta: “é crença geral que o assucar se faz na fábrica, mas não é assim; o assucar se faz na lavoura e extrahe-se e crystalliza-se na fábrica.” A economia rural apresentava vários aspectos novos, tais como a integração engenhos-fornecedores e a mão-de-obra dos imigrantes.

O fazendeiro era mais cidadão que rural; a propriedade rural era seu meio de vida e só ocasionalmente local de residência e recreação. As receitas gastronômicas não mais se aprendem pelo convívio; tradições e festas de moagem desaparecem.

No caso dos engenhos-usinas, famílias, maioria de italianos, eram colonos pagos por peso de cana entregue e a administração não se preocupava muito com o sistema pela qual eles cultivavam a terra.

Segundo Nícia Vilela Luz (1979), ainda não foram totalmente elucidadas as causas das falhas dos engenhos centrais. Autores contemporâneos atribuem à especulação desencadeada pela política de garantia de juros, enquanto outros estudos afirmam que os engenhos foram derrotados pela concorrência das usinas, que não estavam adstritas às mesmas prescrições contratuais.

O processo de fabricação do açúcar na usina distingue-se, sobretudo, pela evaporação a vácuo da água contida no caldo de cana com conjuntos de moendas de grande capacidade de extração. O produto obtido é dos tipos cristalizados com menos impurezas que os açúcares dos engenhos. Fabrica-se o álcool do melão residual.

Em 1890, a usina reúne as atividades agrícolas e industriais, forma o seu latifúndio, aplicando métodos agrícolas tradicionais e criando no colono a consciência de fornecedores de cana.



Aparece o tipo social empreendedor e dominador: o usineiro, que nada tem a ver com a figura do senhor de engenho ou a do dono de fazenda. O usineiro é homem da cidade, industrial, representante da burguesia urbana. O usineiro vale pelas suas qualidades pessoais, realçadas pelo seu poderio econômico.

A figura do colono é diversificada nas várias usinas paulistas; enquanto em algumas há um contrato de empreitada para o trato das canas, nas usinas da *Société Sucrerie Brésilienne*, o colono é todo aquele que planta, roça, corta, transporta e entrega a cana, carregada sobre vagões. São pagos, tomando por base os preços médios da cotação do açúcar no mercado de São Paulo (Jornal de Piracicaba, 6 de dezembro de 1877, p.2).

A utilização de colonos era uma imposição do próprio estágio de desenvolvimento da lavoura canavieira paulista, num período onde a mecanização agrícola era muito incipiente e mantinha trabalhadores fixos nas empresas durante todo o ano.

As usinas, que desfrutavam de grandes extensões de terras, aproveitaram-se da instabilidade do colono nas lavouras de café, decorrente das crises do fim do século XIX. Passaram a usar os colonos cada vez mais intensamente nas lavouras de cana. Os colonos pagavam aluguel do terreno que ocupavam, variando entre 30\$000 e 80\$000 por alqueire. O preço da cana era de 8\$000 por tonelada, quando o preço do açúcar cristal era inferior a 28\$000 e a despesa de transporte, em média, 200 réis por tonelada de cana ou por quilômetro percorrido (Arquivo do Estado de São Paulo-Ofícios Diversos da Câmara Municipal de Piracicaba, 1878, Caixa 375).

Em geral, o imigrante encontrou, à sua espera, um cenário pré-fabricado, com casas, todas do mesmo estilo e do mesmo material, pintadas da mesma cor e com as mesmas dependências: varanda, sala, cozinha, despensa e quarto, jardim, horta e instalação sanitária (casinha) no espaço externo. O colono introduz o forno externo para assar pão. As casas, em grupos de duas, três ou quatro, ficavam numa distância aproximada de 60 metros, uma da outra. Este cenário é rotineiro e padronizado, com plano simples e racional para facilitar a construção em serie. Os colonos que não dispunham de imediato de casas prontas, recebiam telhas, caixilhos, portas e janelas, madeira e cal, construía seus próprios ranchos, comprometendo-se a devolvê-los ao deixarem o emprego.

No interior das casas encontravam-se móveis padronizados e formados, em geral, por cadeiras simples, amplas mesas retangulares e camas toscas, paredes recobertas de fotografias de parentes e gravuras de santos. Dentre as construções para atender às exigências iniciais da colonização, era construída a igreja com o seu campanário. O seu interior apresentava, geralmente, cenas da via sacra (Pereira, 1974, p.70).

Quando as reações dos imigrantes, em particular da mulher, são focalizadas, sabe-se que a mulher reagiu, negativamente, às modificações de seus costumes domésticos. Na Itália central e do sul, o banho



diário não fazia parte dos hábitos rotineiros. Aqui, a terra chamada roxa impregna a pele, a roupa, escurece as paredes e os móveis da casa. Essas alterações influenciaram o quadro cultural de algumas famílias, que já começaram a construir uma espécie de banheiro, fora da casa.

Direta ou indiretamente, o calor e a terra levaram o italiano à mudança de certos padrões de vida.

Os chamados “nortistas”, migrantes do nordeste brasileiro, por sua posição inferior na estrutura ocupacional, eram os empregados; os italianos eram os patrões e aqueles se sujeitavam aos horários destes. “Houve na cidade grande conflito entre italianos e brasileiros por questão de nacionalidade. Saíram baleados dois destes” (Jornal de Piracicaba, 6 de dezembro de 1877, p.2).

Em 1877 havia, na região de Piracicaba, 1.660 imigrantes italianos. Já se percebia a marca do peninsular nesta região, onde foi fundada, nesse ano, a *Società Italiana di Mutuo Soccorso*. Ainda neste ano, vem à cidade de Piracicaba o representante da Itália, Alessandro D’Atri, para verificar denúncias feitas por colonos italianos da cidade, de maus tratos infligidos pelos fazendeiros. D’Atri manda retirar a interpelação, noticiando “a grande amizade reinante” (Jornal de Piracicaba, 6 de dezembro de 1877, p.1).

Já na terceira década do século XX, em 1938, a ação do empresário Pedro Morganti consegue novamente juntar as antigas propriedades que pertenceram ao Senador Vergueiro e ao Brigadeiro Luiz Antônio de Souza, em anos da primeira metade do século XIX (Elias Netto, 2003).

A Usina Monte Alegre, ainda no século XX (1965), era uma comunidade rural organizada, com aproximadamente 1.709 moradores da própria Usina e 1.169 provenientes de outras fazendas do município. Foi formado o bairro de Monte Alegre, que contava com condições comunitárias de educação, saúde e lazer.

Os moradores de Monte Alegre dispunham de armazéns, padaria, farmácia, barbearia, torrefação de café, bar, cinema e, até mesmo, pensão.

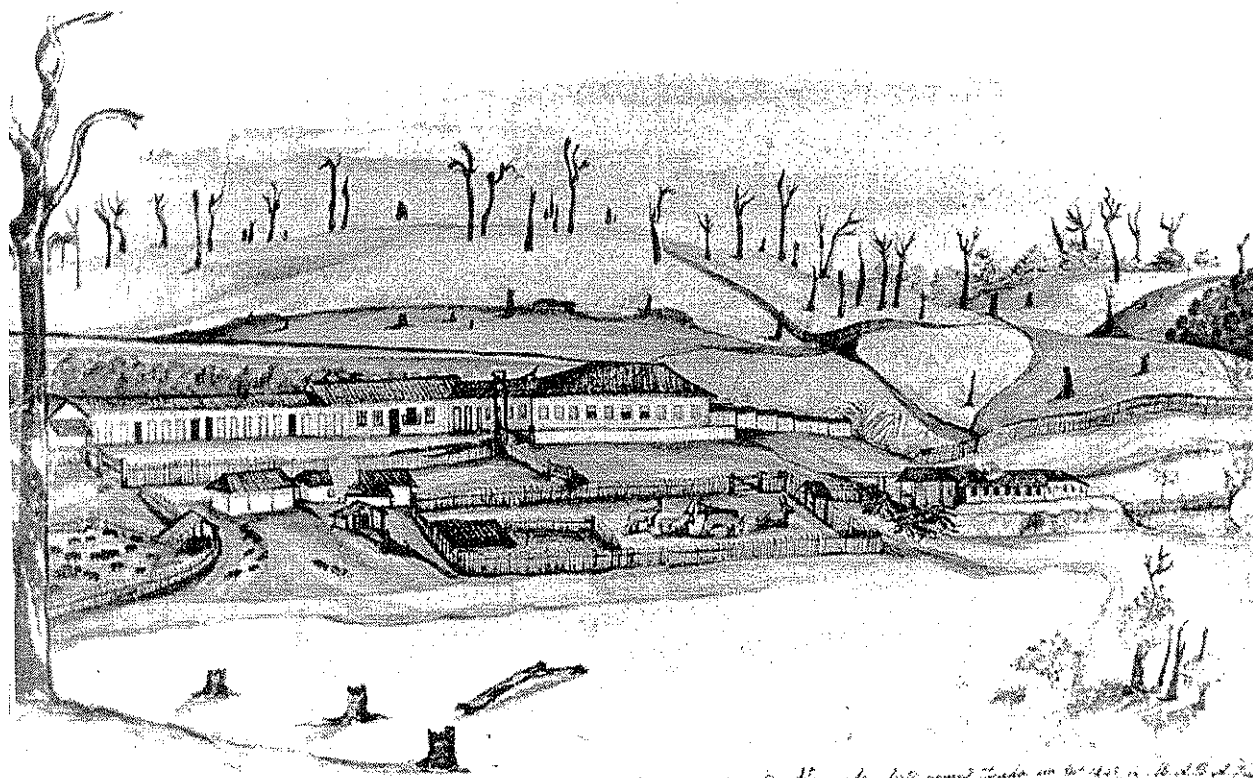
O Grupo Escolar Marquês de Monte Alegre foi inaugurado no dia 7 de fevereiro de 1927. Foi construída, em 1936, a Capela em homenagem a São Pedro e, em 1937, no alto da colina, a Igreja São Pedro, que acompanhava “o mesmo estilo da Igreja de São Frediano, de Lucca” (Elias Netto, 2003, p.241). A pintura da Igreja ficou a cargo do então chamado “pintor de paredes” Antônio Volpi. O artista teve o auxílio de dois pedreiros da Usina.

Em 1953 é implantada, no local, uma fábrica de papel e celulose. O império Morganti entra em decadência. Os novos proprietários, em 1981, são da família Silva Gordo (Refinaria Paulista). A partir de 1982 a Usina, já incorporada à Indústria de Papel Simão S.A., passa a negociar com a Votorantim Celulose e Papel (VCP), da família Ermírio de Moraes.

“São novos tempos: ...” (Elias Netto, 2003, p.242).

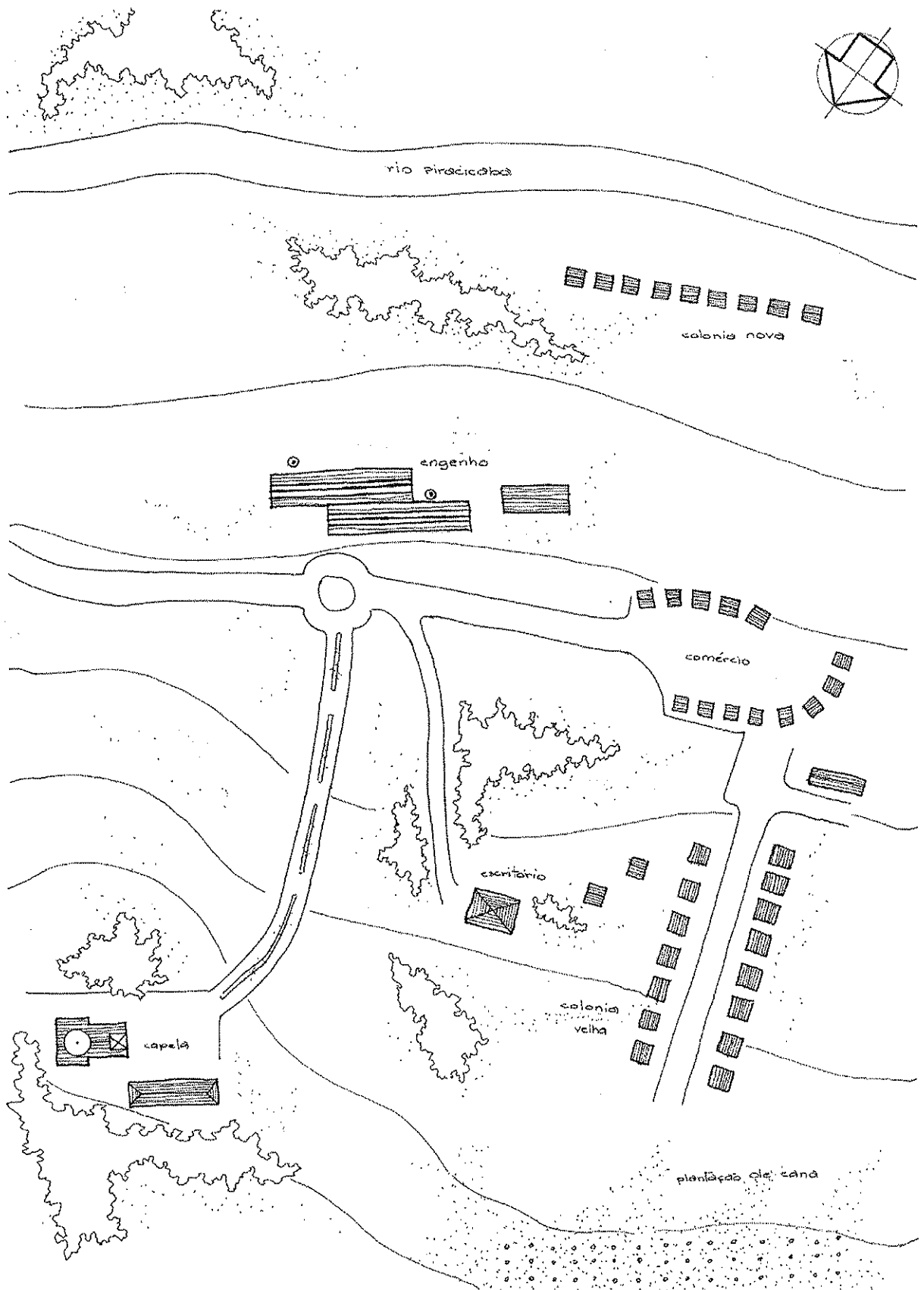


Quanto ao programa da propriedade, foi mantida a urbanização central, com o prédio da Escola, o espaço de comércio, farmácia, empório e biblioteca, edifícios sem o seu uso específico. No alto da colina, a Igreja e algumas casas de moradia mantiveram-se como tais; outras tornaram-se escritórios e arquivos da empresa atual; os edifícios fabris estão plenamente desativados, descaracterizados em processo de deterioração.



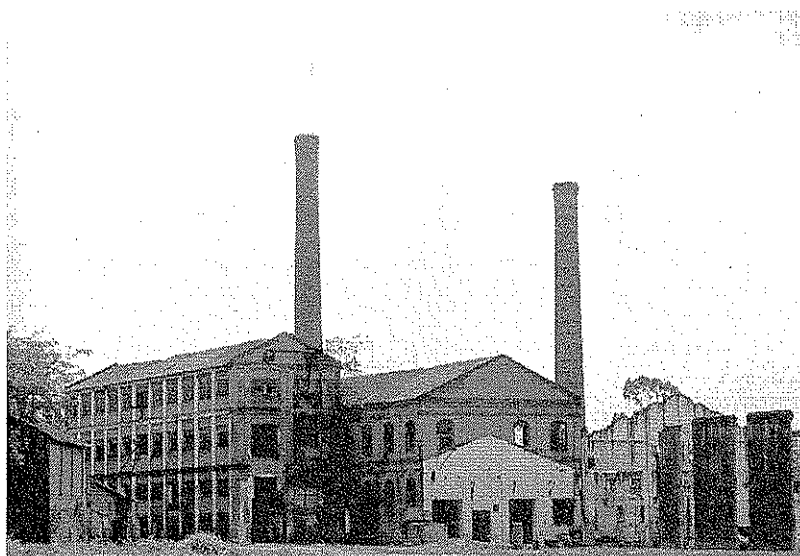
*Monte Alegre. Fazenda à margem esquerda do Rio Piracicaba. Domínio do Visconde de Monte Alegre, data não conhecida, por Miguel Dutra.*

Monte Alegre - aquarela de Miguel Dutra  
Fazenda à margem do Rio Piracicaba, domínio do Visconde de Monte Alegre, 1845  
Acervo do Museu de Arte de São Paulo - MASP

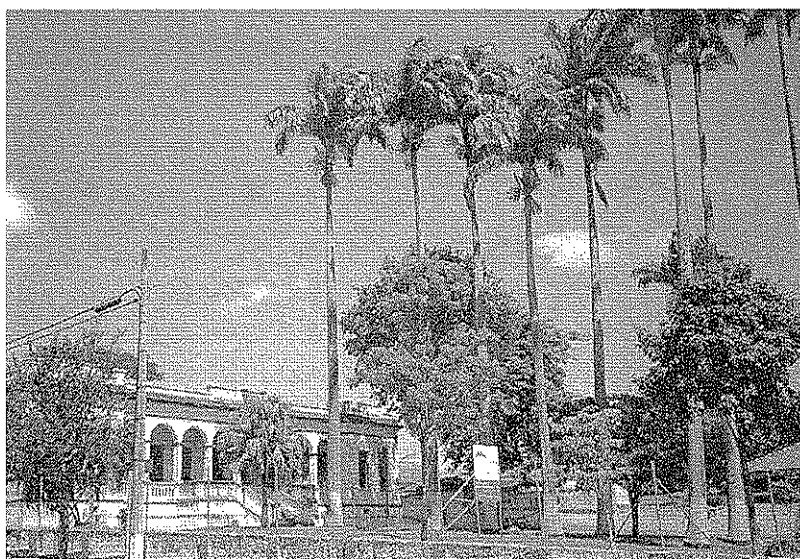




Antigo  
edifício industrial

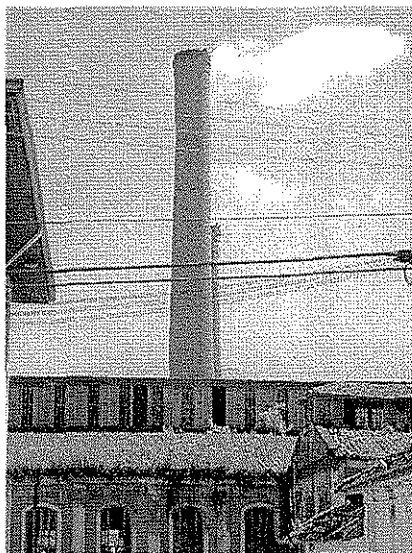


Edifício da escola estadual





Restos da antiga colônia



Chaminé  
antigo edifício industrial



Antigo escritório

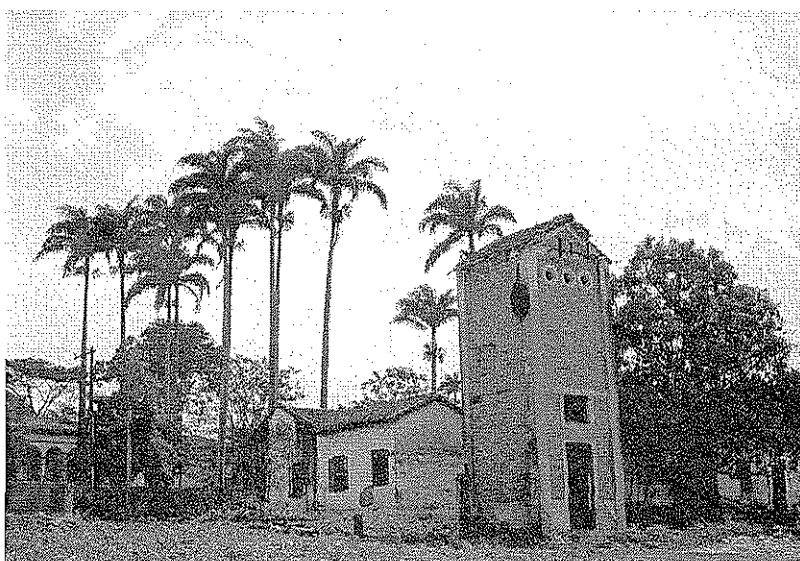
Antiga colônia



Restos de  
edifício industrial



Antiga casa de máquinas



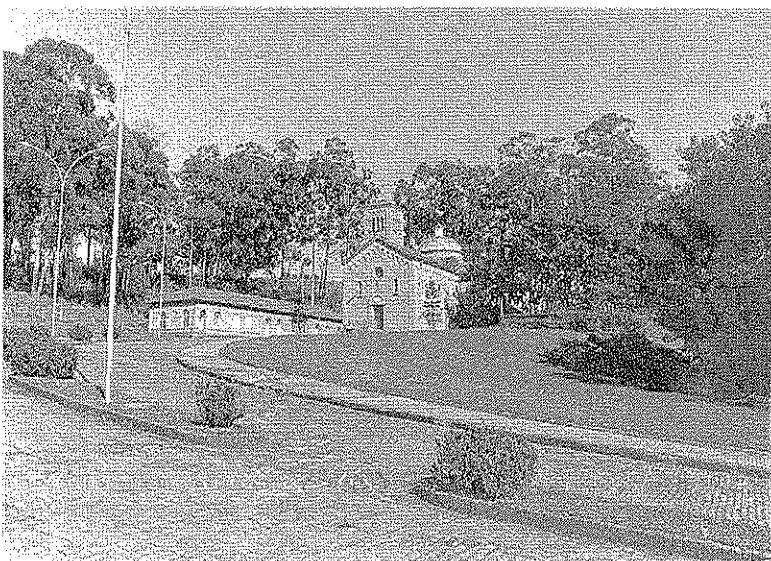




Rua de comércio



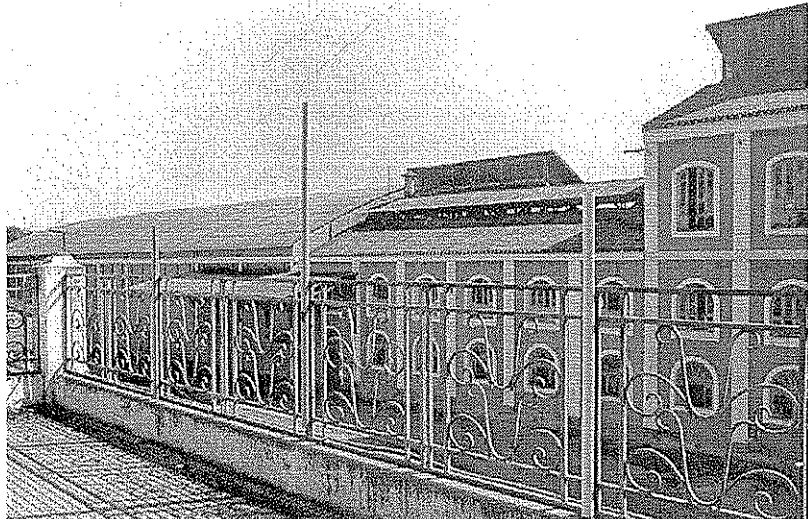
Edifício para comércio



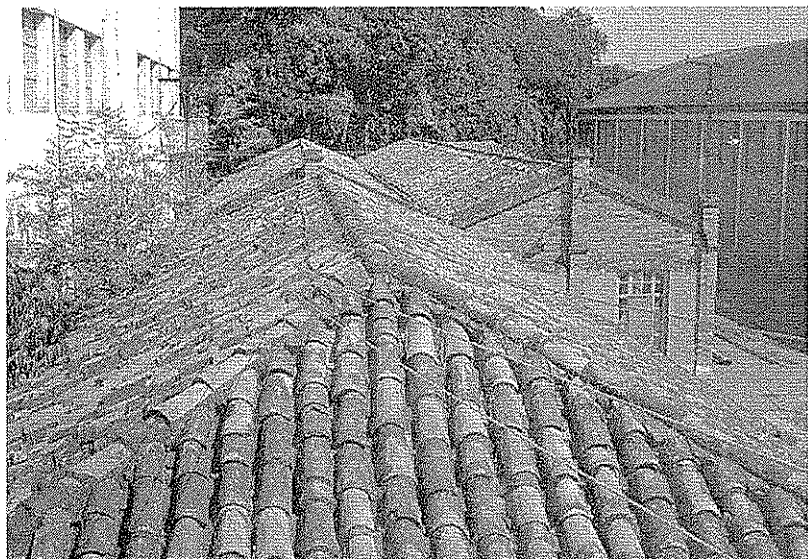
Igreja e casa paroquial



Vista Geral

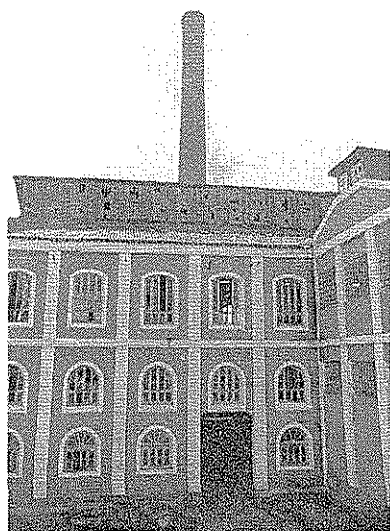


Vista do edificio industrial



Detalhe telhado

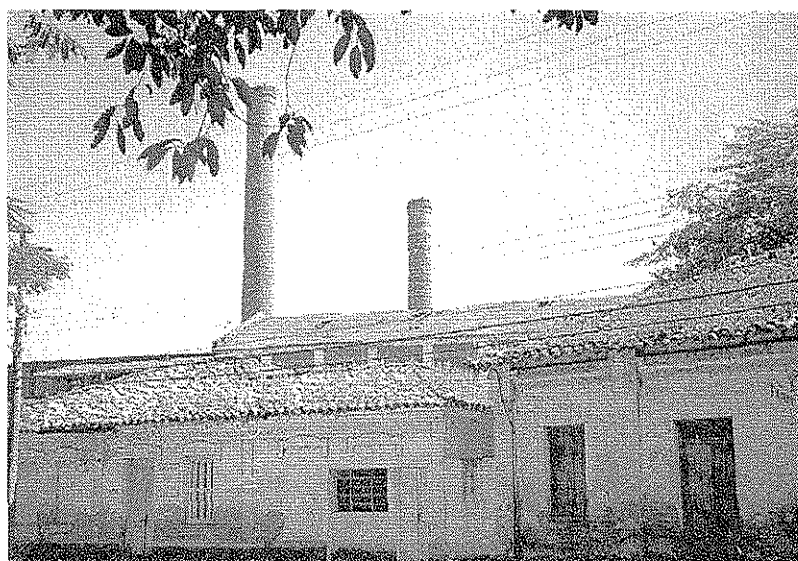




Antigo edificio industrial



Antiga biblioteca



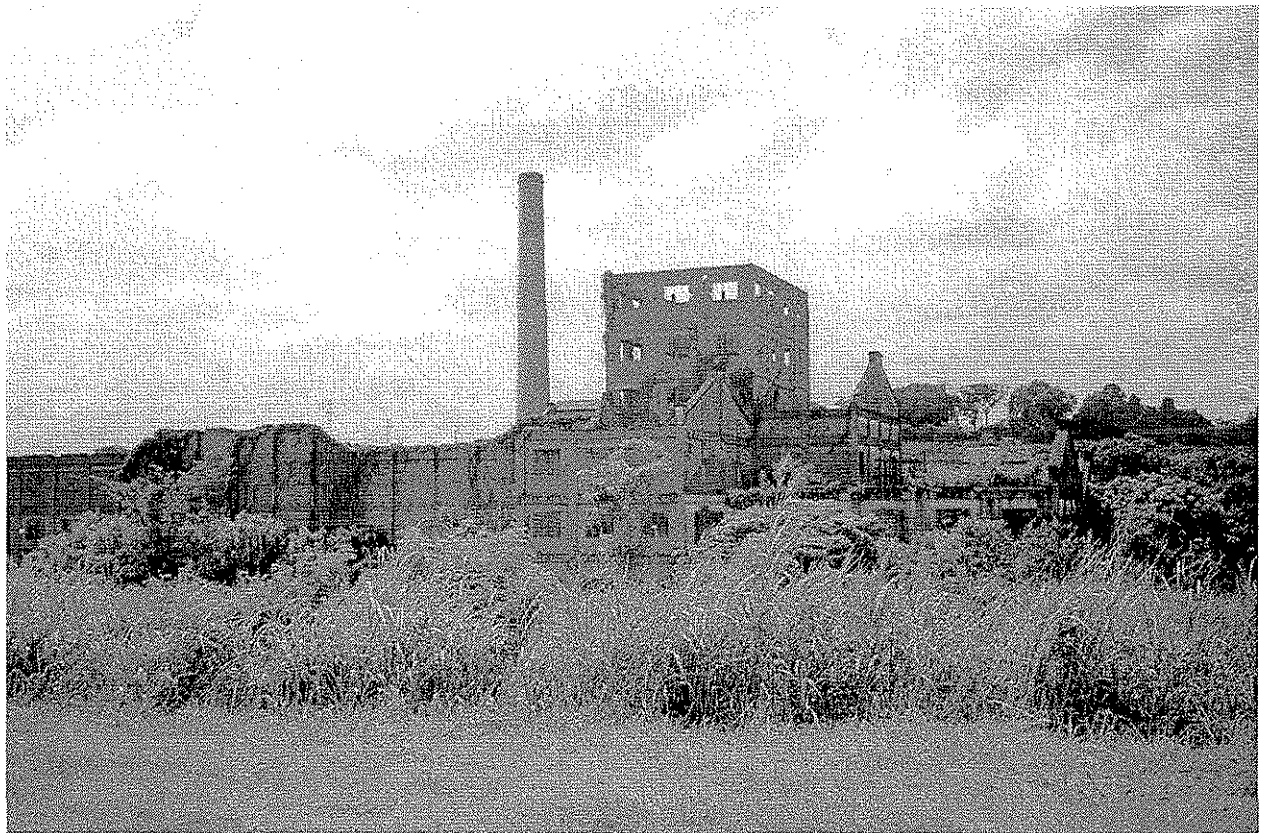
Restos do edificio comercial



Antiga colônia



Antiga colônia



Restos de arquitetura fabril - Piracicaba



## À guisa de Epílogo

Com consciência do passado e visão clara das decisões tomadas são percebidas as mais significativas estruturas no tempo, no espaço e na cultura. Nem sempre o acervo histórico-artístico recebe interpretação significativa no meio da população que o utiliza; é raro grupos sociais respeitarem o trabalho acumulado que se encontra numa vila construída em outros tempos, no casario e nos espaços das propriedades rurais.

A história da arquitetura paulista não tem a ressonância da pernambucana, da baiana e da mineira. De modo geral pode-se mesmo notar que a arquitetura rural paulista mereceu de poucos estudiosos uma análise mais rigorosa e sistemática. É no setor da arquitetura rural, desde a mais simples construção secundária do programa de uma propriedade até as casas-sede, que se impõe a tradicionalidade da construção paulista. O monumento é inseparável do meio onde se encontra. Estudá-lo no espaço em que está inserido e analisar a significação cultural que adquiriu no decorrer do tempo é relacionar arquitetura com o contexto global da cultura.

Uma estrutura econômica, fundamentalmente agrária, desenvolveu tipos característicos de propriedade rural em diferentes regiões do Brasil. Essa estrutura, inicialmente ligada ao escravismo e depois ao trabalho do colono, conferiu ao fazendeiro do centro-oeste paulista características definidas como rústicas e justificadas pela continuidade dos costumes regionais tradicionais.

O desbravador paulista, vindo especialmente dos lados de Itu, determina em Piracicaba, região contida no chamado “quadrilátero do açúcar”, na primeira metade do século XIX, o que se denomina o pequeno ciclo do açúcar, relevante em termos da economia paulista.

As propriedades rurais dos denominados “engenheiros de cana” foram formadas obedecendo a um conjunto: espaço para o plantio da cana, engenho (a fábrica propriamente dita), a senzala e a morada. As

construções secundárias foram, geralmente, laboradas de maneira primitiva, com esteios de madeira e pesado vigamento, mas com as paredes de taipa de mão.

No programa rural sempre consta a aguada próxima, para facilitar os trabalhos. Simples aquedutos de madeira encanam a água para as proximidades do espaço de trabalho e da sede. Na maioria das vezes, das construções secundárias, ficam apenas os “restos”.

A casa-sede apresenta também simplicidade nos meios de construção; seu sistema construído, no entanto, é mais sólido e permitiu uma análise mais completa. A construção em “risco no chão”, na meia encosta, denota vínculos com a tradição bandeirista e incorpora o alpendre frontal e posterior. A casa-sede apresenta simplicidade plástica e as técnicas e os materiais de construção são dependentes do meio. Reflete bem o fazendeiro da época, do fim da primeira metade do século XIX, simples, rústico, sem a preocupação de incorporar nas casas decorações externas e internas, mas atuante na administração política de sua vila e, muitas vezes, da Província.

O deslocamento geográfico das plantações cafeeiras, do Vale do Paraíba para o centro-oeste paulista, implicou na formação de nova classe dirigente, preocupada com a aquisição de mão-de-obra, organização e direção da economia cafeeira, transporte interno, comercialização em geral e contatos oficiais.

Em Piracicaba, notou-se a solução mista das propriedades rurais, na segunda metade do século XIX. A plantação cafeeira não chegou a eliminar inteiramente o plantio da cana e a indústria do açúcar. Muitas das fazendas apresentam, em seu programa rural, características de trabalho da produção binária cana-café.

A cidade é a sede do poder e, pouco a pouco, os proprietários afastam-se das tarefas ligadas à direção pessoal das plantações, que estão confiadas ao administrador. Forma-se, então, o chamado processo urbano-rural, característico dos fazendeiros de café, do último quartel do século XIX.

As propriedades rurais, em geral, não apresentam o requinte no padrão construtivo e luxo na decoração interna e externa, encontrados nas fazendas do Vale do Paraíba.

Cabem, no entanto, referências à situação original da chamada Chácara Nazareth, uma propriedade da época áurea do café em Piracicaba. Significativa documentação comprova a dinâmica da vida sócio-cultural de seus proprietários. Ficou evidente a influência artística européia da época, tanto na decoração interna como nos materiais e no sistema de construção da casa-sede, que se distanciam das tradições regionais.

A produção do café conhece fase ascensional até o fim do século XIX, para depois, então, se estabilizar. Com a estagnação do café foi, novamente, incrementada a cultura da cana; a produção do açúcar readquiriu primazia em muitas fazendas cafeeiras.



O Engenho Central e a Usina Monte Alegre foram as unidades mais antigas e importantes na evolução açucareira do município. A transformação dos antigos engenhos e das grandes e modernas usinas de açúcar efetuou-se em processo relativamente lento, a partir de 1885. No início, os engenhos foram modernizados, mas tinham a função apenas industrial, sem lavoura própria, pois adquiriam a matéria prima dos fornecedores. Alguns foram transformados em usinas, com técnica e equipamento mais atualizados, com formação de latifúndios, agricultura do tipo comercial e crescimento da mão-de-obra assalariada.

O programa rural e o partido arquitetônico paulista, no século XIX, na região de Piracicaba, interpretados neste trabalho, sofreram transformações. A agroindústria conferiu novas formas aos espaços e foi fator determinante na formação do programa das propriedades. As mudanças sócio-culturais interferiram e mesmo desativaram o sistema e meios construtivos, assim como a função dos espaços e as soluções plásticas das moradas.

O cenário atual exigiu mudanças e transformações no meio ambiente e percebe-se que a memória regional histórica e iconográfica tende a mais uma inscrição: *aqui jazem as formas de um passado recente.*

Setor sucroalcooleiro amplia investimentos e aplicações. As boas perspectivas de consumo e uso do açúcar e do álcool, sinalizadas pela decisão da Organização Mundial do Comércio (OMC), aceleraram os planos de investimento no setor.

Outra notícia > *Bagaço-Energia*. Fazendeiros aprovaram o bagaço como energia. Em junho de 2004, uma missão australiana formada por fazendeiros, presidentes e gerentes de empresas e membros da Associação Amigos do Etanol, visitaram a Dedini Indústrias de Base, com o objetivo de fixar intercâmbios com este setor proeminente da região piracicabana. Busca-se a padronização da produção brasileira do etanol; intenta-se também a promoção dos combustíveis renováveis produzidos no Brasil. A Agência de Promoção de Exportações e Investimentos, Apex, incentiva a criação e o fortalecimento de centros industriais e de pesquisa em relação ao etanol, no mercado externo. Abrem-se, assim, perspectivas de desenvolvimento mais globalizado nas áreas produtoras, comerciais e industriais no setor sucroalcooleiro.



## Fontes e Referências Bibliográficas

Arquivo do Estado de São Paulo	AESP
Arquivo Municipal de São Paulo	AMSP
Arquivo Particular da Fazenda Nazareth	APFN
Arquivo Particular da Fazenda Capuava	APFC
Arquivo Particular da Fazenda ilha	APFN
Câmara Municipal de Constituição	CMC
Câmara Municipal de Piracicaba	CMP
Ofícios Diversos	OD
Correspondência Oficial	CO
Revista do Arquivo Municipal de São Paulo	RAMSP
Revista Brasileira de Geografia	RBG
Revista do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional	RPHAM
Cartório do 1º Ofício de Piracicaba	COP
Fórum Cartório Distribuidor e Anexos do Registro Civil do 1º Sub-Distrito	FCDRC

BENEVOLO, L. *História da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976

BONTA, J.P. *Sistemas de significación en arquitectura*. Barcelona: Gustavo ilh, 1977

- BORGES, U.M. *Negociantes na cidade de São Paulo (1875-1880)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Depto. De História, USP, 1979
- BRANDÃO, J.P. *Relatório à Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tipographia Brazil de Rotschild, 1912
- CANABRAVA, A.P. "A grande lavoura", *O Brasil Monárquico. História Geral da Civilização Brasileira*. V.4 (11). São Paulo e Rio de Janeiro: DIFEL, 1976
- CANABRAVA, A.P. e MENDES, M.C. "A região de Piracicaba". *RAMSP* (XLV): 275-328, mar.1938
- CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977
- CARTA DE VENEZA*. Patrimônio Cultural, Recomendações, Acordos e Convenções, UNESCO. São Paulo: FAU-USP, 1974
- CHIARI, J. *Lendas e Crenças de Piracicaba*. Biblioteca de Piracicaba, s.d.
- CORONA & LEMOS. *Dicionário da Arquitetura Brasileira*. São Paulo: Edart, 1972
- COSTA, E.V. *Da Senzala à Colônia*. São Paulo: DIFEL, 1966.
- COSTA, L. *Classificação de construção civil*. São Paulo: FAU-USP, s.d.
- CRUZ, C.D. *Método e processo para a fabricação do assucar e cultura da canna*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1920
- DAVATZ, T. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Martins, 1941
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo (1888-1945)*. São Paulo: 1971
- DIVISÃO do BRASIL em Microrregiões Homogêneas*. São Paulo: I.B.G., 1968
- ELIAS NETTO, C. "Monte Alegre: glória, queda e renascimento-final" *Memorial de Piracicaba, Almanaque 2002-2003*, março de 2003, p.239 a 242
- FEDUCHI, L. *Itinerários de la arquitectura popular española*. Barcelona: H.Blume Editorial, 1974
- GORKUM, N. e WAAL, L. *Situação da cultura da canna de assucar e da fabricação do assucar na zona agrícola de Campos e meios de melhora-las*. Rio de Janeiro: Tipographia do Serviço de Estatística, 1913
- GUERRINI, L. *História de Piracicaba em quadrinhos*. Piracicaba: Biblioteca Municipal, 1970
- GUIDONI, E. *L'Architettura popolare italiana*. Roma: Laterza, 1980
- HEREDIA, B.M.A. *A morada da vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979
- JORNAL de Piracicaba*. 1948 a 1959





- KATINSKY, J.R. *Arquitetura do açúcar*. 3 cad. São Paulo: FAU-USP, 1977
- LEMOS, C. *Cozinhas, etc.* São Paulo: Perspectiva, 1976
- LUZ, N.V. "Part Four, Brasil". *Latin America. A Guide to Economic History. 1830-1930*. New York: 1979
- MARCONDES, N. *Entre Ville e Fazendas*. São Paulo: Arte & Cultura, 1995
- MARCONDES, N. "O fazendeiro paulista no final oitocentista". In: *História. 100 Anos de República*. São Paulo: Edunesp, Número Especial, 1989, p.63 a 91
- MARCONI, M. A. *Folclore do café*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976
- MARTINS, N.M. *O partido arquitetônico rural no século XIX (Porto Feliz, Tietê e Laranjal Paulista)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978
- MELO, J.G. *O tempo dos flamengos*. São Paulo: Perspectiva, 1979
- MELO, M.L. "Aspectos da geografia do açúcar no Brasil." *RBG XVI (4): 476-84, 1954*
- MÜLLER, N.L. "Bairros rurais do município de Piracicaba". *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo (43): 83-130, jul.1966
- NEME, M. *Apossamento do solo e evolução da propriedade rural na zona de Piracicaba*. São Paulo: Museu Paulista, USP, 1974
- NEME, M. "Piracicaba no século XVIII". *RAMSP* ano IV, 45:133-186, mar.1938
- OLIVEIRA, A. *Prosa & Verso*. Paris, Lisboa: Aillaud e Bertrand, MDCCCXVII
- OLIVER, P. *Cobijo y sociedad*. Madrid: H.Blume Ed., 1970
- PARENT, M. O futuro do patrimônio arquitetônico e artístico. In: *Revista do Patrimônio Histórico*, nº 19, 1984
- PERECIN, M.T.G. "Piracicaba nos Anais do Morgado de Mateus (Contribuição ao Estudo da Primeira Sociedade Piracicabana)". *IHGP*, ano IV, nº 4, 7-46, 1995
- PEREIRA, J.B.B. *Italianos no mundo rural paulista*. São Paulo: Pioneira e IEB-USP, 1974
- PETRONE, M.T.S. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e Declínio*. São Paulo: Difel, 1968
- PIRACICABA ANTIGA*, 12v. Piracicaba: Biblioteca Municipal, sd.
- QUEDA, O. *A intervenção do Estado e a agro-indústria açucareira paulista*. Tese de doutoramento. Piracicaba: ESALQ-USP, 1972
- QUEIROZ, C.P. *Um fazendeiro paulista no século XIX*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1965

- QUEIROZ, M.I.P. *Cultura, Sociedade Rural, Sociedade Urbana no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1978
- RANZANI, G. e outros. *Carta de solos do município de Piracicaba 1966*.
- REIS FILHO, N.G. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva: 1976
- RIBEIRO, J. *Folclore do açúcar*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, Funarte, 1977
- RICARD, J. *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupin*. São Paulo: Hucitec e Edit.Unicamp, 1996
- SAIA, L. "O alpendre das capelas brasileiras". *RPHAN*, São Paulo, 3: 235-49, 1939
- SALDARRIAGA, A. *Arquitectura – un problema de identidad*. In: *Proa 247*. Bogotá: abril, 1975
- SAMPAIO, S.S. *Geografia industrial de Piracicaba. Um exemplo de interação indústria-agricultura*. São Paulo: IG-USP, 1976
- SAWYER, F. *Estudo sobre a indústria assucareira no Estado de São Paulo Comparada com os demais paizes*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1908
- SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado Nacional*. São Paulo: Difel, 1975
- SMITH, T.L. *Organização rural, problemas e soluções*. São Paulo: Pioneira e USP, 1971
- SOUZA, J.S. *O centenário do Engenho Central de Porto Feliz*. São Paulo: Museu Paulista, USP, 1978
- TOLEDO, B.L. "Em defesa das velhas fazendas do café". São Paulo, *Jornal da Tarde*, 17 dez.1975, p.20-21
- TORRES, M.C.T.M. *Aspectos da evolução da propriedade rural em Piracicaba no tempo do Império*. Piracicaba: Academia Piracicabana de Letras, 1975
- TORRES, M.C.T.M. "Um fazendeiro no tempo do Império". *RAMSP*, CLXXII: 191-262, jan./dez. 1967
- TSCHUDI, J.J. von. *Viagens à Província de São Paulo (1860-61)*. São Paulo: Edusp, 1975
- VEIGA, J.T. "A Fazenda ilha". *Jornal de Piracicaba*, 24 mar.1976, p.2
- VITTI, G. *Correspondência Oficial da Câmara Municipal de Constituição*. Piracicaba: Biblioteca Municipal, 2v., sd.
- WITTER, J.S. e HILSDORE, M.L. "Sobre o arrolamento das fontes históricas de Piracicaba". *Revista de História*. São Paulo, XXX (62): 379-422, abr./jun., 1965
- WÖLFFLIN, H. *Conceptos fundamentales de la historia del arte*. Madrid: Espasa Calpe, 1945
- ZALUAR, A.E. *Peregrinação pela Província de São Paulo. (1860-1)*. São Paulo: Edusp, 1975



## Documentação Iconográfica

### Mapas

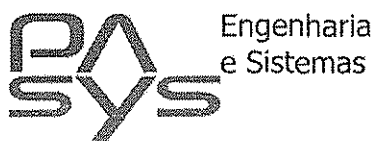
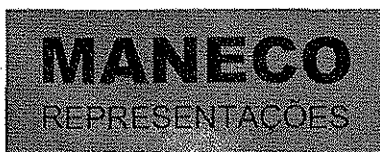
Divisão Administrativa do Estado de São Paulo .....	38
Região de Piracicaba .....	48

### Pranchas

Fazenda Milhã .....	58 à 60
Fazenda Arapongas .....	68 e 69
Fazenda Monte Olimpo .....	74 e 75
Fazenda Pau D'Alho .....	88 e 89
Fazenda D. Pedro II .....	96 e 97
Fazenda Zuim .....	106 e 107
Fazenda Serra Negra .....	114
Fazenda Pakes .....	118 e 119
Fazenda São José .....	126 e 127
Fazenda Boa Esperança .....	134 e 135
Chácara Nazareth .....	142 e 143
Fazenda Indaiá .....	154 e 155
Fazenda São Pedro .....	161 e 162
Fazenda Capuava .....	167 e 168
Engenho Central .....	179
Engenho-Usina Monte Alegre .....	190



## Colaboradores



**N**a *Trilha do Passado Paulista* analisa, aborda e descreve a dimensão histórica, geográfica, arquitetônica, social, econômica, agroindustrial e empresarial, na qual se insere a abrangente região de Piracicaba nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, abordagem que se remete, também, à exuberante, promissora e inquietante atualidade deste século XXI, em decorrência da importância internacional que assume a produção e comercialização do etanol/álcool, neste momento em que se discute, prioritariamente, a sobrevivência eco-ambiental do planeta Terra.

Além das referências históricas e geográficas às dimensões urbanas e rurais que integram a região de Piracicaba, *Na Trilha do Passado Paulista* descreve e caracteriza o patrimônio arquitetônico rural, configurado em fazendas, engenhos, usinas e engenhos-centrais, repertório este enriquecido por sua arquitetura, ambiência e seu entorno, como resultado de sua realização agrícola, consubstanciada no plantio e na colheita do café e da cana, da qual desta deriva a produção do açúcar e do etanol, de amplo consumo no Brasil e no Exterior.

Extensa é a produção bibliográfica de Neide Marcondes, Autora do presente texto *Na Trilha do Passado Paulista: Piracicaba*, bibliografia constituída por livros, ensaios e artigos, momentos em que são analisadas, com freqüência, as dimensões estruturais presentes neste atual trabalho:

- *O Partido Arquitetônico Rural. São Paulo do século XIX*
- *Na Trilha do Passado Paulista: Jesuíno do Monte Carmelo, o Mestre de Itu*
- *Entre "Ville" e Fazendas*
- *(Des)velar a Arte*
- *Labirintos e Nós: Imagem Ibérica em Terras da América*
- *Turbulência Cultural em Cenários de Transição. O século XIX Ibero-Americano*
- *Cidades. Histórias, Mutações, Desafios*

